



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ – CAMPUS
CASTANHAL
DIRETORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E
EXTENSÃO
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO
DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES**

CLEIDE MONTEIRO OLIVEIRA

**ORGANIZAÇÃO SÓCIO PRODUTIVA NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE ITABOCA – DISTRITO SEDE – EM INHANGAPI
ESTADO DO PARÁ**

**CASTANHAL, PA
Agosto, 2016**

CLEIDE MONTEIRO OLIVEIRA

**ORGANIZAÇÃO SÓCIO PRODUTIVA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
DE ITABOCA – DISTRITO SEDE – EM INHANGAPI ESTADO DO PARÁ**

Dissertação apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará – Campus Castanhal como parte das exigências do curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, sob orientação da Professora Dra. Maria José Souza Barbosa, para obtenção do título de Mestre.

**CASTANHAL
2016**

Dados para catalogação na fonte
Setor de Processamento Técnico Biblioteca
IFPA - Campus Castanhal

O48o Oliveira, Cleide Monteiro

Organização sócio produtiva na comunidade Quilombola de Itaboca
– Distrito Sede – em Inhangapi Estado do Pará. / Cleide Monteiro
Oliveira. — 2016.

136 f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria José Souza Barbosa.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de
Empreendimentos Agroalimentares) — Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, 2016.

1. Desenvolvimento rural – Inhangapi (PA). 2. Quilombolas. I.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. II. Título.

CDD: 307.1412098115

CLEIDE MONTEIRO OLIVEIRA

**ORGANIZAÇÃO SÓCIO PRODUTIVA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
DE ITABOCA – DISTRITO SEDE – EM INHANGAPI ESTADO DO PARÁ**

Dissertação apresentada ao Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Estado do Pará – Campus
Castanhal, como parte das exigências do curso de Mestrado
Profissional em Desenvolvimento Rural Sustentável e
Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, para
obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dra. Maria José Souza Barbosa.

Aprovado na data: 23 / 08 / 2016

Conceito: Excelente

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Maria José Souza Barbosa – Orientadora - (UFPA)

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis – Co-orientador (IFPA)

Profa. Dra. Euzalina da Silva Ferrão – Avaliadora Externa (UFPA)

Prof. Dr. Samuel Ortiz Pérez – Avaliador Interno (UA)

Dedico este trabalho aos meus filhos Hugo, Vinicius e Adauto Neto, meu esposo Nonato Meneses pela paciência e estímulo, minha irmã e irmãos e a meu pai Pedro, por serem fontes inspiradoras para minha formação e a minha mãe Maria Juraci por acreditar que “A Educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo” Nelson Mandela.

À Deus,

Sou grata por ser essa filha abençoada, e por ter me mostrado o caminho para o alcance dessa vitória. Por ter me permitido conhecer pessoas que souberam dignamente compartilhar saberes para minha realização profissional.

À Profa. Dra. Maria José Souza Barbosa, minha orientadora,

Pela grande companheira que foi em dividir tudo comigo até sua biblioteca particular, sua orientação foi primordial para a condução desse trabalho, sua dedicação e seu compartilhamento de conhecimento foram essenciais para chegar a etapa final. Sou imensamente grata a você digna amiga.

Aos Membros da Banca de Avaliação,

Prof. Farid Eid e José Assunção, por participarem de minha qualificação, Profa. Euzalina e Prof. Samuel Perez pela participação em minha defesa de dissertação. A esses Professores meu muito obrigada, pela valiosa contribuição.

Às comunidades do território quilombola de Itaboca,

Serei eternamente grata a todos vocês que souberam acatar minhas intenções e me acolheram com alegria. A valiosa participação de vocês foi primordial na realização deste trabalho, principalmente Senhores Merere, Sabazinho, Raimundo e José, lideranças da Associação, a Senhora Raimunda, Dica e Francisca Gusmão, a colaboração de vocês foi extremamente importante por me aproximarem da comunidade no período da pesquisa.

Aos Professores do Instituto de Educação Federal do Pará Campus Castanhal-IFPA,

Que tiveram a ousadia de implantar esse mestrado e assim transmitir seus conhecimentos meu muito obrigada, principalmente ao Professor Adebaro e Roberta por ocasião de sua gestão na coordenação do curso.

A todos os meus colegas de turma 2014,

Obrigada por me fazerem acreditar que seria capaz de chegar até o fim através do companheirismo e compreensão.

E não podia deixar de registrar aqui minha gratidão por você Eliana Marinho,

Amiga guerreira que ao ingressar na primeira turma desse mestrado não sossegou para que eu também fizesse. Obrigada por acreditar que eu seria capaz.

Como também devo aqui deixar minha gratidão por você Antonio Elson Cavalcante, amigo que não mediu esforços em dividir seu saber sobre Novas Tecnologias Sustentáveis comigo e com os quilombolas de Itaboca.

Ao Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA – Campus Campus Castanhal,

Que me proporcionou essa oportunidade de cursar um mestrado na área da Sustentabilidade.

“Um negro é um negro. Apenas dentro de determinadas condições ele se torna um escravo”.

K. Marx

“Os escravos, em geral, não sabem ler, não precisam, porém, soletrar a palavra liberdade pra sentir a dureza da sua condição”.

Joaquim Nabuco

RESUMO

Esta dissertação apresenta a experiência de organização sócio produtiva da Comunidade Quilombola de Itaboca, localizada em Inhangapi, município do Nordeste do Pará. Tratou-se inicialmente da recuperação histórica do debate sobre a questão do negro no Brasil e no estado do Pará, com especificidade em sua formação sócio-política e produtiva. Nesse sentido, precisou-se revisar parâmetros de entendimento sobre os negros em suas práticas individuais e coletivos. Assim, tomou-se como base metodológica a pesquisa-ação, que no primeiro momento, ou seja, na parte exploratória, buscou-se conhecer esta realidade a partir da memória dos velhos desta comunidade, suas lutas e resistência na trajetória de negros em cativo, tendo a compreensão dos quilombos como espaço de liberdade dos escravizados. Explana-se sobre a organização sócio produtiva desses comunitários, descrevendo o perfil das potencialidades do território explorado e das suas expectativas. A partir desses procedimentos organizou-se oficinas de formação para a implantação de novas tecnologias sociais na produção agrícola dos associados, resultando na troca de conhecimentos entre o IFPA e a Associação, como pode ser observado nas considerações finais, com a introdução de práticas de agricultura sustentável.

Palavra-chave: Sócio Produtiva. Quilombola. Novas Tecnologias Sustentáveis.

ABSTRACT

This dissertation presents a productive partner organization experience of Quilombola Community of Itaboca located in Inhangapi, Para Northeast of the city. Was treated initially the historic recovery of the debate on the Negro question in Brazil and in the state of Para, with specificity socio-political training and productive. In this sense, if needed, revise parameters of understanding about black people in their individual and collective practices. So, if taken as a methodological basis for action research, which at first, that is, in the exploratory part, sought to know this reality from the old this community memory, their struggles and resistance in the black path in captivity, with the understanding of quilombos as a space for freedom of the enslaved. it explains on the organization of these productive partner community, describing the profile of the potential of the explored territory and their expectations. From these procedures was organized training workshops for the implementation of new social technologies in agricultural production associated, resulting in the exchange of knowledge between the IFPA and the Association, as can be seen in the final considerations with the introduction of farming practices sustainable.

Keyword: socio-productive - Quilombo - New Sustainable Technologies.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: DA ÁFRICA AO BRASIL: o percurso de uma tragédia social

- 1.1. A inserção do negro no Brasil: escravidão, fugas e deserção.....21
- 1.2. Negro no Pará entre a liberdade indígena e escravização do africano.....25
- 1.3. Lutas e resistência na trajetória dos quilombos como espaço de liberdade.....31

CAPÍTULO II: PARTICULARIDADE DA INSERÇÃO TARDIA DO NEGRO NA AMAZÔNIA

- 2.1. Inserção do negro em Inhangapi: uma história a ser desvendada.....36
- 2.2. Comunidade de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas: os remanescentes de quilombo.....51

CAPÍTULO III: CAMINHOS DOS QUILOMBOS DE INHANGAPI – os trajetos da pesquisa-ação

- 3.1. Identidade de remanescentes de quilombo de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas.....65
- 3.2. Vida social na comunidade de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, nos passos da pesquisa-ação.....68

CAPÍTULO IV: POTENCIALIDADES SÓCIO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ITABOCA: implantação de novas tecnologias sociais sustentável

- 4.1. Diagnóstico dos recursos naturais do território de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas: produção e implantação de novas tecnologias nas suas atividades.....77
 - 4.1.1 A identidade camponesa no âmbito de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas.....79
- 4.2. Elaboração do Projeto e Execução da Oficina para Implantação de Novas Tecnologias Sustentáveis.....87
 - 4.2.1 Elaboração do projeto de Produção de adubo-minhocultura, compostagem orgânica e biofertilizante.....87
 - 4.2.1.1 Programa da Oficina e sua realização.....90
 - 4.2.1.2 Tempo escola e comunidade.....93

CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

REFERÊNCIAS

APÊNDICE – Projeto de Produção de Novas Tecnologias Sociais Sustentáveis

ANEXO 1 – Termo de consentimento da pesquisa de campo

ANEXO 2 – Termo de autorização do uso de imagem

ANEXO 3 – Termo de consentimento de publicação das falas das rodas de conversas com os sócios da Associação como dos comunitários em seu meio social

ANEXO 4 – Declaração de Certificação de Auto reconhecimento dos remanescentes do quilombo

ANEXO 5 – Documento de Titulação da Comunidade de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas como remanescentes Quilombolas

ANEXO 6 – Carteira de sócio do presidente da Associação

ANEXO 7 – Ata de implantação da Associação

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação analisou-se o processo de “Organização Sócio Produtiva na Comunidade Quilombola de Itaboca – Distrito Sede – em Inhangapi Estado do Pará”, a partir de pesquisa realizada no âmbito do curso de Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do IFPA – Campus Castanhal. Teve-se como motivação inicial, buscar compreender a dinâmica dos moradores da comunidade quilombola de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, formada por pessoas oriundas de antigos quilombos. Que para Moura (1981, p.87) era, de forma incontestável, a unidade básica de resistência do escravo fugido. Fosse este espaço pequeno ou grande, estável ou de vida precária, onde quer que houvesse a escravidão lá se encontrava ele como elemento que fragilizava e desgastava o poder do senhor de escravo e o seu regime servil.

Para reconstituir a trajetória desta organização sócio produtiva foi necessário verificar as relações entre memória e história das pessoas mais idosas dessa comunidade. Assim, recorreu-se à Bosi (2004) que analisou um conjunto de atos individuais e coletivos para dar à materialidade e espessura política a este segmento social, até então pouco assistido pelas políticas públicas.

Nas incursões ao estudo para a compreensão dessa organização percebeu-se um campo fértil de diferentes ações e dimensões que envolvem o processo de organização que vai desde os primeiros momentos de estabelecimento dessa comunidade, o que foi possível recuperar a partir da memória dos mais velhos, até as demandas e a necessidade de organização sócio produtiva da mesma.

Nesse sentido, recorreu-se a diversos estudos a fim de subsidiar a compreensão da essência e significância das especificidades que envolvem uma comunidade quilombola e, em especial, a comunidade Itaboca com seus moradores que trazem uma história de resistência e lutas próprias das populações quilombolas.

Questionava-se os instrumentos políticos ligados ao processo de organização sócio produtiva dos remanescentes de quilombos, na construção de estratégias de desenvolvimento local e territorial, tendo em vista o reconhecimento da titularidade das terras da comunidade quilombola de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, obtido a partir do auto-reconhecimento desta comunidade quilombola em 16 de novembro de 2005.

Verificou-se durante o processo de pesquisa, que esta comunidade passou por diferentes momentos de organização até chegar à reivindicar e mesmo se organizar de modo sócio produtivo. Segundo, os depoimentos obtidos através das memórias dos mais velhos, esta

comunidade foi se organizando inicialmente para defender a própria vida, na medida em que a escravização era brutal, particularmente para àqueles que não se sujeitavam ao domínio e a exploração de sua força de trabalho. A escravidão objetifica os sujeitos que, arrancados de suas terras, tornaram-se mercadorias lucrativas para seus mercados.

Desse modo, o cerne da questão da dissertação traz o compromisso da pesquisa como a elaboração e execução de uma ação interventiva que possa responder à problemática da organização sócio produtiva desta comunidade, na relação direta com os próprios remanescentes de quilombos em Itaboca.

Inicialmente, a preocupação da pesquisa visava contribuir com a reconstituição histórica, a partir do resgate de suas memórias, assim como para o avanço de sua organização sócio produtiva, tendo em vista o levantamento de dados nunca antes investigado e publicado. Trata-se, portanto, de uma ação efetiva de recuperação de elementos que possam favorecer processos de manutenção de uma identidade sócio-política e produtiva, com base em uma dimensão racial, a qual exige pensar na revisão de parâmetros de entendimento de sujeitos individuais e coletivos particulares.

Procurou-se esclarecer no contexto das memórias, em primeira instância, incertezas e inseguranças em face a profusão de pensamentos e ideias, muitas vezes desconexas, mas que na confusão de datas e momentos históricos, mostram valores de seus ancestrais que ora permanecem e fazem sentido ao se observar, por meio de registros no caderno de campo, como estes são utilizados, por exemplo, quando precisam estabelecer critérios para os cargos de poder inseridos no processo sócio político da comunidade, seja da diretoria da associação, seja dos representantes políticos desses na sociedade, como é o caso da definição de que seria o seu representantes no âmbito do legislativo municipal, como vereador¹, dentre todos os residentes da comunidade quilombola. A formação de quilombos, portanto, marca a trajetória das lutas e resistência dessa população à subordinação e dominação.

Estes mesmos critérios foram utilizados para a formação sócio política e a tentativa de aplacar a inconstância vivenciada pelos quilombolas de Inhangapi, que devido a precariedade pela qual buscam independência ou autonomia democrática, elegendo dois comunitários afrodescendentes para o cargo de vereador.

¹ Sr. Sebastião Gusmão: primeiro vereador eleito pela comunidade quilombola Itaboca, foi o primeiro presidente da Associação quilombola e primeira e única comunidade a conquistar a titularização de suas terras no território de Inhangapi. Atualmente é vice-presidente da Associação.

Aqui nos reportamos à discussão multiculturalista para falar de valores dos ancestrais quilombolas, tomando por base as diversidades dos indivíduos de distintas comunidades: Segundo Hall, (2009, p.51) há diversas sociedades multuculturais assim como há diversos pensamentos multiculturalista, sendo que o pensamento conservador insiste em afirmar que se deve seguir ou assimilar as diferenças e as tradições e costumes de diferentes grupos sociais, respeitando as mais diversas práticas. Mais o que nos chama atenção é o pensamento multiculturalista crítico “revolucionário” que “enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência”.

Até hoje as comunidades remanescentes de Inhangapi resistem ao utilizar os pilões e as casas de farinha, assim como o tecer de paneiros e vassouras e produção de vários utensílios domésticos para consumo ou comercializar. Perdura também como traço de identidade de valores de seus ancestrais o uso imaginário social, nas representações que associam as suas historicidades, percebendo que esse contexto hoje é camuflado por trás da religiosidade (exemplo as Igrejas Católicas e Evangélicas).

Hall, afirma ser profundamente questionada e contestada pelos que defendem o conservadorismo multicultural, deixando o crítico e ou revolucionário a margem, ao alegarem que o “culto da etnicidade” e a busca da diferença ameaçavam o universalismo e a unicidade dos povos, comprometendo a autonomia pessoal, a liberdade individual e igualdade formal. A realidade precária em que vivem até hoje, reunidos em frágeis laços institucionais, assim como as pendências fundiárias para as outras comunidades quilombolas, que tem o acesso da titularização negado injustiçado e negando a estes, a sua verdadeira identidade, aqui simbolizada pelas terras de seus ancestrais. É um exemplo dessa fala do autor.

Como valores reais têm-se também o cultivo e a criação realizados em quintais e comércio da farinha e uso extrativista da castanha e do açaí, como a queima de carvão de espaços de capoeiras não utilizadas para o plantio pela infertilidade do solo pela prática rudimentar da monocultura da mandioca.

Com a chegada de novos valores como: a modernização das rodovias e cidades, as novas formas de produção e cultivo através da mecanização, como as formas de escoamento dessa produção, enfim a globalização do mundo moderno, onde os bens de consumo são estimulados ao acesso universal, fazem com que ocorram outros impactos que aqui chamamos de sócio culturais. Sabe-se que não incidem diretamente na subsistência da família, mas comprometem o patrimônio imaterial das comunidades, que é a sua reversão de valores e cultura, onde as tradições e costumes se tornam invisíveis à sociedade atual.

Neste sentido, os espaços dos quilombos constituíram-se em processos de auto segregação, como forma de manutenção de suas identidades afrodescendentes, uma realidade a parte, com produção agrícola familiar e artesanal cooperada, assim como, de caça e pesca, além do uso da floresta, extraindo frutas e matérias primas para o alimento e produtos medicinais, e para a confecção de artefatos e artesanatos, práticas até hoje existente nessas comunidades.

As principais culturas existentes em Inhangapi são plantio do açaí e da mandioca. As transformações dessas culturas, que podem ser produzidas em grande quantidade e com ótima qualidade, podem permitir que as duas indústrias já existentes cresçam e gerem desenvolvimento, a Ki-maniçoba, empresa instalada em Petimandeuva que produz maniçoba e Macunaíma, indústria do Sr. Breda, instalada na sede de Inhangapi e que produz o vinho do Açaí. (NARDELLI, 2007, p 135)

Ao observar a realidade da comunidade quilombola em análise, vê-se que há formas de trabalho típicas de remanescentes de quilombos como plantio de variedades de frutas, raízes e leguminosas, a criação de animais de pequeno porte, a coleta de bens da natureza e a pesca. Nesta linha de observação, pode-se perceber que a produção é basicamente para o autoconsumo, sendo o excedente comercializado no mercado regional, com baixo valor agregado. Trata-se de uma população empobrecida, do ponto de vista da falta de acesso a condições de melhoria da produção, assistência técnica adequada, além de outros problemas decorrentes da produção, cultivo ou extração, além da comercialização, o que é justificado por estes, como “ausência do Estado”, e pela secular ausência de políticas públicas.

A proposta do mestrado veio consolidar a vontade da autora na busca de dados históricos dessas pessoas e de estudiosos do assunto, que a levasse a discutir com os remanescentes de quilombos deste território, a busca de suas memórias e historicidade e verificar quais possibilidades e desafios os levam a participação nos movimentos sociais (Associações Rurais de Produtores e Quilombolas).

Reunindo o conhecimento adquirido do estudo confirma-se que a organização sócio produtiva da Associação da Comunidade Quilombola de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, na zona rural do município de Inhangapi – PA, mostra-se por meio de relações sócio produtiva de remanescentes de quilombos, em que a comunidade é constituída por pessoas à parte, ou seja, excluídas do processo de bem estar; no entanto, em seus depoimentos revelam-se realistas e crentes de um cotidiano de mudanças. Eles entendem que se não se organizarem e unirem-se estarão sempre à mercê de uma ação politiqueira. Querem de fato a inclusão social pelos méritos que as leis o permite, a fim de avançar na melhoria dessa organização sócio produtiva.

Assim, o interesse em contribuir no desenvolvimento e fortalecimento de ações integradas (através da Associação), com foco no desenvolvimento rural sustentável, dessa comunidade remanescente de quilombos, possibilitou a recuperação de lembranças e memórias que podem ser utilizadas para desenvolver a organização sócio produtiva da comunidade quilombola de Itaboca.

Neste sentido, percebeu-se que desde 2005, a comunidade quilombola de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas organizou-se em associação, a fim de potencializar suas ações coletivas em busca de autonomia socioeconômica e política. Partindo deste princípio, observou-se que os potenciais de seus associados e dos instrumentos técnicos utilizados visam a construção de estratégias para favorecer melhores condições de vida.

Não obstante, observa-se que a existência de uma sistemática prática de produção para o autoconsumo, tendo na exploração extrativista como atividade constante ao longo da constituição dessa comunidade precisa ser potencializada por meio de seus associados. A comunidade quilombola de Itaboca desenvolve atividades de produção e extração, além de comercialização, mas percebe-se que a preocupação com a prática de planejamento por parte da diretoria da Associação exige uma organização técnica para avanço de seus negócios e suas potencialidades individuais.

Eles pensam que a Associação é capaz de alavancar e contribuir para que sua organização sócio produtiva, ainda incipiente, serve como motivador para definir o poder que possuem na busca de tecnologias, mais acertada, para se autogerirem em suas estratégias de desenvolvimento local, no sentido de garantir autonomia sócio política, produtiva e comercial.

Assim, a recuperação das estratégias utilizadas por seus ancestrais pode favorecer o uso de tecnologias já utilizadas pelos velhos dessa sociedade, que em suas memórias poderão vir a fortalecer o processo de inclusão, através de retomada ou mesmo reconstrução de instrumentos coletivos que possibilite o desenvolvimento da capacidade de trabalho repassada para os mais jovens, por meio de sua historicidade.

Desta maneira, a dissertação buscou investigar se esta associação tem influenciado a vida das famílias remanescente de quilombos de Itaboca, através da compreensão de como se dá a organização destes remanescentes de quilombos, em termos do trabalho e como se dá a distribuição de resultados da produção, ao longo do desenvolvimento desta comunidade remanescente, tendo em vista que a herança da agricultura familiar, do extrativismo vegetal e da pesca artesanal constituem formas de produção e organização de um estilo cultural de vida coletivo, a qual é vista ainda na estrutura fundiária coletiva, que tem como um dos elementos a questão da identidade; e se esta repercute em termos econômicos e sociais neste território.

O estilo cultural de vida coletiva mostra-se como um vínculo importante para a manutenção de suas raízes, como foi percebida na observação e entrevistas realizadas aos associados da comunidade remanescente de quilombola. No entanto, observou-se que a associação formal pouco tem contribuído para o desenvolvimento desta comunidade em termos socioambiental.

No entanto, no que diz respeito ao território desses remanescentes percebe-se um avanço em face da própria conquista de um espaço obtido sob a dinâmica identitária, o que segundo Zygmunt (2005) revela-nos a verdade através do essencial que contém no sentimento, estilo de vida e comportamento coletivo.

Nas perguntas iniciais da pesquisa buscava-se saber se havia facilidades de acesso, desses afrodescendentes, pelo fato de serem reconhecidos como populações remanescentes de quilombo? Quais políticas específicas estes afrodescendentes têm, pelo fato de seu reconhecimento identitário? Essa política de reconhecimento histórico tardio pode contribuir para a melhoria das condições de vida dessa população, como a autonomia e independência? Essas questões fazem parte de incomodações quanto ao fato desses descendentes africanos viverem situações de vulnerabilidade (desemprego, moradia, estabilidade financeira etc.) em relação a sociedade local, a exemplo da sede do município e da Agrovila de Pernambuco onde possuem locais que possibilitam emprego, escola de nível médio e posto de saúde compatível com as necessidades locais.

A conquista do reconhecimento de sua condição de remanescente de quilombos parece ser uma primeira ação de reparação histórica, mas não é suficiente para esses descendentes de africanos em Inhangapi. Questiona-se se esta aceitação se dá pelo esclarecimento quanto à sua condição na sociedade, e que com isso dar-se a abertura das garantias de direitos perdidos ao longo de sua história?

Hoje os territórios quilombolas de Inhangapi resistem, em parte pelo modelo econômico do desenvolvimento de territorial rural até porque o município tipicamente rural, já que 22% de sua população localiza-se em área urbana e 78% na zona rural. A distância dos polos mais desenvolvidos e equipamentos coletivos precários como os meios de transporte e maquinário, para a organização destes agricultores familiares, constituem obstáculos essenciais à organização sócio produtiva e, portanto, a estratégia pouco potencializada de desenvolvimento dessa comunidade.

É importante mencionar que a busca pelo auto-conhecimento de suas origens trouxe a vontade de formação social da comunidade, levando-a ao questionamento da prática de

esgotamento da natureza, sem cuidado e/ou indiferente às densas áreas de rios e florestas, provocando solos frágeis com desperdício de recursos naturais.

Nesse contexto, eles têm buscado considerar questões de ordem ambiental, social, econômica, cultural, antropológica, política e ética em suas relações; pois entendem que o desenvolvimento rural para ser sustentável almeja não apenas uma mudança nas ações de relação com a natureza (aspectos físico e quantitativo), de exploração a qualquer custo dos recursos naturais, especialmente, quando há a expansão das qualidades e oportunidades como condição necessária para o alcance de ganhos social, econômico, ambiental, político e cultural.

Com base nessas considerações iniciamos os primeiros contatos com a diretoria da Associação que articulou os encontros com os sócios da ONG - Organização Não Governamental quilombola de Itaboca, criada para acrescentar a busca da organização sócio política da comunidade. Nesses primeiros momentos foi explorado o papel do pesquisador e suas intenções e a partir dessa explanação foram construídos contatos rotineiros para a construção de respostas as minhas indagações sobre o que representa hoje a associação e ser remanescentes de quilombolas, assim como, saber para a atuação política deste grupo o que tudo isso significa. Meu primeiro contato foi muito acolhedor e proveitoso, onde todos os presentes manifestaram expectativas com a proposta da pesquisa e principalmente com sua intenção de resultados.

A minha inquietação de conhecer a trajetória da organização sócio política dos remanescentes de quilombos de Itaboca, significa produzir o que nunca foi feito ou escrito na história desse povo de forma contextualizada, que é a recuperação a partir das memórias dos velhos e suas experiências a partir da análise e identificação dos seus feitos provenientes de suas práticas e saberes relacionados com o fazer político da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas. Definiu-se guardar essas memórias com esse escrito, que será um compêndio de suas experimentações nessa trajetória quilombola.

Neste estudo elaborou-se duas questões norteadoras, embora já tenhamos citado outras questões. Primeira: os saberes dos velhos e suas historicidades, fatores que contribuem para a organização e mobilização dos negros em seu território, pelo reconhecimento de direitos enquanto grupo étnico. Fato comprovado na pesquisa, pois hoje é configurado culturalmente que suas raízes continuam presente na cultura do trabalho, do lazer, da moradia e da unicidade de todos através das terras reconquistadas através de titularidade. Segunda: a organização sócio produtiva dessa comunidade é fator relevante com o auto reconhecimento, favorecido pelo seu valor cultural e histórico e titulação de suas terras, na construção da identidade quilombola no que tange as práticas associadas a organização sócio política e produtiva dessa comunidade.

A estrutura da apresentação desta dissertação está organizada em quatro capítulos, e as considerações finais. No primeiro capítulo após inúmeras pesquisas bibliográficas, descrevo a presença africana no Brasil, contando a inserção do negro no País, as lutas e resistência na trajetória da liberdade e relato o que são os quilombos como espaço de liberdade para os negros escravizados que buscavam refúgio e melhor condição de sobrevivência.

No segundo capítulo, pelo fato dessa temática precisar identificar e localizar o negro de Itaboca em Inhangapi-Pará, e sua atuação como quilombola, construiu-se através de estudos literários, a historicidade dos negros na Amazônia, abordando inicialmente a inserção dos negros no Estado do Pará, a penetração e instalação dos negros no município de Inhangapi. Descreve-se como os descendentes de negros fugidos se organizaram no município, mais precisamente em Itaboca apoiados a partir da Constituição federal no seu artigo 68, e como está a sua organização hoje. Será mostrado como essa trajetória ocorreu e continua se desenvolvendo a partir da nova política de incentivo e apoio as comunidades afrodescendentes, onde os direitos quilombolas estão estimulados e apoiados em leis de resgate ao que se perdeu ao longo dos séculos, de pessoas segregadas através da escravidão. Reflete-se ainda, como está composta a territorialidade de Itaboca, e quais conflitos ainda existem surgidos a partir da organização sócio produtiva dessa comunidade.

E apresenta-se no terceiro capítulo a execução metodológica da pesquisa, que para escrever sobre a dinâmica da comunidade foi utilizada a pesquisa qualitativa e seus instrumentos de coletas narrativas das pessoas remanescentes de quilombos de Inhangapi/Itaboca, pensando no sujeito em seu meio, realidade e sujeito, sujeito como indivíduo e a relação total dessa dinâmica, apoiada na pesquisa ação.

No quarto capítulo foca-se o fator político organizativo da comunidade de Itaboca descrevendo o perfil das potencialidades sócio produtiva do território da Associação Quilombola e a implantação de novas tecnologias sustentáveis desejo dos sócios produtores do território através da agricultura familiar. Descreve-se o perfil social e Diagnóstico dos recursos naturais do território de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas e sua utilidade na produção dos sócios interessados em implantar novas tecnologias nas suas atividades produtivas. Relata-se a oficina de implantação de novas tecnologias sustentáveis, e do Projeto de Execução dessa proposta como resultado da pesquisa. Reconhecendo a criatividade desses produtores pelo grau atingido em declarar nas reuniões e encontros sociais e individuais suas posições, argumentos e decisões, adquiridas ao longo de todo o processo de trabalho e vivência comunitária, como adquiridas nas oficinas de produção de novas propostas de trabalho.

No quarto capítulo foca-se o fator político organizativo da comunidade de Itaboca descrevendo o perfil das potencialidades sócio produtiva do território da Associação Quilombola e a implantação de novas tecnologias sustentáveis desejo dos sócios produtores do território através da agricultura familiar. Descreve-se o perfil social e Diagnóstico dos recursos naturais do território de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas e sua utilidade na produção dos sócios interessados em implantar novas tecnologias nas suas atividades produtivas. Relata-se a oficina de implantação de novas tecnologias sustentáveis, e do Projeto de Execução dessa proposta como resultado da pesquisa. Reconhecendo a criatividade desses produtores pelo grau atingido em declarar nas reuniões e encontros sociais e individuais suas posições, argumentos e decisões, adquiridas ao longo de todo o processo de trabalho e vivência comunitária, como adquiridas nas oficinas de produção de novas propostas de trabalho.

CAPÍTULO I: DA ÁFRICA AO BRASIL – o percurso de uma tragédia social

1.1.A INSERÇÃO DO NEGRO NO BRASIL: ESCRAVIDÃO, FUGAS E DESERÇÃO

Para tratar da inserção do negro no Brasil é necessário entender o processo de escravização. Nem tudo iniciou com o tráfico do povo africano. Os primeiros escravos que se tem informação na própria história da humanidade, dão-se por povos vencidos em batalhas, bem como por devedores que não conseguiam quitar suas dívidas, sendo escravizados. A exemplo, tem-se os hebreus, que foram vendidos e tornados escravos.

Os contatos entre europeus e asiáticos se intensificaram através de novas vias de transporte. Ampliou-se o contato entre europeus e africanos. Iniciou-se a colonização europeia do continente americano. Estabeleceu-se o relacionamento irreversível, mas este relacionamento assumiu formas, não só pacíficas, mas também violentas, incluindo a dominação colonial e a escravidão (GORENDER, 2000, p.19).

Inúmeras civilizações tinham os homens escravizados como executores compulsórios dos serviços que exigiam força, como nas tarefas rudimentares. Na Grécia e antiga Roma onde existia o maior número de pessoas escravizadas, estes eram bem tratados, e a esses era permitido comprar sua própria liberdade.

São muitos os historiadores que relatam o processo da escravidão e a entrada dos africanos no Brasil e suas regiões. Para SILVÉRIO, (2013. p. 13): Da África Ocidental, vieram os povos sudaneses e/ou iorubas (nagôs, ketus, egbás); gegês (ewês, fons); fanti-ashanti (genericamente conhecidos como mina); povos islamizados (mandingas, haussas, peuls). África Central, povos bantos: bakongos, mbundo, ovimbundos, bawoyo, wili (isto é, congos, angolas, benguelas, cabindas e loangos). África Oriental: os conhecidos como Moçambique. É certo informar que os africanos vieram e formaram as principais culturas negras do Brasil que se tem como patrimônio cultural e se conserva na memória do que fomos e do que somos hoje, formando o legado das várias culturas da sociedade brasileira.

Temos no País atualmente a maior população originária de uma movimentação forçada, e mesmo assim a importância da cultura africana é pouco conhecida ou valorizada. No Brasil, ressalta-se que a escravidão do negro africano foi uma forma de garantir o processo de colonização, pois:

[...] seria totalmente inviável, no Brasil colonial como nas demais colônias americanas, a produção de bens de exportação com emprego do trabalho livre assalariado, cujo mercado ainda estava em formação na Europa, impôs-se a alternativa do emprego do trabalho escravo. Ou seja, do trabalho compulsório na sua forma extrema (GORENDER, 2000, p. 24).

A luta pelo comércio internacional nos séculos XVI ao XVIII envolvia um grande número de regiões que se denominavam autônomas que iam do Extremo Oriente, o Médio Oriente, a Europa, e, enfim a África pelo privilegiado território possuir as costas do Mar Vermelho e do Oceano Índico, que propiciavam o comércio internacional, principalmente com o oriente.

Foi no período de 1500 a 1800 que foi estabelecido uma nova rota de comercialização chamada de geoeconômica por ser orientada pelo Oceano Atlântico e atingir a Europa, a África e as Américas. Abrindo o comércio ao ocidente e mais especificamente a Europa Ocidental aumentando sua dominação sobre as sociedades das Américas e da África.

Era principalmente ouro o produto procurado pelos europeus na África que era exportado para os países islâmicos e que no princípio atraiu também os portugueses, que só mais tarde vieram a ter conhecimento de uma outra mercadoria também fortemente procurada, o comércio de escravos, que para justificar os conflitos que essa prática suscitava usavam argumentos de que para Silvério (2013), “... o tráfico abria aos negros os caminhos para a salvação: não sendo cristãos, os negros haveriam de ser condenados por toda a eternidade se ficassem em seus países.”

Durante todo o século XV e início do XVI, o principal mercado para a “mercadoria negra” era a Europa, em particular, Portugal e os países sob dominação espanhola, assim como as ilhas do Atlântico: Madeira, Canárias, ilhas de Cabo Verde e São Tomé. O tráfico negreiro nessas ilhas originou-se, primeiro, em razão da introdução da cultura da cana-de-açúcar e do algodão (SILVÉRIO, 2013, p. 18).

Para os portugueses manter o comércio de escravos lhes é muito importante pois proporcionou ser um valorizado comerciante que ao longo do século XVI buscavam territórios com potenciais de fornecimento de um elevado número de escravos, para isso saíam em buscas de mais espaços onde pudesse exercer a captura e a comercialização dessa tão próspera mercadoria negra. E a partir disso atingiram o Congo e posteriormente a Angola, e logo a ilha de São Tomé já comercializava negros para o Brasil.

Foi assim que a população negra no Brasil conforme Silvério, (2013), acresceu de alguns milhares de indivíduos para uma elevadíssima quantidade no século seguinte, aumentando de 40.000 a 450.000 negros para um próspero desenvolvimento da cana-de-açúcar.

Parece certo afirmar que no Brasil o uso de trabalho escravo teve início com o plantio da cana e consequentemente da produção de açúcar na primeira metade do XVI. Para Freitas, (1980), “é errôneo afirmar que a escravidão foi implantada no Brasil porque não havia

população suficiente em Portugal, mais sim porque as terras portuguesas no Brasil serviram para alojar uma incômoda multidão de dissidentes políticos e religiosos. Parece lógico”.

Ao longo do período colonial, a imigração se compôs exclusivamente de “nobres” – elementos da baixa nobreza ou ricos comerciantes; artesões altamente qualificados, que, por sua vez, empregavam trabalhadores escravos; soldados que concluídos seus anos de serviço, se estabeleciam na terra como grandes proprietários; degredados e aventureiros. A legislação portuguesa sempre procurou contrariar e dificultar a imigração, assinalou João Francisco Lisboa em *Crônica do Brasil Colonial*. Dispunha uma lei de fins do século XVII: “Nenhuma pessoa de qualquer qualidade poderá passar às capitanias do Brasil, senão a que forem despachadas com governos, postos, cargos ou ofícios, as quais não levarão mais criados do que cada um pode competir, conforme sua qualidade e emprego”. Exercia-se severa fiscalização nos embarques para o Brasil (FREITAS, JACOB, DÉCIO, 1982, p.20).

O sistema de produção, para Freitas (1982), foi operado inicialmente pela escravidão indígena. É correto afirmar que havia africanos escravizados, mas até o século XVI, o predomínio absoluto constitui-se de índios escravizados. Este ressalta que não tardou o desencadeamento de fervorosa campanha contra a escravidão indígena para que houvesse a introdução do trabalho do negro. Em determinados locais teve êxito imediato a substituição do escravo índio pelo africano, mesmo que o valor do negro ficasse cinco vezes mais caro do autóctone.

Neste contexto Gorenber, (2000, p. 25), refere-se que os portugueses “Precisavam de suas terras, para cultivar a cana-de-açúcar e gêneros alimentícios, e precisavam também de sua força de trabalho”. No entanto, o Vaticano considerou os indígenas como alvo de suas missões evangelizadoras e se opôs a sua escravidão fervorosamente. Foi quando “Em 1755 e 1758, o Marques de Pombal, então na chefia do governo de Portugal, decretou a libertação de todos os indígenas escravizados e dissolveu as reduções jesuíticas, que, com o tempo, também se afundaram na exploração do trabalho dos seus tutelados”. Vale ressaltar que as dificuldades provenientes da escravidão indígena que possuía vida frágil em contato com o homem branco, vindo a provocar epidemias devastadoras, assim como por conhecerem profundamente a mata fugiam em massa, dificultando sua escravidão, aumentando cada vez mais o interesse na obtenção de africanos e incentivando sua entrada no Brasil.

Do século XV ao XIX o continente africano foi usado, saqueado e concebido como lugar de reserva de mão-de-obra escrava por traficantes de diversas nacionalidades e países, sobretudo europeus, que implantam feitorias nas costas da África. Durante os séculos XVII e XVIII os principais lugares e portos de pilhagem de homens negros foram: Senegal, Gâmbia, Costa do Marfim, Costa do Ouro, Costa dos Escravos; e nos séculos XVIII e XIX, o delta do Níger, Congo e Angola (SCHILLING apud AMARAL, p. 2008, p. 89).

O tráfico de cidadãos estrangeiros para o Brasil se deu de diversas nações, segundo Freitas, (1980) os compradores de pessoas para escravização, no ato da comercialização preferiam que estes falassem línguas diferentes para evitar revolta e insurreição. Muitos africanos foram capturados por nações inimigas, mais também por brancos europeus. Que antes de comercializar e transportar para os navios negreiros eram mantidos em cativeiros para a engorda, a fim de que pudessem suportar os 45 dias de travessia do mar atlântico. Ao longo desse caminho, muitos desses sucumbiam por maus tratos, fome ou doenças.

O negro africano faz parte dos grupos mais importante de imigrantes que participou da formação da população brasileira. O número de africanos trazidos durante o período de tráfico negreiro é quase impossível precisar, pelas inúmeras perdas e violação sofridas pelo tráfico durante os séculos XVI ao XIX. Estima-se que foram de cinco a seis milhões. Vale ressaltar na obra *Casa-Grande & Senzala* de Freyre, (2000, p.79),

Quando em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contato dos portugueses com os trópicos; [...] Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro [...].

Na obra “*Casa Grande & Senzala*”, Gilberto Freyre (2000) discute a escravidão na simples ótica da dominação, vendo os negros em diversas e diferentes situações, no trabalho obrigatório exercido nas casas e nas lavouras, havendo as mais diversas hierarquias de ocupações e posições que dependia da confiança e do prestígio conquistado naquele meio social ao qual o africano estava submetido.

Em “*Formação do Estado Burguês no Brasil*”, Saes (1985) busca reinterpretar o Estado Brasileiro sob a ótica de fatos históricos de um Estado Escravista no Brasil. Na obra “*Na Diáspora*”, Hall (2011) utiliza a categoria identidade e as mediações culturais para analisar a disposição do poder no processo de democratização.

Segundo Freire, (2000), a organização da sociedade colonial no Brasil se deu quase um século depois da instalação dos portugueses nas terras brasileiras, mudando de mercantil para atividade agrícola nas colônias de São Vicente e Pernambuco, sendo aí regularizado o trabalho por meio da escravidão dos negros da África. “Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica da exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição”, cuja influência africana é expressada sobre a europeia na vida sexual, alimentação, religião, envolvendo nas durezas germânicas as formas de cultura de “gente escura”, corrompendo a moral e a doutrina da Igreja medieval.

Para o autor aqui mencionado:

É no mercantilismo que os portugueses colhem seus maiores resultados com o sistema de exploração do mercado africano. A experiência brasileira se afirmou como um êxito total, dando lucros que excitaram a cobiça das potências marítimas da Europa. Empenharam-se todas em conquistar no Novo Mundo, territórios a serem explorados pelo trabalho de escravos negros (FREITAS, 1980, p. 26).

Os escravos negros vinham da África para o Brasil nos porões dos chamados “navios negreiros”, amontoados em condições desumanas, morrendo milhares, muitos pelos açoites e maus tratos, como pela fome e frio, e quando sucumbiam tinham seus corpos lançados ao mar pelos próprios compatriotas.

Ao chegarem ao local de trabalho, segundo Freitas, (1980), de “sol a sol”, nas fazendas de açúcar ou minas de ouro, a partir do século XVIII, recebendo as migalhas alimentícias que lhes sobrava, recebendo trapos de roupas e de pés descalços para demonstrar sua submissão aos senhores seus patrões.

O tráfico de africanos para o Brasil teve um período de 350 anos seguidos. Para Freitas (1980), “Na verdade enquanto houve escravidão no Brasil, os escravos se revoltaram e marcaram sua revolta em protestos veementes, cuja interação não encontra paralelo na história de qualquer outro país do Novo Mundo”.

Mas foi só em 1850 que a escravidão no Brasil foi proibida por lei, o que não impediu o transporte clandestino do tráfico negreiro. O Brasil cedeu às pressões inglesas, que a partir da segunda metade do século XIX, passou a pressionar a abolição da escravatura em todo o mundo, pois tinha interesse em aprofundar sua comercialização. A Lei Eusébio de Queiróz que acabou com o tráfico negreiro, em 28 de setembro de 1850 aprovou a Lei do Ventre Livre, com a liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data. E, no ano de 1885, fora promulgada a Lei dos Sexagenários, garantindo liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. Mais foi no final do século XIX que a escravidão acabou no mundo. Em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel, que aboliu a escravatura no Brasil.

1.2. NEGRO NO PARÁ ENTRE A LIBERDADE INDÍGENA E ESCRAVIZAÇÃO DO NEGRO

Seria quase que impossível descrever os Negros no Pará sem citar Salles (1971), que traz o que temos de mais rico na história do negro na Amazônia. Ele trata da construção da historicidade do negro no norte do país, através de estudo documental, procurando analisar a

presença do trabalho escravo e qual a contribuição deste para a constituição da forma de trabalho forçada. Seu estudo mostra a sociedade escravocrata do Brasil-norte, traz as vivências dos negros nas mais diversas formas. Mostra o drama dos negros em cativeiros no Pará, como sua forma de contribuição para a conquista da Amazônia.

Assim como nos demais estudos, afirma que os negros que chegaram ao Pará vinham de diversas regiões da África, como da Guiné, Angola e Moçambique. Mesmo que, por meio de processos forçados, deixaram sua contribuição para o desbravamento do centro da Amazônia.

Nos registros históricos sobre os negros no Pará, vê-se que os portugueses os introduziram como escravos para substituir os indígenas devido as perdas (retirada de seu habitat natural, desmembramento familiar, enclausuramento...), destes seres pela grande perseguição para o trabalho forçado, e assim as fugas dos índios, acarretando prejuízos para o mercado das drogas do sertão. Neste sentido, os colonizadores ao introduzirem os negros, procuravam substituir os produtos de comercialização com a Europa e Ásia, as quais se restringiam as drogas do sertão, por outras iguarias que viessem contribuir com sua economia, explorando a biodiversidade amazônica e para tal precisavam de mão de obra de fácil manipulação e que correspondessem a suas necessidades, sendo assim, introduzido, o negro no mercado de trabalho, que passou a contribuir na formação social, cultural e econômica do Brasil.

Para Salles (1971), a cidade de Belém foi marcada quase que exclusivamente pelas guerras entre holandeses, franceses, ingleses e irlandeses que exploravam feitorias no baixo amazonas, onde se iniciou a exploração das colônias agrícolas. Já em 1637 duas décadas após a fundação de Belém, que ocorreu em 1616, havia para os seus quase 200 moradores, muitos escravos, entre estes escravos indígenas, segregados tanto pelos portugueses quanto pelos padres jesuítas, que não misturam os indígenas com os brancos para não se viciarem, a exemplo do que havia ocorrido no Paraguai.

Dessas desavenças derivou a introdução da escravaria de África que, promovida pelos jesuítas, representava um acordo. A ação de Antônio Vieira nessa contenda foi decisiva. Ele manobrou habilmente frente a dubiedade e fraqueza dos agentes do governo. Como último recurso, aceitava-se o preto escravo que deveria ocupar o lugar do gentio nos trabalhos da lavoura. A experiência que se realizava no Estado do Brasil, onde o negro substituiu vantajosamente o braço indígena, deve ter estimulado essa resolução ou inspirado seus proponentes. Contudo, condições especiais da Amazônia, sobretudo uma lavoura incipiente, que prosperava com lentidão, retardou a organização do tráfico... Em linhas gerais, o pensamento de Antonio Vieira, conforme João Lúcio de Azevedo, era: introdução de escravos de Angola por conta da Coroa;

proibição absoluta dos resgates dos índios; desenvolvimento das Missões e entrega das aldeias aos padres da Companhia de Jesus. Justificava da seguinte maneira: a raça nativa era fraca e só pela segregação poderia servir, como a experiência havia demonstrado. O negro fora escravo em todos os tempos e já o era entre os seus. Pela organização do trabalho colonial não podia ser dispensado o trabalho servil. Que se sacrificasse, portanto, o africano em benefício da raça que os jesuítas queriam redimir e que já lhes houvera custado sacrifícios sem par! Lhe propunha uma troca (SALLES, 1971, p.4).

Mais o que se discute aqui é essa forma de escravidão que se não foi com os índios foi com os negros, e o que se pretendia não era o bem estar de um ou de outro mais sim o lucro comercial das negociações de interesse da Coroa Portuguesa como de seus grandes e ricos comerciantes.

O que foi confirmado por Salles, (1971, p.5), ao confirmar em documentos que os comerciantes queriam escravos que lhes trouxessem vantagens comerciais e como os índios que foi a primeira força bruta adquirida foram impedidos pelos jesuítas de serem escravizados, a metrópole aceitou a troca proposta, sendo assim organizado em “1682 a Companhia do Comércio do Maranhão, que chamou a si o encargo de introduzir escravos africanos”. O prazo estabelecido foi de introduzir em 20 anos 10.000 escravos negros na colônia, no valor de 100 mil réis cada peça humana. Experiência que não deu certo pelo valor exagerado do produto que tinha muita diferença de preço em relação ao sudeste do País. “Ai também os colonos pouco se interessavam pelas peças da África, que lhes chegavam escassamente e por um preço elevadíssimo”.

Tudo leva a admitir que o ideal dos capitães da conquista amazônica haja sido a fundação da indústria açucareira no Pará. Sabia-se que os holandeses possuíam feitorias e engenhos no Xingu, e, de resto, todas as crônicas dos tempos iniciais do Forte do Presépio estão vasadas e palavras de encanto pelas promessas econômicas das terras do rio-mar numa antevisão de futuros engenhos com a marca do senhorio rural que sonhavam instituir. Notamos que a experiência agrícola empreendida pelos portugueses na Amazônia não se desenvolveu extraordinariamente (SALLES, 1971, p.4).

A discussão traz também o fracasso da empreitada na agricultura amazônica e que segundo Salles, (1971, p.7) os motivos foram os mais diversos entre estes a diversidade e intensidade do território, como a inexperiência para o cultivo em terras nunca antes exploradas, e que foi realizada através da prática nômade e que permanece até hoje sendo praticada em muitos cantos do Pará, inclusive na Itaboca, terra de quilombo, que culturalmente possui hábitos rudimentares de plantio, cultivo e colheita, como exemplo o cultivo e produção da mandioca.

Para Amaral (2008), os negros escravizados nos séculos XVI e XVII, vieram de Angola, Benguela, Moçambique, Costa da Mina para abastecer o mercado do Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e Pará. A proximidade do Brasil com o continente africano, possivelmente, contribuiu para o grande e intenso tráfico comercial do povo da África para o Brasil.

Entre os negros que vieram para o Brasil, destacavam-se aqueles fortes e vigorosos, que eram tratados como animais ou mercadorias, não sendo considerados membros integrantes da sociedade estamental e sobre suas costas pesavam os mais pesados e difíceis trabalhos. A sociedade brasileira na sua fase colonial se apoiava no trabalho dos negros, que dominava quase que todas as esferas da vida na sociedade da época. Em geral os negros foram submetidos aos intensos e aos brutais serviços nas fazendas durante o dia todo, mas em cada localidade apresentou uma nova especificidade (SALLES apud AMARAL, 2008, p 87).

A literatura sobre a escravidão negra na Amazônia foi menos expressiva em termos quantitativos, quando comparada a outras regiões do país. Todavia, o papel dos escravos na criação de formas originais de vida e de adaptação às condições de vida na Amazônia não é menor. As marcas dessas formas de vida e das lutas contra a escravidão estão presentes até hoje na memória dos quilombolas, segundo Amaral:

Até o terceiro quartel do século XX, os estudos e trabalhos sobre a presença de negros e de quilombos no Brasil davam ênfase maior às regiões Nordeste e Sudeste brasileiras, em detrimento às demais regiões; construía-se, assim, um mito da inexistência ou da baixa representatividade negra e quilombola na Amazônia. Se, de um lado, durante décadas e até séculos, a literatura produzida no Brasil subestimava a significativa presença do negro no Estado do Pará e na região Amazônica como um todo, de outro lado, e ao mesmo tempo, ia criando uma imagem idealizada da Amazônia, vista a partir de uma percepção externa [...]. Contrariando essa ideia, ou pelo menos apontando outra perspectiva, existem alguns documentos e relatos de viajantes à Amazônia que citam uma dispersa população negra e ou quilombos espalhados pelo interior dessa imensa região; as quais, no futuro poderiam ser pesquisadas, compreendidas e visibilizadas (Cf. BASTOS, 1866; BATES, 1979; COUDREAU, 1901; KIDDER, 1980; LA CONDAMINE, 1992, dentre outros). Estes se encontram entre os primeiros trabalhos que relatam e apresentam as práticas sociais, culturais, comportamentais dos quilombos espalhados no ambiente amazônico, bem como a utilização de recursos naturais daquela região AMARAL, (2008, p 87).

Foi a obra de Vicente Salles (1971), “O Negro no Pará sob o Regime de Escravidão”, que conseguiu orientar a discussão e o valor dessa etnia no território, trata-se de um clássico sobre a historicidade da presença negra na região, advindo de um minucioso estudo dos registros de jornais e documentos oficiais dos séculos XVII e XIX. Traz uma contribuição para o entendimento da mestiçagem biológica e cultural da época, valorizando a inserção africana na sociedade brasileira, paraense, amazônica. “Os contatos interétnicos se processaram

intensamente, isentos do mais rudimentar preconceito racial, fundindo num todos os três estoques fundamentais: o branco, o índio e o negro”. (SALLES, 1971, p. 96). Como bem ressalta Amaral:

A partir da década de 60, a ideia da baixa representatividade do negro no Pará, e consequentemente na Amazônia, foi questionada e alterada principalmente depois dos trabalhos como de Anaiza Vergolino e Silva (1967) “Alguns Elementos para o Estudo do Negro na Amazônia”; Arthur Napoleão Figueiredo (1977) “Amazônia, Tempo e Gente”; Vicente Salles (1971/1988) “O Negro no Pará sob o Regime da Escravidão”; Rosa Acevedo Marin (1985) “Du Travail Esclave au Travail Libre: Le Pará (Brésil) sous le Regime Colonial et sous L’Empire (XVII-XIX e Siècles)”; Vergolino-Henry e A. Napoleão Figueiredo (1990), A presença africana na Amazônia Colonial. (AMARAL, 2008, p 96).

Dados estudado por Salles, (1971, p. 9), apontam que houve introdução de negros da África em 18 de março de 1662 da Angola e outra datada de 1º de abril de 1680 da Costa de Guiné para o Maranhão e Pará por conta da fazenda real. Afirma que essas duas provisões demonstram que a política escravista da metrópole, ocorreram devido ao sucesso obtido pelo Estado do Brasil, que procurou estender-se também ao estado do Maranhão e Grão-Pará, onde a posse de vastos territórios já se achava assegurada e onde se tentava organizar a economia de base agrária para garantir sua efetiva ocupação.

Até os meados da próxima centúria, o tráfico de peças do sertão terá indiscutível relevo. E os capitais desviados para esse negócio forçosamente haverão de retardar o desenvolvimento do comércio de peças da África. Mas o indígena, enquanto escravo, nunca representou um bom emprego de capitais. Múltiplos fatores indicavam a rápida substituição dessa mão de obra mais abundante e barata, mais pouco duradoura. Em consequência, resultava a longo prazo ser mais onerosa. (SALLES, 1971, p 13).

A proibição do cativo de índios foi uma das formas encontradas para estimular o tráfico negreiro para o interior do Pará, tudo ocorreu de forma muito lenta em decorrência da entrada do sertão ser de habilidade do índio que estava agora proibido, mesmo que ilegalmente fosse ainda utilizado para esse fim, já que dessa forma havia ameaça as atividades comerciais dos predadores de escravos vermelho segundo menciona Salles, 1971, p 16), “ Por lei de 8 de abril de 1688 a metrópole determinou que todos os anos se fizessem resgates nos sertões e que os índios resgatados se repartissem entre os moradores.”

Mais foi com o governador do Maranhão Pero Cesar de Menezes em 1673, que chegou a fábrica de anil, que por não ter dado certo foi transferida para o Pará, motivo pelo qual foi transferido também vários negros com habilidades para a produção, fato que favoreceu também o desembarque de 900 negros de uma nau holandesa no Maranhão.

Na Amazônia a compra de escravos negros foi subsidiada pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em troca do monopólio do comércio na região, no período de 1755 a 1778, quando essa Companhia trouxe à região mais de 25 mil escravos. Desse total, aproximadamente 15 mil se estabeleceram no Pará, porém nesse período é enfático citar que os dominadores ao mesmo tempo eram dominados, os meios de produção conferiam a dominação econômica e social, cujo status colonial era exercido pela metrópole portuguesa, realidade retratada no trecho abaixo.

Com isso, não era dado aos dominadores nativos tomar as decisões cruciais a respeito de seus interesses. Não que estes fossem totalmente ignorados, e nem poderiam sê-lo, pois os dominadores nativos estavam afinal de contas à frente do processo de produção que alimentava os copiosos créditos da coroa. Mas prevaleciam os interesses da classe que em Portugal aproveitava da produção colonial – uma burguesia comercial que se notabilizava pela sua sórdida capacidade. Como consequência, também os dominados se sentiam explorados, não considerando satisfatório o quinhão que lhes tocava no processo de exploração dos dominados (FREITAS, 1982, p. 80).

O comércio de escravos continuou mesmo com a extinção da Companhia, porém em menor número. A partir desta época, os negros passaram a vir de outras regiões do país ou através do contrabando. O tráfico permaneceu ativo até as primeiras décadas do século XIX.

Os escravos trazidos da África trabalharam em atividades agrícolas (nas fazendas de cana-de-açúcar, de algodão, de cacau e de tabaco), no extrativismo das chamadas "drogas do sertão" (canela, baunilha, cravo, raízes aromáticas, salsaparrilha, urucum e sementes oleaginosas), além de servirem em trabalhos domésticos e em construções urbanas públicas e privadas.

O aumento da oferta de mão-de-obra africana na Amazônia não eliminou a escravidão indígena. "Negros da terra" e "negros da África" dividiram, por muito tempo, o mesmo mundo de trabalho, como ressalta Gomes:

Isso aconteceu em várias partes do Grão-Pará, principalmente durante a administração pombalina, com a implantação e, depois, a desestruturação dos Diretórios dos Índios. Populações indígenas inteiras eram atraídas, 'resgatadas', ou por meio dos *descimentos* acabavam sendo recrutadas para trabalho compulsórios por toda essa era colonial. Havia, assim, constante migração das populações indígenas, transferidas das suas localidades de origem para as das feitorias, fortificações e outras regiões de produção extrativista e de agricultura. Este processo foi longo e penoso para as populações indígenas amazônicas. Houve resistência, lutas, levantes, fugas e formação de mocambos. GOMES, (2005, p.35).

Mais na verdade não há dúvida de que o jogo político e econômico era quem comandava tudo, em primeiro pela intenção da Coroa Portuguesa que encontrou no Brasil uma “mina de ouro” das mais diversas riquezas, até mesmo de tráfico humano como a exemplo dos gentílicos. Segundo os interesses comerciais surgiram das mais diversas facções e classes sociais, como a exemplo dos grandes comerciantes, da igreja e da própria governança local que se apoderou de todas essas intenções para o tráfico e do comercio.

Os documentos oficiais conhecidos também são pouco esclarecedores. Mais importante era sem dúvida a escravidão do gentio. Quase todos os documentos atestam o plano secundário do negro. Ele só é realçado com alguma ênfase quando se declara abertamente a disputa do indígena, fator de discórdia entre missionários – especialmente jesuítas – e colonos. Estes, ocupando as posições de mando e mantendo o controle do aparelho administrativo, acabam transformando o caráter da luta, o que deixou como resultado o antagonismo entre missionários e governo temporal. (...) Na verdade, entra em jogo o destino político e econômico do Estado. Os missionários se organizaram à maneira de repúblicas, como se referiu ironicamente Antonio Vieira, e como, sem ironia, também aludiu Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Como repúblicas, as ordens não só eram auto-suficientes, como autônomas. Havia rivalidades entre elas e até um regime competitivo, no setor econômico (SALLES, 1971, p 23).

Essa realidade encontrada em registro por Vicente Salles mostra que o negro escravo era o menos importante na cultura social, foi mencionado como mais uma peça humana, que precisava fazer parte do contexto para fins lucrativos de todos, menos deste ser que foi tirado e arrancado de suas raízes como um animal irracional que não tinha emoções e sim apenas cor. A solução segundo os registros de Salles encontrada para apaziguar os conflitos e acelerar as pretensões de todos os envolvidos foi:

A divisão do território, entre as diferentes ordens, foi a solução que impediu o choque e estabeleceu um *modus vivendi*. As missões cresceram, enfeixaram uma soma de poder social e econômico superior a dos estabelecimentos agrícolas ou mercantins dos colonos, eternamente insatisfeitos, choramingando miséria e decadência de suas lavouras e economias. Politicamente, porém, elas não souberam atuar. Por isso os colonos, aliados aos militares, galgaram as posições de mando, adquiriram títulos de nobreza, de terras e outros privilégios especiais. Através das Câmaras de São Luis e de Belém consolidaram seu prestígio, enfrentaram e por fim derrotaram as repúblicas religiosas (SALLES, (1971, p.23).

É confirmado que o problema da escravatura do negro não foi apenas uma simples necessidade de escassez de mão de obra, e ou substituição de trabalho forçado por quem não tinha o domínio da lavoura importada para o desenvolvimento da Amazônia e Pará, mas também como a troca necessária do gentio pelo negro como uma mercadoria, como diz Salles, (1971), “despejada nas praças de comercio do estado do Maranhão e Grão-Pará”.

1.3. LUTAS E RESISTÊNCIA NA TRAJETÓRIA DOS QUILOMBOS COMO ESPAÇO DE LIBERDADE

A organização dos quilombos no Brasil tornou-se um espaço de autosegregação de negros, ou melhor, de liberdade daqueles que por meio da fuga, muitas vezes, associados a índios, conseguiam estruturar uma sociedade a parte, com componentes culturais influenciados por seus atos e costumes oriundos das sociedades das quais foram arrancados.

Nesses espaços, construíam uma sociedade com uma organização capaz de garantir suas sobrevivências, obtendo recursos em quantidade satisfatória para alimentação, vestimenta e moradia, não sendo capaz de dar vazão às suas potencialidades produtivas, pois esses grupos sociais comumente se organizam e mantêm relações entre eles mesmos.

Freitas (1980, p. 80) ressalta “Os protestos escravos iluminarão um sem-número de contradições históricas que, de outro modo, sempre permanecerão incompreensíveis”. Estes eram impedidos de professar suas crenças ou fé de origem africana, assim como suas festas e rituais, por medo de agrupamento e propensa aglutinação e formação de grupos para planejamento de rebelião.

Os senhores exigiam que estes aprendessem a língua portuguesa para comunicação. Essas imposições aos negros não impediram resistências em manutenção de suas raízes, sua cultura; escondidos utilizavam seus rituais e praticavam suas festas, a exemplo da capoeira e dos rituais religiosos, como a macumba e o candomblé, que até os dias atuais permanecem na cultura brasileira.

Os negros também resistiram à escravidão, comprando sua liberdade ou fugindo das senzalas. A libertação era conseguida através das revoltas nas fazendas, quando grupos de escravos amotinados se revoltavam e fugiam em massa para as florestas, formando a partir dessas fugas os espaços denominados de quilombo, um termo de origem angolano, que significa aldeias de refúgio, o qual passou a se configurar com espaços de liberdade daqueles que conseguiam fugir de seus algozes patrões e não eram encontrados.

Essas aldeias eram localizadas, portanto, em espaços de difíceis acessos, em lugares preferencialmente inacessíveis como os altos das montanhas ou grutas. Os negros fugitivos organizavam suas vidas livremente em pequenas aldeias chamadas de mocambos. Estas lutas se deram primordialmente no quadro rural, onde vivia grande parte dos escravos.

Quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em O fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava. (MOURA, 1981, p.87).

Citar quilombos e dizer que estes negros traficados não lutavam contra a escravidão e que estes não procuravam a fuga para o término desse sofrimento, parece negar a organização dos quilombos. Muitos estudiosos entre historiadores e sociólogos citam e rebatem em suas obras como Moura (1981), “que os escravos negros, por uma série de razões psicológicas, não lutavam contra a escravidão”. Sendo-lhes negado o direito a dizer que eram fugitivos? E que não lutavam contra a escravidão? O que questiona Clóvis Moura é que esse processo de acomodação foi promovido por estudiosos do assunto que só copiavam obras, e não se emaranhavam nas próprias pesquisas.

Os quilombos eram os espaços distantes para onde uma organização de africanos fugitivos se dirigiam, a fim de dificultar a captura dos mesmos e os diferentes mecanismos de capturar e de castigar à rebeldia daqueles que não aceitavam serem colocados como simples instrumentos rudimentares de exploração da força de trabalho.

Estes eram, portanto, espaços de liberdade, implicados por regras e costumes relacionados às suas tradições culturais. Nos quilombos a organização social e produtiva era coletiva, muitas vezes, favorecidos pelas condições de segurança e de vida nas florestas, essas são as memórias dos velhos. Onde os remanescentes de quilombos lembram em suas memórias às histórias de seus ancestrais.

O mérito de discutir as raízes do negro é imensurável pelo aspecto de levantamento dos dados ser em terras quilombolas, antes habitadas por quem já foi escravo, e onde se percebe suas características nas historicidades repassadas para seus ancestrais que confirmam que seus familiares passaram por maus tratos que os obrigaram a fazer inúmeras rebeliões nas senzalas, pois a cada descoberta percebe-se que não existia no Brasil democracia racial como aparece em Gilberto Freyre, já que em suas obras o que se percebe são aspectos para escamotear a verdadeira relação entre senhores e escravos.

O que de fato se via segundo Moura (1981, p. 14), ... “essas reações iam desde os suicídios, fugas individuais ou coletivas, até à formação de quilombos, às guerrilhas, as insurreições citadinas e a sua participação em movimentos organizados por outras classes e camadas sociais”.

Por outro lado, é importante citar que o autor teve o cuidado de explorar a origem das organizações tribais africanas para melhor ou maior compreensão da organização dos quilombos e o processo de destribalização destes ao serem inseridos no Brasil. Moura (1981, p16), mostra que “Na formação da sociedade brasileira foi o escravo o elemento que durante grande tempo conseguiu estabilizar nos trópicos uma economia latifundiária e colonial, baseada na exportação de gêneros para o mercado mundial”.

Com essa afirmação compreende-se que os senhores de escravos só conseguiam manter seu negócio a partir do momento que possuísse de dois ou mais pares de escravos, onde era usado um pra caça e outro pra lavoura. “Mas ao mesmo tempo, foi o quilombola, o negro fugido nas suas variadas formas de comportamento, isto é, o escravo que se negava, que se transformou em uma das forças que dinamizaram a passagem de uma forma de trabalho para outra, ou, em outras palavras a passagem da escravidão para o trabalho livre”. Para Moura, no Brasil:

O processo de destribalização ao sofrer o impacto do sistema escravocrata não foi uniforme... A hierarquia tribal funcionou em certas revoltas de escravos no Brasil numa constelação nova... As reminiscências dos traços tribais em alguns casos conservavam e serviam para que os escravos se organizassem visando a minorar sua situação. Podemos citar, no particular, a hierarquia conservada nos “cantos”, nos batuques, nas festas religiosas, nas irmandades e confrarias, nos próprios quilombos” (MOURA, 1981, p18).

Pode-se observar nos territórios quilombolas elementos sobrevivente desta organização, segundo Moura (1981) a hierarquia que se estabelecia nos quilombos exprimia um novo sistema de valores criado pelos rebeldes, isto é, significava que a dicotomia senhor escravo criado pelos rebeldes deixava de funcionar para que outros padrões de controle pudessem surgir nos quilombos, com mais prudência e respeito aos subordinados.

O quilombo para Moura (1981, p.89) é uma instituição que surgiu na sociedade de escravos em decorrência de fugas sucessivas, pelos maus tratos passados, e iam viver com seus semelhantes que passavam pelas mesmas atrocidades para assim sobreviverem. Os quilombos proliferaram inicialmente como forma fundamental de resistência e surgiam em todas as colônias e todas as matas e colocava em polvorosa os senhores de terras. Assim, eram comuns tumultos constantes e os ataques às fazendas e a ocorrência de morte de feitores e capitães do mato.

Para Freitas, (1980, p. 29) “Na formação social escravista do Brasil, o instrumento por excelência da luta dos escravos foi o *quilombo*”, difundido como versão brasileira² de estrutura homônima que;

floresceu em Angola nos séculos XVII e XVIII. O termo quilombo é o aportuguesamento de *Kilombu*, que em *quimbundo* significa arraial ou acampamento. Os quilombos angolanos representaram esporadicamente, sobretudo no início do século XVII, uma forma de resistência à conquista lusitana. Uma vez que o maior contingente de escravos brasileiros proveio de Angola, ganha verossimilhança a hipótese de que se tenha recriado uma experiência de luta da África (FREITAS, 1980, p.29).

Ressalta-se que, para o Conselho Ultramarino do governo português, registrado em seus autos em 1740, o Quilombo é “todo agrupamento de negros fugidos que passe de cinco, ainda que não tenham *ranchos levantados* em parte despovoadas nem se achem *pilões* neles”. Já para o conceito antropológico da Associação Brasileira de Antropologia de 1989, esse agrupamento constitui toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos, vivendo de cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado.

A presença de quilombos no Brasil bem como sua discussão atravessa séculos, a exemplo do que ocorreu no Nordeste do Brasil (MOURA, 1993; CARVALHO, DÓRIA, OLIVEIRA JH, 1996), estando ligadas, de certa forma, à história da colonização dos continentes africano e americanos e a entrada do negro na economia brasileira (cf. DIAS, 1970; FERNANDES, 1976; NASCIMENTO, 1978; SALLES, 1988, 2004; BAIOCCHI, 1983; VERGOLINO-HENRY, FIGUEIREDO, 1990; ACEVEDO, CASTRO, 1998; GOMES, 1999, FUNES, 1995). Vindo de diversas partes da África (VERGOLINO-HENRY, FIGUEIREDO, 1990; GOMES, 1999, FUNES, 1995), os negros trouxeram suas culturas que sobreviveram, resistiram ou se fundiram, mas serviram como elemento de resistência contra sua opressão (AMARAL, 2008, p. 90).

O autor afirma que os estrangeiros ao chegarem ao destino definido para o tráfico, utilizavam o comércio de vários produtos vindos das Antilhas e América em troca de homens para escravizar. Conclui que “Os negros eram transportados para as diversas localidades da América do Norte, América Central e América do Sul, como as regiões Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil, onde se iniciava uma nova etapa e uma nova história para esses africanos e seus descendentes” (Idem, 2008).

Na Amazônia com a exploração da borracha, a partir da década de 1860, mesmo após a abolição do tráfico e das fugas. Os quilombos no Pará possuíam as mesmas características de outras regiões do Brasil quanto a sua organização e historicidade.

² Segundo Freitas, (1980, p. 28) “É certo que eclodiu em Salvador, entre 1807 e 1835, uma série de revoltas urbanas de escravos, a última das quais foi uma resoluta tentativa de tomada do poder. Ao que se saiba, estas foram as únicas revoltas urbanas de escravos no Brasil e no Novo Mundo”.

Alguns mocambos se formaram nas proximidades da lavoura canavieira, bacias do rio capim, Moju, Igarapé-Mirim e Tocantins. Foram batidos facilmente alguns, outros nem chegaram a ser incomodados. A proximidade com o centro da maior concentração de escravos e da capital paraense, favorecia a rápida nucleação dos escravos e o trabalho organizado da fuga para os mocambos. (SALLES, 1971, p.263),

Esse mapa reflete a concentração de negros escravos e a formação dos quilombos ao longo da história da escravidão no Brasil.

FIGURA. 1 – Mapa das Terras Quilombolas Tituladas e em Processo no INCRA.



FONTE: INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e ITERPA (Instituto de Terras do Pará) 2014.

Os estudos até então realizados apontam que a organização social dos negros nunca se deu de forma isolada, elas ocorriam em grupos. Dizia Salles ainda que, (1971, p. 237) duas categorias podem ser identificadas em relação aos quilombos: uns surgiram das fugas dos escravos, tendo, inclusive, a figura do *acoutador* denominado aquele que seria de organizador

da fuga e tinha a responsabilidade de esconder o fugitivo (nesse caso essa pessoa podia ser um negro ou um aproveitador da situação de desespero em que os escravos viviam); e o *capitão do mato*.

Como também é importante dizer que estes possuíam o que afirma Salles (1971, p, 246), “este tinha profissão regulamentada pelas Assembleias Legislativas”. Essas categorias vão além das fugas, pois contribuem também para a formação religiosa advindas dos africanos, como as organizações do catolicismo negro, na Itaboca pode-se observar essa realidade, com a crença religiosa em São Sebastião, formando a irmandade do santo na instituição igreja católica presente na comunidade.

CAPÍTULO II

PARTICULARIDADE DA INSERÇÃO TARDIA DO NEGRO NA AMAZÔNIA

2.1 INSERÇÃO DO NEGRO EM INHANGAPI: UMA HISTÓRIA A SER DESVENDADA

O Estado do Pará tem uma população de 7.688.593 habitantes, possui 144 municípios. O nome Pará significa rio-mar na língua indígena tupi-guarani. Era assim que os índios denominavam o braço direito do rio Amazonas, engrossado com as águas do rio Tocantins, que o torna tão vasto ao ponto de não se poder ver a outra margem, mais parecendo um mar do que um rio. Ao chegarem à região, os portugueses deram primeiramente o nome de Feliz Lusitânia terra, que foi depois substituído pelo de Grão-Pará (grande rio), para finalmente, se tornar apenas Pará.

Estrela na Bandeira Nacional acima do dístico "Ordem e Progresso", o Estado do Pará já foi território independente do Brasil. Ligado diretamente ao Reino de Portugal logo no começo de sua colonização, o Estado do Maranhão e Grão-Pará era separado da então colônia portuguesa na América.

Grande parte das terras paraenses também já pertenceram, mesmo que só no papel, à Coroa Espanhola, devido à União Ibérica, entre 1580 e 1640. Após o fim dessa União Ibérica, foi incentivada a colonização do Pará, cujas terras já estavam sob a mira de outras nações europeias. Portugal substituiu o comércio das especiarias orientais pelo extrativismo das chamadas "drogas do sertão", descobrindo uma alternativa econômica e ajudando a desbravar o território do Grão-Pará.

A região onde hoje se encontra o Estado do Pará foi diversas vezes invadida desde o início do século XVI, por holandeses e ingleses em busca de sementes de urucum, guaraná e pimenta. A ocupação portuguesa consolidou-se em 1616, com a fundação do forte do Presépio, mais tarde denominado forte do Castelo, na baía de Guajará, que deu origem à cidade de Belém.

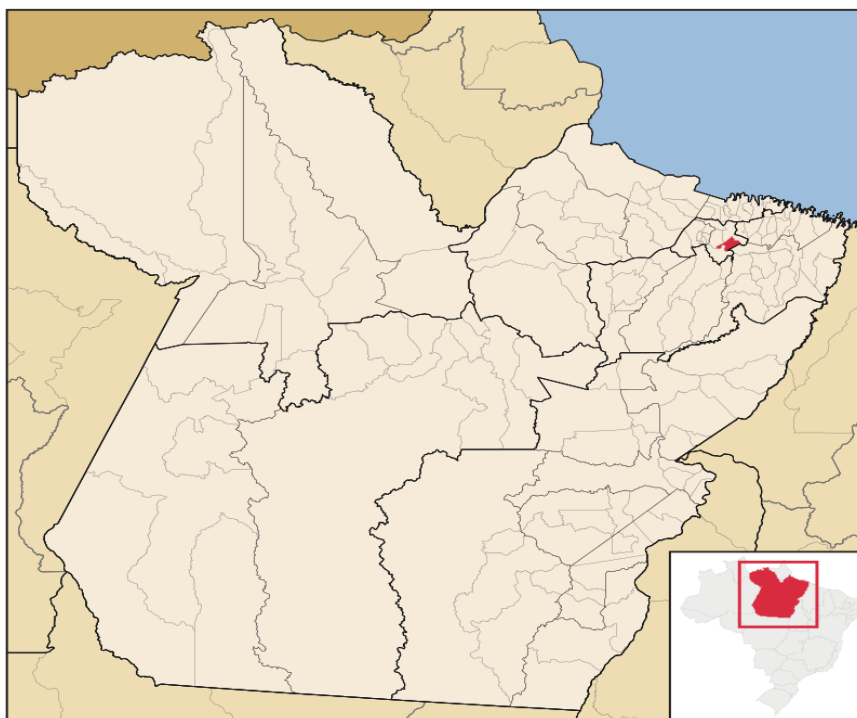
No século XVII, a região conheceu um período de grande prosperidade, com a proliferação de lavouras de café, arroz, cana-de-açúcar, cacau e tabaco, além de fazendas de gado. No final do século XIX, o crescimento econômico atingiu seu ápice a partir da exploração da borracha, que trouxe grande desenvolvimento para a região norte do país. Com o declínio deste ciclo, veio um período de estagnação, da qual o Pará só saiu na década de 60, com o desenvolvimento agrícola do sul do Estado. Na década de 70, o crescimento foi acelerado com a exploração do ferro na serra de Carajás e do ouro em Serra Pelada.

A bacia hidrográfica do estado do Pará abrange área de 1.253.164,5 km², sendo 1.049.903,5 km² pertencentes à bacia Amazônica e 169.003,5 km² pertencentes à bacia do Tocantins. É formada por mais de 20 mil quilômetros de rios extensos e perenes como o Amazonas, que corta o estado no sentido oeste/leste e deságua num grande delta estuário com inúmeras ilhas, entre elas a ilha do Marajó, ou os rios Tocantins e Guamá que formam bacias independentes. Seus principais rios são: Amazonas, Tapajós, Xingu, Jari, Tocantins e Pará.

De clima tropical e com área de 1.247.950.003 km² dividida em 144 municípios, o Estado do Pará é o segundo maior estado brasileiro em superfície, correspondendo a mais de 16% do território nacional. Suas fronteiras são: Suriname e o estado do Amapá ao Norte; ao Nordeste encontra-se o Oceano Atlântico; ao Leste o estado do Maranhão; ao Sul Mato Grosso; ao Oeste o Amazonas; a Noroeste, Roraima e Guiana; ao Sudeste, o estado do Tocantins.

O Pará é habitado por uma população miscigenada, formada por índios, ribeirinhos, quilombolas, imigrantes de diversos estados brasileiros, na ordem de 7.581.051 habitantes (IBGE 2010), se apresenta como o mais populoso Estado da região que aliado a grande extensão territorial, confere uma densidade demográfica de 6,07 hab./km², traduzindo a existência de significativas áreas de vazio populacional. Sua capital é o município de Belém, a segunda maior população metropolitana da região Norte. Outras cidades importantes do Estado são: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Barcarena, Cametá, Castanhal, Itaituba, Marituba, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Santarém e Tucuruí. Onde também localiza-se Inhangapi no nordeste paraense, conforme retrata o mapa abaixo.

FIGURA. 2 - Mapa de localização de Inhangapi



Fonte: IBGE 2015

Existem no Estado 432 comunidades quilombolas, presentes em 43 municípios, dessas comunidades 135 tem suas terras tituladas pelo ITERPA. Entre estas encontra-se Itaboca em Inhangapi Pará. Os principais problemas enfrentados por esta população são o difícil acesso aos serviços de saúde e saneamento básico precário.

O Pará, assim como os demais Estados que compõem a Região Norte, apresenta diversas situações desfavoráveis que o coloca em desvantagem, em relação ao restante dos Estados brasileiros. Tal afirmação se observa em alguns dados do CENSO 2010. Cerca de 10% do total de nossa população ainda é analfabeta e a cobertura de abastecimento de água regular está ausente em mais de 500.000 domicílios.

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do Pará ainda está longe da média nacional e dentre os municípios do Estado, os do arquipélago do Marajó são os que estão mais distantes de alcançar um desenvolvimento desejável. É na quase totalidade dos municípios dessa região que se verificam as maiores dificuldades com relação ao acesso a políticas públicas econômicas e sociais, determinando má qualidade de vida em função da baixa renda, da insuficiente rede viária e de transportes, do acesso à educação e aos serviços de saúde e saneamento.

Apesar do município de Inhangapi não fazer parte da região das ilhas, possui dados históricos que segundo o IBGE mesmo sendo este município do nordeste paraense e encontrar-

se situado na zona fisiográfica Bragantina, fazendo parte da região metropolitana, configura-se em dados sócioeconômico aos municípios de baixa renda, comparado aos municípios do Marajó. Mapa apresentando localização exata dos municípios do nordeste paraense localizados na mesorregião metropolitana de Belém

FIGURA.3. Mapa da Região Metropolitana III – Nordeste Paraense



Fonte: Projeto da Rede Cegonha do SESP/2014

A ocupação do município data de fins de 1898, quando ali foi fundado um núcleo colonial que recebeu a denominação de Inhangapi, em virtude de este ser banhado pelo rio Inhangapi. O topônimo indígena, de origem tupi, significa caminho do diabo.

Até 1900, a colônia era composta, somente, por imigrantes nacionais. Mais tarde, após a instalação de 12 fornos de cobre para fabricação da farinha, a localidade prosperou, e já em 1920, constituía, como distrito da 11ª circunscrição do município de Belém. Inhangapi figurou subordinado a Castanhal. Só em 1943, através do Interventor do Estado Federal o Coronel Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, Inhangapi ganhou autonomia através do Decreto Lei nº. 4.503, pelo qual obteve autonomia político-administrativa.

Seus principais acidentes geográficos: é banhado pelo afluente da margem do Rio Guamá. Localização: possui uma área de 471.49 Km², com 35 localidades. Clima: Equatorial quente e úmido. Distância do Município: para Belém 75 Km em via terrestre. Limites: NORTE:

Castanhal; SUL: São Domingos do Capim; LESTE: São Miguel do Guamá; OESTE: Bujarú e Santa Izabel do Pará.

É através da PA 136 que tem origem em Curuçá e liga Castanhal ao município, que se dá o principal acesso a Inhangapi. Fazendo parte da Mesorregião metropolitana de Belém tem uma privilegiada localização no nordeste paraense, distando 91 Km da Capital do Estado e Microrregião Geográfica de Castanhal, apresentando uma dimensão de 471 Km², com uma população de 11.053 habitantes, dados do IBGE/2015. A economia local está centrada na produção da lavoura, estando concentrada na agricultura, pecuária e extrativismo do açaí e castanha do Pará.

Dentre os municípios da microrregião, o que exerce maior influência sobre a população do imóvel, destaca-se Castanhal devido a sua proximidade com a área. “A sede Municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 01° 25’ 45” de latitude Sul e 47° 54’ 54” de longitude a Oeste de Greenwich.

O crescimento demográfico é de 1,19% habitante/ano. A distribuição populacional é de 9,8 hab/Km². A mesma encontra-se concentrada na zona rural com 72% de sua população, demonstrando ser um município eminentemente rural, ficando apenas 28% de sua população residente na área urbana.

A taxa de crescimento anual estimada é de 7,2%. Quanto à esperança de vida ao nascer está estimada em 62 anos, sendo 59 anos para os homens e 66 anos para as mulheres.

Dados de 2012 do censo escolar municipal da secretaria de educação revelam que a estrutura escolar possui 58 escolas funcionante, entre pré-escolar ao nível médio, com um total de 4105 alunos e 65 professores na ativa.

Os equipamentos escolares ainda estão distribuídos nas áreas mais urbanizadas, fator que leva a um número muito elevado de evasão escolar, pela dificuldade de deslocamento (transporte) para os alunos que residem na área rural. Observa-se que 43,6 % da população geral, é formada por estudantes, nas mais diversas faixa etária. O ensino médio só é ofertado na cidade de Inhangapi, tendo necessidade de deslocamento de alunos de todas as agrovilas, para que possam ter acesso à este nível de escolaridade, justificando a maioria encontrar-se matriculado no período noturno, pelo fato destes trabalharem na agricultura.

A população com 10 anos ou mais, segundo o grau de atividade econômica possui uma média de renda de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), do PIB (Produto Interno Bruto) do município de 2010 que é de R\$ 3610,05 (três mil, seiscentos e dez reais e cinco centavos) ano.

A renda per capita do município acompanha as dos demais da região de saúde, mais seu IDH de 0,78 ainda permanece baixo conforme o IBGE de 2010, esta realidade refere a baixa

escolaridade, baixa prevenção de doenças, em específico nas crianças de 0 a 7 anos e mães grávidas e seu puerpério.

Os domicílios segundo tipo de material de construção dados do SIAB de 2012 são 1383 de alvenaria que são 13,0% do total de moradias, 591 de madeira, 239 de taipa e 2249 que são 22,3% do total geral possuem outros tipos de moradia. Só 21% do total geral da população possui casa própria, o restante ou é alugada ou cedida, destacando as políticas públicas vários projetos em expansão como: Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, incentivo ao crédito e outros.

Alguns povoados originaram-se há mais de 100 anos, segundo relatos dos moradores mais antigos, a produção da farinha de mandioca já foi a principal fonte de renda, seguida da produção de arroz em casca, fibra, malva, borracha e madeira. Hoje a produção em evidência é o açaí, a pimenta, o côco e ainda a farinha, seguida da pecuária e retirada de argila para a produção de cerâmica.

São 37 comunidades que formam o município de Inhangapi, sendo que destas as comunidades de Petimandeuá, Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, Cumaru, Maracanã, Muraiteua, Areia Branca e Paraíso denominam-se afrodescentes, sendo que as comunidades de Petimandeuá, Muraiteua (que inclui Areia Branca) e Itaboca (que inclui as comunidades de Cacoal e Quatro Bocas) estão legalizadas como terras quilombolas com reconhecimento pela Fundação Palmares e ITERPA.

O Território Estadual Quilombola – TEQ – é o tipo de regularização destinada aos remanescentes das comunidades de quilombos, cujos territórios tenham sido reconhecidos como propriedade deles. Esse tipo de projeto visa a garantir o etnodesenvolvimento dessas comunidades através de um título definitivo. Nesse caso, o perímetro da área é demarcado e expedido um título definitivo coletivo em nome da associação. Os assentamentos criados pelo Estado e as áreas quilombolas são regidos por outros critérios, estabelecidos em normas próprias, isto é, os assentados recebem concessão de direito real de uso e os quilombolas a titulação definitiva e coletiva, conforme estabelece a Constituição Federal e a Constituição Estadual. (Relatório ITERPA de 2008, p. 41).

Foi nesse período que a população de Inhangapi também passa a observar a existência de comunidades quilombolas em seu território, até porque inicia-se com maior ênfase a discussão de uma política de impacto social étnico raciais para com essas comunidades. Com essa maior publicidade e início de uma mais efetiva participação dos remanescentes de quilombos nos processos de igualdade racial a presença histórica do negro de Inhangapi passou a ser mais visível e discutida. Não se sabe se valorizada. É desse povo que trata agora esse próximo item.

Segundo os mais velhos como o Sr. Sebastião de 87 anos, Sr. Oscar de 80 anos, Sr. Álvaro de 79 anos, moradores de longos anos da comunidade quilombola de Itaboca, são unânimes em afirmarem que tudo se iniciou por Petimandeuá, primeira comunidade conhecida como quilombola de Inhangapi com a chegada de 7 (sete) negros escravos da Sra. Anna Maria, portuguesa proprietária das terras. A Senzala era em Cacoal, hoje Itaboca que na época era todo território conhecido como Petimandeuá.

“ A Sra. Anna Maria, que doou as terras para os escravos que trabalhavam para ela, deve estar no céu, sorrindo contente, porque a ação feita por ela há mais de cem anos, deu consciência aos descendentes desses escravos que mantiveram essas terras, com todos os seus recursos naturais, durante todo esse tempo, quase intactos. E suas tradições culturais e religiosas, como o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, com 108 anos de existência permanecem com seus mais profundos valores (NARDELLI, 2007, p.59).

Petimandeuá, tornou-se referência para muitos pela apresentação dos negros de cor bela e chamativa pela glamorosa etnia em destaque, fato que sempre chama atenção aos demais da sociedade de Inhangapi e da região, sendo território de inúmeros estudos por ter constituído espaço de quilombo há décadas atrás.

Os espaços de quilombo segundo os historiadores existiram em todo o Brasil, mais suas características são peculiares aos territórios de localização. Aqui em Inhangapi as pessoas remanescentes de quilombos, residentes em Inhangapi, mostram que essas populações tiveram que criar e recriar estratégias de sobrevivência em meio a espaços inóspitos. Sempre as proximidades de um majestoso rio e ou igarapé, e onde a mata além do sustento era sua primeira proteção, pois era o escudo do perigo da captura, como era a fornecedora de suas necessidades básicas como alimentos e abrigo.

Dados do Relatório de Gestão de 2012 da Saúde Municipal, retrata que a população residente se concentra na zona rural com 72% do total de 10.876 pessoas. Segundo a etnia, 72,46% da população se autodeclarou no último Censo do IBGE de 2010, como parda, seguida da cor branca com 14,27% e a população negra, com 12,66%.

A concentração maior de negros ocorre nas 10 (dez) comunidades quilombolas: Petimandeuá, Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, Paraíso, Muraiteua, Cumarú, Maracanã, Bandeira Branca e Gleba Pernambuco.

No território de Inhangapi esses espaços são reconhecidos como comunidades de quilombo, mais muitos ainda são grupos sociais sem identidade própria, pois só na década de 80 que a discussão de sua etnia passou a ser proliferada nessa sociedade através de estudos pelo curso de história da UFPA-Universidade Federal do Pará, e ainda de forma muito isolada, pois

até então apenas a comunidade de Petimandeuca era reconhecida e propagada como comunidade quilombola.

A expressão —comunidade remanescente de quilombos passou a ser veiculada no Brasil principalmente no final da década de 80, para referir às áreas territoriais onde passaram a viver africanos e seus descendentes no período de transição que culminou com a abolição do regime de trabalho escravo, em maio de 1888. Além de descrever um amplo processo de cidadania incompleto, veio também sistematizar um conjunto dos anseios por ações em políticas públicas visando reconhecer e garantir os direitos territoriais dos descendentes dos africanos capturados, aprisionados e escravizados pelo sistema colonial português. As terras dos quilombos foram consideradas parte do patrimônio cultural desses grupos negros e enquanto tais deveria ser alvo de proteção por parte do Estado (LEITE; FERNANDES, 2006, p. 8).

Reunir grupos de pessoas a favor de sua etnia, não é apenas isso que os quilombolas querem, está além da conquista do território, é resgatar suas raízes e buscar seus costumes e tradições de uma sociedade perdida ao longo da história. As pessoas mais velhas contam que o primeiro quilombo de Inhangapi, foi o de Petimandeuca, que incluía a Itaboca e seus arredores, e que a versão para a formação dos outros foram os conflitos existentes entre essas comunidades pela conquista e poder do território. Na fala do Sr. Dacivaldo, ex: vereador quilombola cerficamos registro na literatura de Nardelli:

Acabamos de formalizar a Associação Menino Jesus dos Quilombolas, isso vai fortalecer muito o desenvolvimento de nossa comunidade. Quando a associação não era regularizada estávamos perdendo a oportunidade de garantir nossos direitos e obter recursos, por exemplo, através do Programa Raízes, criado pelo Governo Federal e que trata dos povos indígenas e quilombolas.” (NARDELLI, 2007, p.58).

Mais a história nos mostra que as relações sociais eram de desconfiança com o outro, devido não gerar informações que pudessem levar a captura dos fugitivos como das posses das terras que era disputada pelos mais fortes e lideranças do local. Desta forma, foram se criando os quilombos, em meio ao tráfico e a inserção dos negros nas grandes propriedades agrícolas, a partir do século XVIII até meados do século XIX, criando uma concentração de negros em algumas regiões do Pará.

E assim ocorreu também em Inhangapi, que por ser banhado pelo Rio Guamá um dos maiores afluente do rio Amazonas, favoreceu a procura pelas suas terras, já que sua territorialidade é caracterizada por muitos rios e igarapés que sempre foram utilizados como meios de transito dos indígenas e escravos fugidos.

O Relatório do (ITERPA – 2010, p.7), em Inhangapi, as comunidades foram formadas em virtude da fuga dos escravos de Belém, que se tornou um processo contínuo e rotineiro a partir

da segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Mas, precisamente, no século XIX, a fuga dos negros escravos para as margens do Rio Caraparú (distrito de Santa Izabel do Pará), que deságua no Rio Guamá, se deu de forma mais acentuada, os quais passaram a adentrar o rio Inhangapi por ser um afluente do Rio Guamá, não tendo a mesma facilidade de circulação, favorecendo assim, a instalação dos quilombos neste município.

As margens do rio Inhangapi, desta forma, se converteu em um ambiente que favoreceu a fuga quando perseguidos pelos senhores de escravos, assim como, pela necessidade de subsistência, com a plantação da mandioca e a extração do açaí, castanha do Pará e da pesca artesanal para o autoconsumo. Constata-se que esses remanescentes de quilombo praticam atividades como a caça, a extração e coleta de produtos florestais madeireiros e não madeireiro.

Na hidrografia do Município, o rio Guamá é o coletor de água dos rios que percorrem sua área, além de servir de limite natural com o município de Bujaru, a sudoeste. O principal Rio é o Inhangapi, que nasce no município de Castanhal, fazendo limite natural entre esse Município e o de Inhangapi. É rio de grande extensão, que apresenta seu curso no sentido leste/oeste, depois se desvia para o sul e, finalmente, retoma a direção oeste, desaguardo no Guamá, onde recebe afluentes importantes, pela margem direita, como o igarapé Pitimandeu, que é limite natural com Castanhal, a nordeste, maior afluente nessa margem, é o rio Apeú, que nasce em Castanhal. Já pela margem esquerda, vários igarapés se destacam, entre os quais os igarapés Catandeu, Santo Antonio, Maracanã, Pucuquara, Taiteua, Mata Boa, Sarateua e Açú. A rede hidrográfica existente na área é formada pelo Rio Inhangapi e pelos Igarapés Pitimandeu, Santo Antonio e Catandeu e outros cursos d'água de menor importância, além da presença de Poços tipo amazonas, construídos pelos ocupantes da área. (PLANO DE UTILIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO QUILOMBO DE ITABOCA/ITERPA – 2010, p.7).

O negro no Pará segundo Vicente Salles foi introduzido tardiamente, mais suas necessidades e especificidades precisaram de anos de luta para serem reconhecidas e garantidas em leis. Foi preciso que estes não desistissem de seus aglomerados e resistissem a longas décadas e até séculos para que o grande proprietário e mais favorecido economicamente deixassem o mínimo de terra para sua sobrevivência.

As organizações são caracterizadas por práticas sociais que ocorreram de novo ou se repetem ao longo do tempo por membros do grupo, e podem ou não envolver outras organizações. São práticas confirmadas na organização social do território de Inhangapi, quando se trata de local de moradia de negros, que tem muito a ver com o Estado escravista moderno de submissão, de formação controlada pelas políticas públicas sem autonomia própria, mesmo encontrando-se sua estrutura jurídica política organizada. “Os direitos territoriais das comunidades quilombolas têm raízes históricas profundas e exigem de nós conhecimento

técnico e “PAIXÃO” pela causa para que saiam do papel e se transformem em ETNODESENVOLVIMENTO.” (GIROLAMO TRECCANI, 2006).

A categoria “remanescentes das comunidades dos quilombos” passa ter existência jurídica no Brasil desde a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, pela Assembléia Nacional Constituinte.

A partir desse momento histórico ficou instituída a ideia de que determinadas comunidades rurais deveriam ser contempladas por um dispositivo legal específico que lhes garantisse o direito às terras tradicionalmente ocupadas.

As pressões dos movimentos sociais, fez com que o Estado brasileiro admitisse a existências dos territórios quilombolas na contemporaneidade, passando a reconhecer o direito à propriedade definitiva e a obrigação em delimitar e titular os territórios das comunidades concretizando dessa forma o pleno direito das populações às terras ancestrais, evidenciando os quilombolas enquanto novo sujeito nas discussões por direitos territoriais e étnicos (ALMEIDA, 2002) e ainda por políticas públicas específicas inseridas nos Programa Brasil Quilombola, Programa Territórios Quilombolas, que contemplam ações específicas no campo da educação, saúde e cultura.

A história do Pará mostra que a quantidade de negros vindos para a região norte da colônia foi bem menor que para outras regiões, mas as raízes plantadas foi fator preponderante para o desenvolvimento socioeconômico e cultural deste estado (VERGOLINO, 1990).

Nos relatos dos moradores da comunidade de Itaboca, território quilombola de Inhangapi no Estado do Pará, pode-se observar que estes têm orgulho de seus ancestrais, citando-os como heróis de sua época. Eles recordam que, para sobreviver, até hoje, executam suas atividades em grupo e em gueto, formando um conjunto fechado de pessoas que pretendem assegurar suas raízes, afirmado aqui pela fala de morador do território quilombola.

Temos lembranças de nossos avós de que aqui nesse meio existia uma grande casa, que era terra da avó dela, onde todos se reuniam e eram comandados por ela. Essas terras eram todas da família dela, mais vieram os donos do dinheiro e foram expulsando o povo daqui. Hoje a gente tem o reconhecimento, mais muitos ainda têm vergonha de dizer que são quilombolas como se fosse uma ofensa.³

³ Entrevista concedida por José Luiz, membro da Associação de Quilombolas de Itaboca. [mar. 2015]. Entrevistador: Cleide Monteiro Oliveira. Pará, 2015. Transcrita na íntegra para essa dissertação.

Essa fala retrata que a existência dos remanescentes de quilombos no território inhangapiense ainda é motivo de indagações. A presença negra na Amazônia e, em especial, em Inhangapí, até hoje, ainda é motivo desconhecido e causa surpresa, visto que apesar da existência de inúmeros territórios de remanescente de quilombos, em áreas banhadas pelo rio, estes não eram denominados quilombolas, pelo fato desta denominação ser considerada uma ofensa às suas raízes. Mas, essa visão ou era distorcida ou mudou ideologicamente, pelo peso político de se fazer justiça às pessoas que derramaram suor e sangue na construção do país. Nos territórios quilombolas de Inhangapi a linguagem de que tudo iniciou pela Itaboca é unânime, mesmo sendo citado ser esta comunidade pertencente a Petimandeuá, conforme afirma Nardelli,

A comunidade se originou com a chegada de sete escravos negros que fugiram de Caraparu, colônia de Santa Isabel do Pará. E vieram trabalhar para uma sra, portuguesa, chamada Anna Maria. A senzala era em Cacoal, próximo de Itaboca. Os moradores de Itaboca também conhecem a história. A sra. do engenho que acolheu os negros, era uma pessoa muito boa, tratava os escravos como se fosse da sua família, tanto que quando adoeceu doou todas as suas terras para eles. O documento que contém todas as demarcações da área doada pela sra. Anna Maria, está registrado no Cartório de Mundurucus, em Belém e foi reconhecido pelo Governador do Estado da Época. NARDELLI, (2007, p.59).

As doações das terras citadas no livro de Nardelli datam de 15 de setembro de 1892, e o título de legitimação de posse foi feito no dia 05 de outubro de 1900, segundo a cópia dos documentos em poder dos descendentes de escravos de Petimandeuá, com escritura no cartório Mundurucus em Belém.

Em Inhangapi, existem mais dez (10) comunidades quilombolas, sendo que Pereira (2008, p.40) refere um número bem menor da realidade“...destaque para a mesorregião do nordestes do Pará com 192 comunidades,... Em relevância encontra-se o município Inhangapi na faixa de 05 a 09 comunidades com títulos recebidos”. Fato contestado até a última pesquisa desse estudo pela existência de pendências documentais para a publicação da titularidade das terras quilombolas de Inhangapi, sendo confirmado com titularidade apenas a comunidade de Itaboca que é composta de Cacoal e Quatro Bocas.

Existe nesse território ainda a comunidade de São Sebastião, que na ocasião do processo de autoconhecimento e titulação não quiseram seus moradores fazerem parte da partilha comunitária. Verifica-se que possui dois fatores preponderantes nesse contexto e que sentimos que não foi descrito e mencionado propositalmente. Segundo os sócios da Associação seria o fato destes não quererem suas terras como propriedades coletivas, não entendendo estes muito bem o processo. Entendemos que o fator preponderante foi a religiosidade, já que a comunidade

é adepta do catolicismo e as outras possuem uma influência e maior números de pessoas da crença evangélica. Esta comunidade cultua vientemente o santo protetor dos negros São Sebastião, e as outras localidades sofreram influencia majoritária da igreja evangélica. Fato que deverá ser aprofundando a posteriori.

Das atuais 37 comunidades de Inhangapi, Petimandeu, Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, Cumarú, Maracanã, Muraiteua, Bandeira Branca, Paraíso e Gleba Pernambuco denominam-se descendentes de pessoas de quilombos, sendo que as comunidades de Petimandeu, Muraiteua (que inclui Bandeira Branca) e Itaboca (que inclui as comunidades de Cacoal e Quatro Bocas) estão de posse da certificação como terras quilombolas com reconhecimento pela Fundação Palmares.

Na fala de Valberto, quilombola de Petimandeu, que foi a primeira comunidade que buscou na sua organização sócia política, criar a Associação de quilombolas e elegendo pela primeira vez na história um membro na categoria de vereador, pelo partido PMDB:

Todos são descendentes de negros aqui em Inhangapi, acontece que nem todos se sentem ainda parte desse meio como descendentes de escravos, muitos ainda querem nas atitudes negar. Se os negros fossem unidos e não tivessem interesse em hegemonia, em poder, com certeza já tínhamos as terras com o título. Não nos interessa apenas essa certificação da Fundação Palmares. Quem são eles pra dizer que nós somos quilombolas, nós somos e pronto, não precisa ninguém certificar isso. Só temos com a titulação aqui das nossas terras quilombolas a Itaboca. Por mim já tínhamos transformado todo o Inhangapi em território quilombola, pois todos são descendentes de escravos, já viu que estamos cercados por todos os lados de territórios quilombolas? ⁴

Com essa fala o diálogo fica mais intenso, pois esse influente cidadão que com sua trajetória política e participativa nos movimentos sociais quilombola hoje é presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Castanhal, que é uma instituição social extremamente forte politicamente na região. Refere que conseguir o apoio do governo Estadual e Municipal no período do governo do Partido dos Trabalhadores, que no Pará deu abertura para a busca e garantia de reconhecimento pleno dos povos afrodescendentes, segundo o artigo 68 da Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito a propriedade e o decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos passou a ser sonho de todos os quilombolas de Inhangapi.

⁴ (VALBERTO, sócio fundador da Associação de Menino Jesus de Petimandeu, primeira comunidade a se intitular quilombola de Inhangapi, entrevista 2016. É atual presidente do Sindicato Rural de Castanhal.

“A titulação da terra é nossa carta de alforria”, afirma Denildo Rodrigues de Moraes, da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq). “É o reconhecimento pleno daqueles povos sobre aquele território. É reconhecer direitos fundamentais e a importância daquele povo na construção deste País.” A questão é regida pelo artigo 68 da Constituição, que estabelece o direito à propriedade e pelo decreto 4887/2003. Há 2.408 comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente pela Fundação Cultural Palmares. Nos cálculos da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq), o número sobe para cerca de cinco mil. Denilson conta que o processo para obtenção de título é longo e doloroso, por incluir uma fase de autoaceitação de cada comunidade e do enfrentamento de questões territoriais. “Há interesses sobrepostos nesses territórios, ora por parte do Estado, com grandes obras e construções de barragens, gasodutos, hidrelétrica, ora por parte de empresas que querem retirar as riquezas dos subsolos, ou por parte da criação de unidades de conservação. Há também casos de fazendeiros e grileiros que continuam dentro do território e com confronto direto com os moradores. Inclusive com casos de morte.” No ritmo atual, titulação de terras quilombolas levará mais de 150 anos. (CLARICE SÁ - iG São Paulo | 20/11/2013 08:00).

Promover a busca pela regularização das terras quilombolas de Inhangapi, fez com que as comunidades identificadas se organizassem com a implantação de Associações formadas pelos membros da comunidade. Até porque é uma das exigências orientada por normas regulamentadoras do governo federal e executada pela Fundação Palmares que é o órgão que certifica baseada na autodeclaração de cada um dos territórios quilombola. Desta forma temos no município 5 (cinco) Associações de Quilombolas todas com certificação pela Fundação Palmares de comunidades descendentes de quilombo, que é o primeiro passo para a titularização de suas terras.

Segundo o quadro atual da política de regularização de territórios quilombolas do INCRA, está em aberto 831 processos protocolados e enumerados na instituição, neste processo inclui o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação-RTID, que é produzido por equipe multidisciplinar do INCRA. Sua finalidade é identificar e delimitar o território quilombola reivindicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. O RTID, aborda dados cartográficos, fundiários, agrônômicos e ecológicos, geográficos, socioeconômicos, históricos e antropológicos obtidos em campo e através de instituições públicas e privadas, essas terras serão submetidas à avaliação pública e ou contestação através do CDR-Comitê de Decisão Regional do INCRA, que publicará o Edital de Reconhecimento conjunto ao Conselho Diretor do INCRA.

Ainda segundo o INCRA a regularização fundiária do quilombo que é a última etapa do processo que ocorre após o procedimento de desintrusão do território, O título é coletivo, pró-indiviso e sai em nome da associação que legalmente representa a comunidade quilombola.

Dados do INCRA registram que encontra-se em aberto a titularidade da comunidade de Menino Jesus de Petimandeu, sob o processo de número 54100.003583/07-14, de 2005. Segundo o dirigente da Associação do segmento de Petimandeu, (Sr. VALBERTO 2016), “o fator preponderante para o atraso da efetivação da titularidade se dá por conta do ordenamento das terras, visto que muitos proprietários recorreram na justiça impedindo a regularização fundiária”, processo exigido no processo de titularização das terras quilombolas em nome de um coletivo de pessoas. Foi no governo anterior a esse que expandiu-se a busca pela legalização de terras quilombolas conforme dita o Relatório do ITERPA de 2008.

No primeiro grupo de prioridades, estão inseridos, também, os grupos (comunidades) étnico-raciais – os quilombolas ou remanescentes das comunidades dos quilombos. Essas comunidades são definidas segundo critérios de autoatribuição, seus integrantes têm trajetória histórica própria, são dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra. São comunidades vinculadas com a resistência à opressão histórica sofrida – a escravidão e seus desdobramentos. Decreto de Agenda Social Quilombola do Governo Ana Júlia Carepa - (Relatório do ITERPA de 2008 p.25).

A explosão do povo na Amazônia foi o motivo principal que fez com que a escravidão chegasse ao Pará mesmo que tardia. Portanto, a dificuldade em lidar com a escravização indígena levou a Coroa Portuguesa a introduzir o trabalho exógeno do negro africano no Pará (BARBOSA, 2003). Esta ocupação tinha como objetivo elevar a exploração econômica da região, substituindo a mão de obra escravizada dos indígenas, que foram chamados de “negros da terra”. Essas histórias ainda são lembradas e comentadas em Inhangapi, que é umas das regiões favorecidas por rios e igarapés, caminhos utilizados pelos índios e negros no ato das fugas. No município a existência de maranhenses é grande justificando o que se tem nos escritos, a compra de escravos negros foi subsidiada pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em troca do monopólio do comércio na região amazônica.

Assim, oficialmente, a introdução de negros iniciou a partir do século XVIII e se estenderam até meados do século XIX, em especial, no Pará, por meio da ação do tráfico e da inserção dos negros nas grandes propriedades agrícolas, com concentração de negros em algumas regiões do Pará, como nas adjacências de Inhangapi, onde, embora tardia, fosse essencial para o registro de dez comunidades quilombolas, entre estas, as de Itaboca.

Os espaços quilombolas instalados em Inhangapi não difere muito de outras regiões do país, nem de sua dinâmica de formação e constituição social. “Como um processo de exclusão

social que não é passageiro, mas ao contrário, amplia-se e reproduz [...], perpetuando-se no âmbito dos diferentes níveis da prática social” (NASSER, 2000, p. 305).

Sabe-se e já foi descrito aqui que a inserção do negro na Amazônia mesmo tendo sido tardia trouxe para a economia no mundo sua grande e importante contribuição pela disseminação das drogas do sertão. Fato bem apresentado por Barbosa quando retrata que:

...a inserção da Amazônia na economia-mundo estava baseada na extração das drogas do sertão, daí ter sido pouco expressiva a presença do negro como agente produtivo. Os produtos da floresta eram majoritariamente extraídos pela força de trabalho do índio, exímio conhecedor desses produtos. Para Salles (1970), a pequena percentagem de negros pode ser explicada pela utilização maciça de índios na exploração das drogas do sertão. O autor assinala ainda: “(...) pode-se até mesmo dizer que somente na Amazônia se criara um tipo de economia em que o índio tivera papel importante a desempenhar” (idem). Para garantir a subordinação desse trabalho estruturava-se, em contrapartida, toda uma organização social baseada na pequena propriedade unifamiliar, em que a miscigenação entre índios e portugueses garantia privilégios decorrentes da cidadania portuguesa.

Desta maneira, a introdução do trabalho exógeno do negro escravizado na Amazônia foi produzida, inicialmente, a partir da liberdade indígena, visando suprir a falta de trabalhadores. O estatuto jurídico do trabalho exógeno aparece de modo ambíguo na política de liberação do indígena, um recurso viável para o controle dos ativos decorrentes da recusa ao trabalho nômade do indígena. Assim, a presença do escravo negro surgiu somente com a recusa do índio ao trabalho regulado, fazendo mudar essa realidade, pois foi somente com a exigência de grande contingente de mão-de-obra no cultivo agrícola para a exportação mercantil que o trabalho do negro serviu como solução para a substituição do trabalho indígena. (BARBOSA, 200., p. 138).

Neste sentido, o processo de exclusão social da população negra deve-se, em grande parte, ao próprio processo de liberação de seus laços da escravidão, em princípio à fuga foi uma estratégia já bastante utilizada pelos indígenas.

No Grão Pará a organização do tráfico oficial de escravos africanos foi realizada a partir da criação de um mercado – o Ver-o-Pêso –, sob a forma de uma feira livre, onde vários comerciantes podiam vender suas peças para proprietários de engenhos de produção de açúcar e de cachaça e para grandes produtores de cacau. Nestes termos, houve uma divisão da produção colonial. De um lado, os gêneros alimentícios destinados apenas à manutenção da população local eram desenvolvidos pelos índios recém-libertos, na administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. A população indígena tornara-se uma possibilidade real de trabalho independente, mas comandado em face da tutela do Estado, pois a resistência tinha colocado freio aos métodos mais brutais de apropriação de sua mão-de-obra, havendo assim a alteração dessas regras. Por outro lado, os gêneros de exportação eram produzidos pelo trabalho do negro escravizado. Com isso, esses dois setores econômicos tornaram mais eficaz a produção

colonial, pois o trabalho exógeno agia como um anteparo à obstaculização da resistência indígena, que vinha causando abalos na dinâmica dos fluxos comerciais da Colônia portuguesa do Norte para a metrópole. (BARBOSA, 2004 p. 147).

Essa fala de Maria José Barbosa, nos reporta ao comercio de Inhangapi que na época era utilizada sua prática pelo rio Guamá, por banhar Belém que era o centro da distribuição de toda e qualquer produção, e se utilizava para escoamento desses comercio os seus afluentes entres estes o rio Inhangapi, que até hoje ainda se utiliza só que em menor volume.

Como também faz menção ao tipo de produção e seus produtores rurais que em grande parte são quilombolas aqui em Inhangapi, mais que na dinâmica de sua pratica comercial ainda prevalece às regras estabelecidas pela dependência pública, ou privada, pelo pouco desenvolvimento tecnológico investido nas comunidades e suas capacidades de produção, como de escoamento dessa produção, visto que todos dependem economicamente da produção da farinha da mandioca e da exploração extrativista.

As comunidades de Maracanã e Cumarú, são destaques também por serem formadas por remanescentes de quilombo. Segundo NARDELLI (2007, p 68), a “Sra. Raimunda nos contou que os primeiros descendentes de escravos foram para Maracanã, até que, no século passado, a comunidade foi transferida para o local onde está agora, e adotou o nome de Cumarú, por causa da grande incidência, na época, de uma planta com esse nome: Cumarú”.

É interessante perceber que essas comunidades, assim como as de Itaboca e Petimandeua estão próximas a rios, confirmando que os negros fugidos utilizavam os rios como rota de seus caminhos.

Há relatos também de que na Serraria, comunidade que fica distante 14 km da sede de Inhangapi, também iniciou com a vinda dos escravos através do Sr. Bráulio um português que instalou uma Serraria, de onde denominou-se o nome da localidade. E com ele trouxe vários escravos, dai formando a comunidade. Sendo que hoje não existem remanescentes de quilombos na vila, e sim próximo local chamado de Parazinho. Não possuindo nenhum grupo representativo dessa etnia no território.

Existe ainda no território a comunidade de Muraiteua, local distante da sede de Inhangapi 17 km, e que já é reconhecida como quilombola desde 2005, pela Fundação Palmares.

2.2. A COMUNIDADE DE ITABOCA, CACOAL E QUATRO BOCAS: OS REMANESCENTES DE QUILOMBO

Segundo dados do ITERPA de 2010 a “A área total da comunidade de Quilombo é de 446,6926 ha (Quatrocentos e quarenta e seis hectares, seiscentos e sessenta e nove ares e vinte e seis centiares). Os meios de acesso a área é o rodoviário, através das Rodovias Pavimentadas e de tráfego o ano todo, BR – 316 sentido Belém/Castanhal Km – 58 e PA-136 (sentido Castanhal/Inhangapi), percorrendo 9 km entra-se à esquerda no ramal Itaboca, percorrendo mais 8 km chega-se a Comunidade”.

Para acessar a comunidade de Itaboca utiliza-se os meios rodoviário, através das Rodovias Pavimentadas e de tráfego o ano todo, BR – 316 sentido Belém/Castanhal Km – 58 e PA-136 (sentido Castanhal/Inhangapi), percorrendo 9 km entra-se à esquerda no ramal Itaboca, percorrendo mais 8 km chega-se a Comunidade. E meio fluvial saindo da sede de Inhangapi, subindo o rio do mesmo nome por uma distância de 7 km, segundo os moradores local.

Dados do ITERPA quanto a sua vegetação e solo:

A antiga cobertura vegetal, constituída pela mata original, foi substituída por Capoeiras, em diversos estágios, que ocorrem na terra firme, enquanto a Vegetação de Várzea recobre as áreas aluviais. Assim, a vegetação no Município está representada, predominantemente, pela Floresta Secundária, para a implantação de cultivos de subsistência. Também estão sendo implantadas extensas pastagens artificiais, em substituição às Florestas Original e Secundária.

Os solos do Município são, em sua totalidade, originários dos sedimentos do Terciário e Quaternário. Podem ser divididas em solos de terra firme, destacando-se o Latossolo Amarelo texturas média associada ao Concrecionário Laterítico, além de Solos Hidromórficos, encontrados nas várzeas dos rios que servem o Município. O Latossolo apresenta uma ocorrência de grande extensão, com solos profundos, bem drenados, com elevada acidez e baixa fertilidade. Os Concrecionários Laterítico são ácidos, de baixa fertilidade e ocorrem em pequenas áreas, na maioria das vezes, associados com o Latossolo. ITERPA, 2010, p.6).

Sabe-se que no município de Inhangapi, a qualidade do solo não difere do restante da Amazônia, ocorrendo em grande escala terreno argiloso, e pelo longo tempo de uso para agricultura rudimentar apresenta solo empobrecido de nutrientes compatíveis e necessários para o plantio, ocorrendo extravio da produção em principal da mandioca que apodrece antes do período da colheita, sendo portanto de baixa produtividade. O território de Itaboca por encontrar-se localizado as margens do Rio Inhangapi, é rico em argila, recurso natural nunca antes explorado.

Quanto ao clima que sabe-se que é um dos fatores preponderantes para toda e qualquer organização para o desenvolvimento local, principalmente por ser um território eminentemente agrícola. Segundo a SEPOF dados de 2010:

“O clima é megatérmico e úmido. Sob influência da baixa latitude, a temperatura mantém-se elevada em todos os meses do ano, com média anual em torno de 25°C, variando seus valores mensais entre 24°C e 26°C. Os meses de outubro, novembro e dezembro são os mais quentes, com máxima entre 32°C e 34°C e máximas absolutas em torno de 41°C. Essa região é caracterizada por inverno quente, já que as temperaturas mínimas em todos os meses do ano oscilam entre 20°C e 22°C. A precipitação pluviométrica anual é bastante elevada, geralmente, em torno de 2.350mm, porém, fortemente concentrada de janeiro a junho, isto é, cerca de 80%. De setembro a dezembro, ao contrário, as chuvas são raras, cerca de 7%, com uma curta estação seca, de moderado déficit de água nesses meses. A umidade relativa do ar oscila em torno de 85%. (SEPOF, 2010, p. 11)

A população de Itaboca que pleiteou a titulação das terras remanescentes de quilombolas é formada atualmente por 183 famílias, sendo que 74 destas fazem parte da Associação de remanescentes de quilombos, que somam em média 370 pessoas, que condiz com 2 (dois) a 3 (tres) filhos por cada família. Esta família hoje se utiliza das atividades produtivas da mandioca, para beneficiamento de farinha, o feijão, o milho e pequenas criação de animais (Suíno e galinhas, além do extrativismo da castanha do Pará, açaí e pupunha. A criação de animais é basicamente para a subsistência sendo a atividades extrativista principalmente a coleta da castanha e do açaí destina-se a comercialização.

É em Itaboca que os remanescentes de quilombos de Inhangapi possuem uma associação reconhecida juridicamente com remanescentes de quilombolas desde 05 de abril de 2005, através do CNPJ 07.039.538./0001-5.

A instalação de sua sede está localizada as margens do rio Inhangapi, distando da sede do município 17 km por estrada de chão, onde também se localiza o território reconhecido como um espaço, cuja origem de organização é de negros fugitivos, no século XIX.

Estes encontram no arranjo organizacional dessa associação, formas de fortalecer sua produtividade e seus vínculos sociais como afrodescendentes. Esta estratégia visa forçar a possível garantia de políticas públicas, tendo como um dos objetivos principais o favorecimento do desenvolvimento de suas atividades e seus direitos garantidos em leis estaduais e federais, assim como o resgate de suas raízes como descendentes de negros escravizados.

A Associação de Remanescentes de Quilombolas de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas do Nordeste Paraense em Inhangapi é uma entidade sem fins lucrativos, em formato de instituição não governamental. Constituiu-se por 74 famílias descendentes de negros.

Os estudos confirmaram que estas famílias buscaram e encontraram nas leis disponíveis no governo federal a certificação de sua identidade, que foi marcada, durante décadas, pelo anonimato de sua descendência.

No entanto, nas histórias contadas pelos mais velhos (bisavós dos atuais associados), não precisando o tempo, afirmam que o local passou a chamar-se de Itaboca, devido à grande incidência do vegetal chamado Taboca (*Gradua latifolia*). E que a comunidade foi originada pelos negros fugidos das fazendas de onde eram escravizados, devido aos maus tratos de “seus senhores”.

Essa associação surgiu a partir dos primeiros apoios do governo federal ao estimular os mais diversos grupos de famílias remanescentes de quilombos, dispersas em várias partes dos municípios paraenses, a se organizarem politicamente para, assim, ter acesso a diversos projetos sociais, como os programas de fomento à economia e à agricultura familiar, como o PRONAF.

Eles também têm buscado resgatar sua identidade racial, a fim de favorecer suas raízes culturais e ter acesso a direitos específicos, como as cotas raciais, a titularidade das terras dos remanescentes de quilombos. Para isso, estabeleceram vários critérios para seus sócios, a fim de definir a base social e o perfil de da Associação de Remanescentes de Quilombolas de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas do Nordeste Paraense em Inhangapi.

A composição exige que seus membros tenham descendência remanescente de quilombos, com residência nas três regiões estabelecidas para a formação da associação e sejam ativos na produção agrícola familiar.

A associação se propõe a contribuir com a garantia da cidadania dos remanescentes afrodescentes, além de consolidar a agricultura familiar por meio do desenvolvimento sustentável da produção agrícola e preservação ambiental.

Assim, a organização sócio produtiva da comunidade quilombola de Itaboca em Inhangapi no Pará, como organização social é importante distinguir três níveis diferenciados, segundo Matos (2003, p.14), mas “complementares e imbricados na estrutura do processo de organização social: a organização de massas, a organização política e institucional, e a organização de base, os três níveis de organização”.

A organização sócio produtiva dos remanescentes de quilombo em Inhangapi, Estado do Pará, na comunidade de Itaboca, leva-nos a buscar entender e verificar a existência de uma diferenciação na configuração territorial do referido município, a partir da análise da propriedade rural de caráter familiar desta comunidade. Desse modo, buscou-se analisar a organização territorial, na região, a partir da revisão dos conceitos da categoria social da agricultura familiar e de seu processo de produção sob a ótica da organização social.

Na Constituição Federal de 1988, em seu art. 68, “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Esse título, assim como o termo

“remanescente de quilombo” ganha novo significado, tornando-se uma categoria a ser protegida pela União, reconhecimento da dívida nacional que a sociedade brasileira deve aos escravos e seus descendentes ao longo da história, fato que nos remete discutir também a democracia racial, já que as terras desse território são de uso coletivo.

Diante disso, pretende-se compreender como essas populações invisibilizadas passaram a ter um estatuto social diferenciado. Por essa razão, procura-se entender a realidade empírica, foco da pesquisa.

O primeiro nível de organização de massa é aquele em que se expressam as mobilizações coletivas mais amplas, envolvendo expressivos contingentes da sociedade com pouca visibilidade para as individualidades e com uma grande predominância do anonimato. O fator central de organização é a identificação com uma causa ou objetivo comum, quase sempre com uma atuação determinante de líderes nos quais se projetam as idealizações coletivas e em quem se depositam coletivamente poderes para dirigir e orientar a massa. É nesse nível de organização que se estruturam as lutas políticas que inscrevem a ação dos movimentos sociais (...). Movimentos que representam, sem dúvida, um grau de evolução política de um povo que se posiciona em massa diante de momentos importantes da vida nacional e cuja ação é determinante nas grandes mudanças dos rumos da sociedade. (MATOS, 2003, p.15).

Um aspecto cultural marcante dos povos é a organização social, que compreende os papéis exercidos pelos indivíduos na sociedade e as ações decorrentes do desempenho desses papéis.

Freyre (2000) foi um dos primeiros autores a chamar atenção, ao tratar das alterações de natureza sociológica do País, apontando a tradição social ou da organização econômica brasileira, que é o foco da pesquisa, já que discorre sobre a “Organização sócio produtiva da Comunidade Quilombola de Itaboca” e discutir a produção, provocando debate sobre a inserção das populações marginalizadas na estrutura econômica, política e social, de um país que estendeu, ao máximo, a escravidão.

Esta referência é confirmada na formação da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas – Distrito Sede – Inhangapi, que adotam estratégias específicas de reprodução social como a utilização da mão de obra familiar, a produção para o autoconsumo, a busca da autonomia no processo de comercialização, além da diversificação do agrupamento com identidade quilombola para adquirir maior fortalecimento sócio-político da organização.

Foi nas raízes deste povo que as intenções se construíram, pois mesmo sendo negros fugidos ou alforriados, o que se queria e se quer até hoje é a liberdade e a intenção de ser uma vida com dignidade. Nas lutas cabana já se presenciava essa vontade, fato descrito na fala de Barbosa:

Mas as insatisfações com os portugueses da província ampliavam-se com a cooperação dos escravos fugitivos, dos negros libertos, dos mestiços, dos índios, dos funcionários públicos, além de setores progressistas do clero. Esses grupos sociais criaram um arco de alianças, cujas bandeiras centravam-se na expulsão dos portugueses, na implantação de um regime democrático, na libertação dos escravos e nas reformas sociais. (BARBOSA, 2000, p.70).

Hoje os 10 (dez) territórios quilombolas de Inhangapí, resistem em parte pelo modelo econômico em ação que estimula a unicidade das pessoas em frente à agricultura familiar. Sendo assim, estabelece uma sistemática unificada à prática de subsistência, onde a exploração extrativista tornou-se uma constante ao longo dos séculos. Em face dessa realidade, foram criadas outras formas de estímulos sem planejamento ou distinção da exploração, que acaba levando-os a praticarem ações de esgotamento da natureza, sem cuidado e/ou indiferente às densas áreas de rios e florestas, provocando solos frágeis com desperdício de recursos naturais. Fator que hoje reconhecem e pactuam com a reconstrução dos atos, buscando acessar novas tecnologias na recuperação do que foi destruído e degradado fala constante e rotineira dos produtores que não cansam de afirmar que hoje possuem uma área de proteção ambiental e que precisam preservá-la.

O tão propagado direito dos Afro-Brasileiros vindo através das Políticas Públicas é o que os moradores da comunidade acalentam como sonho de todos os membros da associação dos Remanescentes Quilombolas da Comunidade de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas. Enquanto eles não chegam a reprodução dos algozes senhores de escravos perante os seus bisavós, são substituídos por outras realidades como a socioeconômica que apresenta a relação de dependência e subordinação dos comunitários que acabam vivenciando a acumulação primitiva do capital nas mãos daqueles que detém o capital.

A articulação das relações de poder existente na tomada de decisão do grupo, com relação aos demais membros da associação é presenciada no dia dos sócios que não percebem a existência desse conflito, que possui duas faces: o lado bom, ao contribuir para o processo de construção da organização nas suas mediações. O outro lado que é a situação nem sempre mediada, ocasionando prejuízo para um bom desempenho de todos, bem como para o processo organizativo. O fato citado por vários sócios é a forma de eleição da diretoria que se reveza entre presidente e vice desde a sua fundação em 2005.

Estes manifestam a necessária adoção de técnicas de autogestão para que possa contribuir com a reflexão da metodologia dos trabalhos dos associados, com possíveis visualizações de tecnologia de trabalho que visualize os acompanhamentos das atividades

rotineiras da associação, pelo fato de se presenciar ações esporádicas por ocasião das reuniões que ocorrem no terceiro domingo de cada mês, tornando-se quase sempre enfadonhas por não haver uma participação com ações planejadas, que possam seguir os objetivos propostos pelo grupo quanto ao real papel da entidade. Como também presenciamos a partir da intervenção da pesquisa o interesse em buscar o cooperativismo como meio de avanço no processo dessa gestão, provocado em principal pelos sócios que buscam novas propostas de avanço no desenvolvimento de suas propriedades.

Observa-se que o maior tempo gasto nas reuniões é para mediação de conflitos, onde constatei de forma muito perceptiva o poder que o presidente e seu vice manifestam sobre os demais sócios, situação não favorável ao ambiente autogestionário, porque a autogestão é muito trabalhosa, onde o outro precisa sair da zona de conforto e atuar de fato nas ações da reunião. Fato muitas das vezes manifestada por sócios que nunca foram parte da diretoria, e que comentam novas proposições de avanço, chegando a incomodar os intencionados em permanecer como está.

Confirmamos que muita expectativa foi criada com a criação da Associação, em principal quanto a inserção de Políticas de Estado que só criaram condições para a reprodução de um modelo de desenvolvimento, sem a garantia da sustentabilidade tão sonhada através da agricultura familiar. As expectativas dos produtores sócios é muito grande e apostam na agricultura familiar que é a forma de organização da produção agrícola na comunidade desde os seus ancestrais.

Na agricultura familiar, as relações familiares são intrínsecas às ligações de parentesco e os valores morais da família. Carneiro (1988) explica a agricultura familiar com base não apenas em fatores econômicos, mas também em suas dinâmicas de reprodução social e estratégias próprias de produção.

Quanto a esta conceituação, a intenção da autora é discutir quais contribuições poderão ser utilizadas para melhoria dos aspectos ambientais da propriedade, da renda das famílias, considerando o território quilombola de Itaboca como espaço de construção de práticas e saberes em volta da agricultura familiar.

As evidências no território quilombola de Itaboca, além da agricultura da lavoura da mandioca, de onde se extrai a farinha, o tucupi, a goma e folha para a produção da maniçoba, se tem, ainda, as culturas do feijão, do milho, da pimenta e da acerola, bem como a exploração do açaí e da castanha do Pará para consumo e venda. Estas atividades agrícolas e extrativistas, ao lado da pesca, terminam por ser os fatores que acionam a economia dos quilombolas, que

por meio de uma associação reivindicam outras formas e meios de adquirir sustento e favorecimento econômico e social para os associados.

Nas atividades rotineiras da associação, assim como, nas falas dos comunitários foi observado pela autora, que a prática socioeconômica dos associados da comunidade é formada por meio de produtos agrícolas para o autoconsumo e venda do excedente, mas também por coleta de produtos não madeireiro, parecendo-nos que haja uma incipiente organização da cadeia produtiva, situação que parece ser um dos fatores a ser fortalecido, na medida em que há vínculos sócio político necessário para a organização da produção em face dos valores sociais dessa comunidade remanescente de quilombos.

Na realidade dos quilombolas de Inhangapí, precisamente, da comunidade de Itaboca, foi observado que no município existem vários empreendimentos de grandes proprietários como o beneficiando da pecuária e de polpa de frutas, situados nas adjacências do território quilombola e fazenda de pecuária. Esse mesmo tratamento parece não ser dados aos pequenos produtores, remanescentes de quilombos. Fato que os deixa em conflitos com o poder público, e com baixa credibilidade com quem se aproxima para contribuir, ficando muito clara essa percepção na relação de despojamento das documentações solicitadas para uso da pesquisa como para cadastro em propostas de programas e projetos de livre acesso do governo federal nas mais variadas políticas públicas destinadas a membros remanescentes de quilombos.

Somando as dificuldades já elencadas tem-se a organização via Associação da Comunidade Quilombola de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas zona rural – distrito sede – do município de Inhangapí – PA, com limites para o desenvolvimento de atividades econômicas, como a comercialização, haja vista que esta, não possui requisito jurídico para tal, devido os séculos da ausência das políticas públicas. Essa limitação certamente traz entraves para se firmar contratos comerciais, para investimento coletivo, baixas condições de acesso a créditos rurais, transporte de seus produtos, falta de tecnologia adequada para com os cuidados e uso da terra, pois não conseguem acessar assessoria técnica entre outros; problemas esses que nos leva a refletir sobre que ações precisam ser realizadas para a transformação desse quadro.

Observou-se a existência de conflitos internos à Associação quilombola em face do processo de produção e comercialização, tendo em vista que há desconfiança por parte de associados quanto ao processo de comercialização organizado pelo presidente da referida Associação junto a fábrica de beneficiamento de frutas pelo fato deste ser membro atravessador no mercado comercial representando a empresa e ao mesmo tempo a associação.

No contexto de produtores rurais de terras coletivas, a exemplo da Comunidade Quilombola de Itaboca, como está estruturada essa produção é um fator que precisa ser

investigado e analisado para que se possa contribuir com esta organização sócio produtiva, tendo em vista que a terra também é coletiva.

Nota-se que a prática extrativista é um fator preponderante e que parece ser importante para desenvolver o potencial econômico, social e cultural da comunidade de Itaboca, com resgate, conservação e multiplicação de cultivares e produtos que envolve essa população. A intenção da autora foi entender como estes saberes se cristalizaram ao longo de sua história, enraizados no contexto desses afrodescendentes no território quilombola de Itaboca em Inhangapí, utilizando esse potencial para desenvolver ações que possibilitem a inserção sócio produtiva dessa comunidade, a partir de seus vínculos comunitários e identitários.

O que torna mais interessante é a constatação da mistura de negros e índios em todo o processo de desenvolvimento ao longo dos séculos, ainda sendo confirmado nas gerações atuais, visto que o presidente da associação Sr. Merere, é da raça indígena Tembés, e veio formar núcleo familiar com uma quilombola, confirmando o que descreve Vergolino (1990), ao longo do convívio de negros e índios, a troca dos saberes trouxe essa mistura de elementos culturais que temos hoje como patrimônio, em que os negros aprenderam os segredos do uso das matas com os índios, contribuindo para o êxito de suas fugas, fator que resultou na formação dos quilombos e dos movimentos de revoltas e insurreições populares, como a Cabanagem, quando negros e índios lutaram pela sua dignidade e autonomia.

É importante mencionar as contradições e conflitos internos na Associação em face da força de seus dirigentes, fatores estes que parecem dificultar o funcionamento da organização, devido, em parte, a limitações do grupo. Matos, (2003, p.16) chama, “a atenção para os aspectos afetivos dos processos de identificação com modelos e referências idealizadas que servem de referências coletivas maniqueístas para as abordagens de massa e que funcionam tanto no sentido positivo (referência de identificação), como no sentido negativo na caracterização das posições antagônicas”.

A situação de conflito na Associação dos remanescentes de quilombos aparece visivelmente na contradição existente entre o bem coletivo, no caso, o território quilombola e a comercialização individualizada dos frutos nele contido⁵. O depoimento Sra. Raimunda (Dica), secretária da Associação, mostra a insatisfação com a proposta de negociação do presidente da Associação.

... não temos como aceitar a venda da nossa castanha só negociada com o Mereré, (Sr. Raimundo Reis – Presidente), visto que ele é o representante da empresa de beneficiamento de polpa de frutas. Já pedimos pra ti Mereré que o

⁵ Titulação das terras Coletiva, mais de poder individualizado por ocasião da coleta dos bens da terra, no caso a extração da castanha do Pará.

dono tem que vir aqui negociar com a gente, senão vendemos na feira de Castanhal (...). Pra vender na feira, pagamos o frete da saca de castanha numa Kombi, que faz o transporte das pessoas daqui; aí temos que pagar valor de uma pessoa que só pra ir paga 5 reais (cinco reais); só aí já gastamos 10 reais para levar, mais tem que contar a volta da gente, só aí já gastamos 15 reais (quinze reais), e chega lá eles não querem dar nem 40 reais (quarenta reais) na saca da castanha; e, aí, que lucro que temos? Pois não é fácil tirar do ouriço e ainda ter que transportar. (Depoimento em 23/03/2015).

Percebe-se, neste relato, um grau de desconfiança em virtude do presidente da Associação ser, ao mesmo tempo, o interlocutor e responsável pela negociação de comercialização como uma empresa, representando, assim, as duas partes; com um preço proposto pelo empresário, ou seja, a compra do quilo da castanha descascada a 7 reais (sete reais).

O conflito inicia pelo fato dos sócios só possuírem a prática da comercialização individualizada, embora seja um produto do território coletivo. Não possuindo meios de processarem a castanha, para vende-las com valor agregado. Além de nunca terem comercializado de forma coletiva, proposta do Sr. Mereré, presidente da Associação e representando de uma empresa⁶ que comercializa a castanha. Este oferece o estoque dos associados armazenado, que hoje já soma mais de 5 mil toneladas de castanha, segundo os cálculos dos catadores.

Como bem ressalta Matos, (2003,p.16); “Se esse nível organizacional de massas é fundamental para ganhar posições no quadro macropolítico, não parece seguro depositar nele grandes expectativas de sustentabilidade e de garantia do processo democrático. Considerando o caráter instável dos comportamentos de fundo emocional, seria conveniente procurar uma maior estabilidade do processo democrático em outros níveis de organização social mais estruturados”.

Essa assertiva também parece ser verdadeira para a organização de grupos sociais, na medida em que há conflitos, o que pode ser resolvido no âmbito do debate entre os cooperados.

Soma-se a essas questões a propriedade da terra, que para o produtor familiar, é vista como um patrimônio fundiário de caráter material, um espaço de vida e de trabalho, onde constroem elementos simbólicos que guardam a memória de seus ancestrais, reproduzidos em hábitos e costumes de gerações futuras, situação que está enraizada no seio da comunidade. A

⁶ Os associados questionam o Senhor Mereré sobre a necessidade do proprietário da empresa ir negociar diretamente com eles. Neste sentido, responde: “Ele já foi chamado, mais precisou viajar, é muito ocupado, por isso eu tenho autorização para fazer a compra. Podem dizer quanto querem que eu compro tudo, pode até ser no valor de 8 reais (oito reais), agora tem que ser descascada, lá só entra se for assim”. Até esta fase da pesquisa não sabe-se o verdadeiro motivo do conflito, situação que se percebe contribuir para desmobilizar os associados, que possuem a matéria prima em estoque sem usufruto da mesma.

organização sócio produtiva que em parte tem a ver com a terra coletiva, seja prejudicada talvez em face das dificuldades e perda da memória de resistência na origem desta comunidade. Situação essa que pode ser observada nos depoimentos destes, particularmente quando não se veem como sujeitos capazes de alavancar suas ações no atendimento de suas reivindicações em relação a produção da agricultura familiar, prática inerente ao trabalho da comunidade.

A organização social não está separada da produção econômica, processo onde naturaliza-se as divisões de comando e subordinação já mencionada nas falas dos associados de Itaboca, quando mencionam as relações de poder da governança pública local como da diretoria da Associação. Para Giuseppe Cocco... [et al.], (2007, p.91),

As relações de soberania convidam-nos a participar da regra proteção-obediência. Na qual, fica delegado aos sujeitos políticos o dever, a obediência, as obrigações, no limite a subordinação. Isso completa a realização da soberania. Sua completude depende da aceitação dos governados.

Percebe-se que esse tipo de relação é configurado nas ações de desgaste político em que se encontra o poder público local do município para com a comunidade geral de Itaboca. Situação provocada pela não satisfação das necessidades inerentes à produção da agricultura familiar, trabalho essencial para a subsistência daquele povo. Isso justifica o questionamento de Giuseppe Cocco ...[et. Al.], (2007), ao mencionarem que a situação social econômica de um território, que discute as mínimas questões do desenvolvimento, inserida num processo globalizado, sustentado pelo regime de acumulação capitalista, é cada vez mais fortalecida pela circulação do saber? Fato que leva a pensar na mobilização produtiva desse território, com organização sócio produtiva diferenciada, como da Associação dos remanescentes de Quilombos, uma vez que o território coletivo parece impor condições que ainda não estão claras para o conjunto de seus membros. Neste caso, o desenvolvimento local⁷ está no cerne do debate de um debate a ser realizado com os associados: Isso é importante, em face das,

[...] vantagens de se considerar a dimensão territorial como objetos das políticas públicas de desenvolvimento local são evidentes, uma vez que tais políticas: a) tornam-se transversais, e não mais setoriais; b) mobilizam o conjunto da sociedade, e não apenas os agentes considerados “produtivos”; c) criam sinergias produtivas em diferentes níveis de atuação; d) possibilitam o estabelecimento de redes de cooperação horizontal; e, e) fortalecem as dinâmicas constituintes da

⁷ O “desenvolvimento local é hoje o principal contraponto aos modelos de planejamento centralizado, cujos instrumentos e recursos são organizados verticalmente a partir das instituições públicas centrais... A ideia de desenvolvimento local está associada à constatação de que as dinâmicas geradoras de desigualdades e exclusão não podem ser desconstruídas pelo alto ou substituídas por outros sistemas de decisão que não levem em conta experiências e capacidades dos próprios agentes locais. O que está em jogo, portanto, é a adequação de diferentes estratégias a diferentes contextos, particularmente considerando disparidades tão grandes como as existentes entre pequenos municípios de base rural e grandes áreas metropolitanas” (SILVEIRA, O Globo, 02/01/07, Opinião, p.7).

democracia local. Assim o território se define pelas redes sociais, técnicas e institucionais que alcançam um determinado patamar de organização e complexidade, e não apenas pelo arranjo econômico ou cadeia produtiva predominante. (GIUSEPPE COCCO...[et. Al.], 2007, p.93).

Nesse esforço, as intempéries da governança pública e o poder no interior de uma organização social e econômica com traços culturais de uma determinada comunidade, é importante e necessário redefinir a relação entre os sujeitos constitutivos dessa sociedade quilombola, além desta com a propriedade coletiva e o uso dos recursos naturais, uma dimensão que parece gerar conflitos difíceis de serem administrados, em falta da percepção diferenciada dos mesmos.

A comunidade de Itaboca urge por mudanças, configuradas nas falas de seus moradores, que mesmo reconhecendo seus direitos como afrodescendentes, encontram-se com uma variável estratégica, que é possuir a titularidade de suas terras e uma Associação reconhecidamente quilombola e em situação legal de constituir garantias contidas nos planos dos governos, seja ele local, estadual e ou federal. Para Giuseppe Cocco;

A dinâmica da governance como novo horizonte de organização institucional das práticas produtivas envolve necessariamente a geração de espaços de expressão e participação direta dos movimentos. Por um lado, daqueles que reivindicam um lugar na esfera social (trabalho, renda, moradia, segurança); por outro, dos coletivos que se afirmam a partir da diferença (movimento negro, quilombolas, indígenas, homossexuais (GIUSEPPE COCCO...[et. Al.], 2007, p. 79).

Porém uma sociedade não terá como encontrar meios e condições de se desenvolver senão possuir certa organização e relacionamento entre seus membros. Para tutelar seus membros, são imprescindíveis as interações constantes entre os sujeitos que a formam. Sem o mínimo de organização, o homem não conseguirá, em quantidade satisfatória, recursos básicos como alimentação, vestimenta e moradia, não sendo capaz de dar vazão às suas potencialidades produtivas.

Os grupos sociais comumente se organizam e mantêm relações entre eles mesmos, como entre famílias, empresas, entre instituições de ensino e de saúde. Porém a governança hoje proposta é descentralizar da União, para que cada município possa procurar alternativas de desenvolvimento local, com investimentos próprio, regional e federal, somado as parcerias de investimentos públicos e privados, através das relações de cooperação. O que desafia a busca incessante pelo tão sonhado desenvolvimento local, é encontrar formas de amenização dos conflitos e torna-los produtivos, como mecanismos de organização sócio produtiva e tornar a dinâmica mais democrática e inclusiva.

Ainda de acordo com o referido autor, a agricultura familiar é um dos setores com mais possibilidades de contribuir para o desenvolvimento sustentável, uma vez que utiliza métodos alternativos com menos prejuízos para o meio ambiente, com exploração de pequenas áreas e a combinação de culturas, entre elas destaca-se a roça, muito comum na cultura paraense. Para (FREITAS, 2010), pensar em desenvolvimento requer repensar os modos de viver das pessoas, principalmente daquelas que afetam o meio ambiente.

Reconhecer e apontar as muitas dificuldades presentes na agricultura familiar brasileira, para (FREITAS, 2010) destaca-se: geração de renda e inserção nos mercados, percepção do meio rural como um espaço à margem do acesso as políticas sociais e o constante deslocamento dos jovens para as grandes metrópoles atrás de trabalho e estudo. Os jovens representam os mais afetados pela falta de investimento e políticas para o setor, marcado pela falta de acesso a bens de serviço e infraestrutura. São muitos os desafios, a serem superados pela agricultura familiar, especialmente se considerarmos as especificidades das regiões do Brasil.

No início da ocupação destas terras a produção agrícola era realizada por membros da família dos agricultores(as). No decorrer dos anos a dinâmica do trabalho se alterou consideravelmente por conta do deslocamento da mão de obra familiar que neste caso, não inclui somente os jovens filhos dos produtores, mas também suas esposas, o que tem intensificado um processo migratório do campo para cidade.

De 1991 a 2000, houve uma redução de 26% da população jovem no campo. Os processos migratórios têm acarretado não só a redução da população rural como também um processo de masculinização. Além do predomínio juvenil, o movimento migratório recente tem ampla participação feminina. As mulheres representam 52% do total da migração jovem. FREITAS (2010, p.11)

A situação atual é retratada no depoimento de um dos sócios da Associação, por ocasião dos encontros periódicos ocorridos no decorrer da pesquisa.⁸

As pessoas vêm, o CRAS, a EMATER, assim como o Prefeito, mais não volta. O trator veio até a casa do seu Lili e do Tio (apelido de um ex: vereador – residentes na vizinha comunidade quilombola de Petimandeuá), mais não chegou aqui, porque? Se tem cada um de 4 a 8 tarefas de roça para ser trabalhada e precisando de preparo para o plantio? Se plantamos quem pode vender roça para poder pagar. É incentivado o plantio do açaí com entrega de muda, aí plantamos e quando chega o verão não tem irrigação e morre, dão as mudas e sementes mais a estrutura não temos, então acho que deverão pensar nas 24

⁸ Assembleia Geral, no dia 19 de abril de 2015, na sede da instituição. Relato do abandono por parte das organizações sociais diretamente ligada ao poder público municipal e estadual: Sr. Raimundo.

famílias daqui de Itaboca que tão sem energia. Somos pobres e não temos condições de trabalho, o jeito é se mudar pra cidade. Desanima a gente.

Os principais motivos da migração, no caso dos afrodescendentes, é a falta de investimento do estado, que leva precária orientação técnica para trabalhar no campo e a dificuldade de acesso às políticas de financiamento. Com isso há baixa produção por parte dos agricultores. Deste modo, homens e mulheres principalmente os mais jovens deixam a Vila de Itaboca para trabalhar em Castanhal, Inhangapi, onde desenvolvem funções no comércio, setor público (prefeitura de Inhangapi), indústria de calçados e até mesmo trabalho autônomo.

Uma das alternativas encontradas pelos produtores rurais de Itaboca para tentar suprir o esvaziamento da mão de obra familiar do campo é o abandono das expectativas e sonhos, entre estes, os estudos e permanecer no território sem grandes perspectivas de acesso ao desenvolvimento local e pessoal.

Soma-se a todas estas questões, a dificuldade dos agricultores(as) organizarem-se coletivamente para buscar melhorias para a agricultura familiar na comunidade, esta carece de mais orientações sobre o cultivo e manejo adequado da terra. Outro problema considerado pelos agricultores de Itaboca é a baixa produção, pois a região tem alta incidência de chuva e quando acessam serviços de apoio governamental estes servem apenas de receptadores de projetos agrícolas, não sendo respeitados de forma voluntária seus interesses coletivos e individuais.

Neste contexto, acredita-se que a agricultura familiar é um setor importante para o desenvolvimento local, na medida em que a produção de alimentos atende as necessidades de autoconsumo das famílias e a manutenção dos seus sistemas de produção, através da utilização de técnicas de cultivo menos agressivas ao meio ambiente, buscando técnicas que podem substituir as que agredem ao meio e se apropriar de ferramentas de trabalho planejado de forma participativa, que possa trazer a implantação de tecnologias para um desenvolvimento com sustentabilidade econômico e ambiental.

Esse aspecto será abordado na proposta metodológica da pesquisa que utiliza-se da pesquisa quantitativa, utilizando as narrativas exercidas no processo relacional da comunidade. Como na investigação exploratória por ocasião da oficina de trabalho com repasses de uso de novas tecnologias de produção em produção rural, utilizando-se dos recursos naturais enquanto potencialidades presentes no território quilombola de Itaboca.

CAPÍTULO III

CAMINHOS DOS QUILOMBOS DE INHANGAPI: os trajetos da pesquisa-ação

3.1 Identidade de remanescente de quilombo Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas

O estudo teve como base a pesquisa descritiva exploratória, organizada a partir da escuta dos moradores da comunidade, em essencial, dos sócios que formam a Associação de Remanescentes de Quilombos de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas e materiais descritivos já elaborados, tais como livros, artigos científicos, atas e documentos oficiais de registro da formação do quilombo, que permitiram obter informações sobre o tema analisado. “Pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer, e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1996, p.44)

Assim, a “[...] metodologia é entendida não como uma estrutura rígida, uma sequência invariável de momentos, passos e fases, mas como uma prática social, guiada por objetivos interligados e que é recriada a cada realidade que se enfrenta, graças à mesma dialética com que o concreto desafia [...]” (PINTO, 2013, p. 142).

Para conhecer a realidade da comunidade, que constitui universo desta pesquisa, foi necessário conviver com estes atores sociais para recolher os depoimentos/memória desta comunidade, pois compreende-se que os velhos guardam informações de seu grupo social, cuja lembrança pode contribuir, por exemplo, para saberem de onde vieram, como chegaram aonde estão, o que fizeram para permanecer, o que aprenderam, quais as dificuldades nessa trajetória de vida e de trabalho, na medida em que a memória constitui depoimentos vivos daqueles que viveram tempos passados, mas que deixam marcas e traços importante para a recuperação histórica do grupo.

FIGURA. 4. Diretoria da Associação em processo de entrevista.



Fonte: Pesquisadora – Aplicação de questionários com a Diretoria da Associação

As fotos da Figura 4, revelam a presente construção da metodologia da pesquisa empregada partiu-se de questionamentos fundamentais como: o que levou a formação dessa organização sócio produtiva? O que os estimulou a se organizarem para buscar a certificação e titulação de suas terras? A associação vem respondendo os anseios dessa sociedade que se formou a partir dessa intenção? Essa conquista mudou em que, a historicidade desse povo? A partir dessas indagações seguiu-se passo a passo para o alcance dos objetivos propostos.

Então esse processo metodológico seguiu os seguintes passos: No primeiro passo realizou-se pesquisa bibliográfica para aprofundar o debate teórico sobre a questão da inserção dos negros no território nacional, estadual e municipal. Com base nesse estudo partiu-se para a realização de um estudo de caso, com aplicação de questionários, visando descrever as características dos associados e da Associação de Remanescentes de Quilombo Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas em suas dinâmicas, nessa sociedade local, concretizando assim o segundo passo.

O terceiro passo foi a realização de entrevistas com os diretores dessa organização, buscando saber o que eles pensavam em relação ao processo de participação de seus associados em planejamentos e execução de projetos desenvolvidos nas propriedades dos/as associados/as, a fim de entender a dinâmica socioeconômica e cultural dessa população.

Nesse processo de conhecimento utilizou-se a pesquisa-ação de caráter qualitativo, pois esta permite medir opiniões, atitudes, através de questões fechadas e abertas aplicadas a uma amostra que representa a população, assim, para atender aos objetivos da pesquisa com a aplicação de questionários (anexo 1) aos sócios-produtores interessados em implantar novas tecnologias produtivas em suas atividades produtivas. O interesse nessas novas tecnologias voltadas à produção agrícola sustentável partiu da visão de novas oportunidades de trabalho no interior da comunidade.

A captação da rede de relações sociais que a comunidade vivencia na sua dinâmica diária, como os problemas que a desafiam e mesmo a percepção que a própria comunidade tem de sua própria situação e na possibilidade de mudanças, foram de fundamental importância para o estudo de caso. Nesta etapa, buscou-se informações sobre a origem, o número de famílias, se possuíam áreas de uso comum e sua extensão, como estão organizados e quais foram os caminhos percorridos para o reconhecimento e titulação do quilombo.

Além das entrevistas abertas, informações foram construídas também através de estudos de casos. Assim, dos quatorze (14) produtores interessados, oito (8) responderam aos questionários específicos para os produtores sócios, representando 51% do total, como pode ser verificado no capítulo quatro desta dissertação. Particularmente definimos entrevistar

moradores mais velhos, quando se abordou aspectos relacionados à vida em comunidade a seguir como a questão da regularização, a cultura repassada de seus pais e avós, sobre meios de transporte, religião e crenças e, principalmente, a história da formação do quilombo.

Para chegar a esse estudo foi primordial a aproximação com as pessoas que povoam Itaboca, e para essa relação ocorrer o presidente e Vice Presidente da Associação foram essenciais no processo de aproximação com a comunidade, e que me repassaram conhecimentos importantíssimos a respeito da formação da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas e à lógica de organização do cotidiano dos quilombolas, além de detalhes como o reconhecimento e a formação das lideranças da comunidade, os documentos existentes desse processo, além dos núcleos de trabalho formados para todo o período e sua rotina como relatórios, ofícios, registros em atas.

E concretiza-se o quarto passo, com a apreensão da realidade onde foram utilizados vários documentos oficiais de registro de informações sobre esses remanescentes de quilombo e como ocorreu a formatação e encaminhamento do estudo como o Plano de utilização da Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombos de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas de Município de Inhangapi-Pará, organizado e produzido pelo ITERPA em 2010. Esse documento traz o plano de dinamização dessa comunidade e reúne análise de vários técnicos que contribuíram com o estudo, e parecer para o processo de titulação das terras quilombolas. Ele traz um parecer minucioso desde a história de Inhangapi até a intenção e conclusão das áreas de proteção ambiental necessária para a demarcação e segurança do desenvolvimento sustentável da área e das pessoas nela envolvidas.

Outro documento que subsidiou a pesquisa foi o Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo, expedido pelo Governo do Estado através da Secretaria Estadual de Produção, onde está inserido o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), por registrar em seu contexto, o plano de distribuição das terras em hectares, elaborado por técnicos do INCRA e ITERPA, onde se vê o registro das etapas, medições e limites das terras que formam um complexo dos 446,6848 ha (quatrocentos e quarenta e seis hectares, sessenta e oito ares e quarenta e oito centiares), de áreas coletivas em nome da comunidade quilombola de Itaboca.

Nesta categoria documental também se utilizou a Certidão de Auto Reconhecimento expedida pelo Ministério da Cultura através da Fundação Cultural Palmares, atribuição conferida pela Lei nº 7.668 de 1988, e regulamentada pelo Decreto 4.887 de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas, com base no art. 68 da Constituição Federal de 1988. Além do Registro de Imóveis, por constar em seu teor,

dados de extrema importância para identificação das pessoas que residem nas terras quilombolas e que pudessem contribuir para a execução da pesquisa.

O Registro em Cartório das terras do Quilombo de Menino Jesus de Petimandeu, primeiras terras ditas de remanescentes de quilombo em Inhangapi, encontrada no Cartório Mundurucu em Belém-Pará, reconhece essa comunidade como berço dos escravos no município.

A reunião desses documentos apresentou informações que possibilitou a organização de um acervo coletivo e que precisa ser organizado e disponibilizado para uso acadêmico, visando futuros estudos e registro da história do negro no município, como no Pará.

3.2 Vida social na comunidade de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, nos passos da pesquisa-ação

No segundo passo investigou-se o que era uma constante no dia a dia dessa comunidade, observada no âmbito da pesquisa exploratória qualitativa, para pensar elementos culturais que identificassem a comunidade em sua raiz. O que mais é visível? O porquê de uma organização fechada! Uma forma de contrato inconsciente? Esses questionamentos partiram da relação direta com esse grupo social. O que conseguiam produzir juntos! Conseguem? O que possuem em comum? Então, com base nesses diferentes questionamentos procurou-se variados procedimentos metodológicos que dessem conta da obtenção de informações, cujas incursões resultaram de uma troca de conhecimentos reveladores da vida social dessa população, em meio a hábitos e costumes que se procurou ilustrar por meio de uma figura que favorecesse a compreensão dessa comunidade local.

Foi nos percalços da investigação que se encontrou o Senhor Sebastião o mais velho de todos os comunitários. Nasceu no Cumarú, outra comunidade quilombola vizinha a Itaboca se o percurso for pelo Rio Inhangapi. Este relata de forma muito presente, as lembranças deixadas por seus avós.⁹

“Minha mãe falava que essas terras de Itaboca pertenciam a uma senhora dona de escravos que era patroa boa, não maltratava os seus escravos e por isso doou suas terras para eles, e as terras próximas já era de outro proprietário malvado, que sacrificava seus escravos, não tinha dó nem piedade

⁹ Sr. Sebastião tem 87 anos de idade, reside desde o nascimento em comunidade descendente de quilombo. (Relato em Marco de 2015).

na hora de maltratar um deles. Minha avó que era escrava contava sempre esses episódios. Não lembro de muita coisa, pois naquele tempo menino não se metia na conversa de velho, era logo tirado do lugar da prosa.”

Sua fala cheia de lembranças saudosistas com olhos brilhantes chama atenção, pois são poucos relatos, e notei que quase não gostam de falar sobre. O senhor Sebastião chama atenção de seu companheiro e amigo. “Tu lembra Osmar, lá no quatro tinha um engenho velho, cheguei a ver muita coisa desse engenho, era do finado Euclides que era dono desse engenho, muita gente daqui lembra. Deixaram acabar tudo”. O quatro, é o quilometro 4 (quatro) da PA 136 que liga Curuçá a Inhangapi e corta Castanhal. Antes a entrada para as terras quilombolas situava-se neste local. Que segundo Senhor Sabá como é carinhosamente chamado por todos ainda chegou a ver resquícios de um engenho e que estas relíquias sobreviveram ainda por muitos anos, “até que a modernidade acabou com tudo”, cita melancolicamente, notei que o Senhor Sebastião gostou de lembrar e contar as histórias que lhe repassaram, mais já seu amigo Osmar, quase não se pronunciou, foi aos poucos soltando o que sabia.

Até então o que é pronunciado são falas de fatos reais repassados por seus avós e pais, memórias que registram suas origens e passos, constatados na realidade desses moradores que resistem em permanecerem unidos mantendo suas raízes, seja nos afazeres domésticos como criação de animais de pequenos porte, ou na produção de artes e cultura como a confecção de vassouras de cipó chica. Ou mesmo na produção sócio produtiva da farinha da mandioca e extração de bens da natureza. Mas nesta tarde regada a muito café, e um gostoso bate-papo surgiu algo inesperado, pois moradora de muitos anos de Inhangapi ainda não tinha ouvido este episódio contado com tanto esmero pelos três idosos, prova de que querem continuar com seus credos e crenças.¹⁰

Eu lembro muito bem é daqui da Restauração, onde vive uma grande cobra, chamada Francisquinha, eu mesmo já vi, quando pescava sozinho em noite de lua cheia e sempre saía pra fisgar e nessa noite lembro como se fosse hoje. Tinha uma canoa pequena e minha fisga não era feita com ferro pesado, por isso tinha que chegar perto do peixe e tentar jogar a fisga na costela para poder fisgar. Aproximei-me muito do furo onde ela mora, foi quando percebi um remanso que ia aumentando, fiquei com medo, mas não podia mais voltar, pois ela podia me judiar. Então decidi passar por cima dela, remei pra frente com muita força aproveitando a embalagem que a canoa tava passei no banheiro que ela fazia. Vi uma tora do tamanho de um miritizeiro de longe, pois de perto não olhei pra traz judiado pelo medo e senti que ela afundou, mais não fez nada comigo. Só sei que tremia feito vara verde. Senhora, nesse dia não consegui dormir, assustado com a situação que passei, também muitos

¹⁰ Idem.

viram essa cobra. Até hoje ainda falam dela, agora com esse desmatamento todo não fui mais lá, pois adoeci desse braço e parei de pescar.

Nesta fala percebe-se o respeito pela natureza, com as histórias contadas por seus ancestrais; cultuam as crenças e lendas tornando-se muito forte e presente o saudosismo de suas raízes, apesar de não se aperceberem disso.

Ainda o Sr. Sabá, o mais entusiasmado de todos com muito interesse registra os episódios de suas lembranças. Por exemplo, as festas que iam por ocasião do Círio de Petimandeuá. Isso tudo aqui era uma coisa só, depois que o povo passou a dividir essas terras. Quando se falou das festas, fez com que o Senhor Osmar, até então calado, iniciasse sua prosa. Assim como o Senhor Álvaro.

Minha senhora diz Senhor Álvaro, aqui nesse lugar nós já vimos coisa que ninguém acredita, veja só o caso do finado Euclides que foi pra festa do Círio e já na procissão começou a sentir aquela comichão no pé, e só porque não comprou o sapato novo que a amante, uma moça linda e jovem tinha pedido pra ele, pra ir pra festa, e ele não deu ouvido, ela jogou essa feitiçaria nele que o levou a morte.

Quando entra Senhor Sabá afirmando que viu o pé dele quando começou a coçar, sem mais nem menos, quando chegou em casa já foi se prostrando com muita febre e dor, que não tinha remédio e nem pai de santo que curasse. Chegaram a levar pra uma farmácia muito boa em Castanhal que curava tudo, numa rede atada num pau, daqui até Castanhal, eu lembro quando fulano passou e disse esse não escapa não. E esse pé dele levou ele pro buraco.

Senhor Osmar, outro descendente de quilombola, com 79 anos, relata, forma muito remota, e sem muita paixão, afirmando que sabe das histórias mais nunca viu e, portanto, fica difícil afirmar. Fez questão de dizer que morou por 35 anos em Belém, como que negando um pouco suas raízes. Mas quando percebe que os demais se empolgam em contar os fatos repassados por seus ancestrais e afirmarem que presenciaram várias situações, inicia sua fala se envolvendo no bate-papo informal.

Já tive um amigo encantado, tú lembra Sabá? Meu Deus, ele morreu por não acreditar que a bichona não deixava ninguém pescar nas suas redondezas, por sinal tem casos recentes de um casal que sempre vinha aqui pescar, e acampava na margem perto do furo da cobra grande, e lá faziam fogueira e cachaceira, com muito barulho de som e tudo, isso lá na Restauração. Teve uma noite que ela não deixou nem um dos dois sossegar mugindo, igual boi, que fazia tremer tudo, até hoje nunca mais eles apareceram por aqui, correram com medo da bicha velha, que se virava de dia numa velha, chamada Francisquinha. Hoje muita gente não

acredita, mais esse casal foi prova e, por isso, sumiram daqui, também viviam destruindo tudo dela. Ela não gosta e até hoje protege a natureza mãe.

Raimunda, esposa de Mereré, presidente da Associação e filha de Senhor Sebastião (Sabá), foi a articuladora para as prosas acontecerem, também participava de tudo, conta que os pequenos de hoje não acreditam; a gente tem até receio de contar, pois não acreditam. Minha mãe e meu pai cansaram de ver a cobra grande, e eu também vi. Até hoje ninguém daqui pesca ou faz alguma coisa na Restauração, a gente teme. Mas o povo de hoje não acredita, esses meninos ficam rindo da cara da gente. Mas não me importo. Agora que não vemos mais, pois depois que passamos a fazer parte da Igreja Evangélica deixamos mais de nos preocupar com ela, passamos a ficar mais como que protegidos não é pai?

Senhor Sabá relembra de outra história vivida por sua família, estando nesse episódio Raimunda, sua filha, que na época devia estar com 4 a 5 anos de idade, que confirma tudo.¹¹

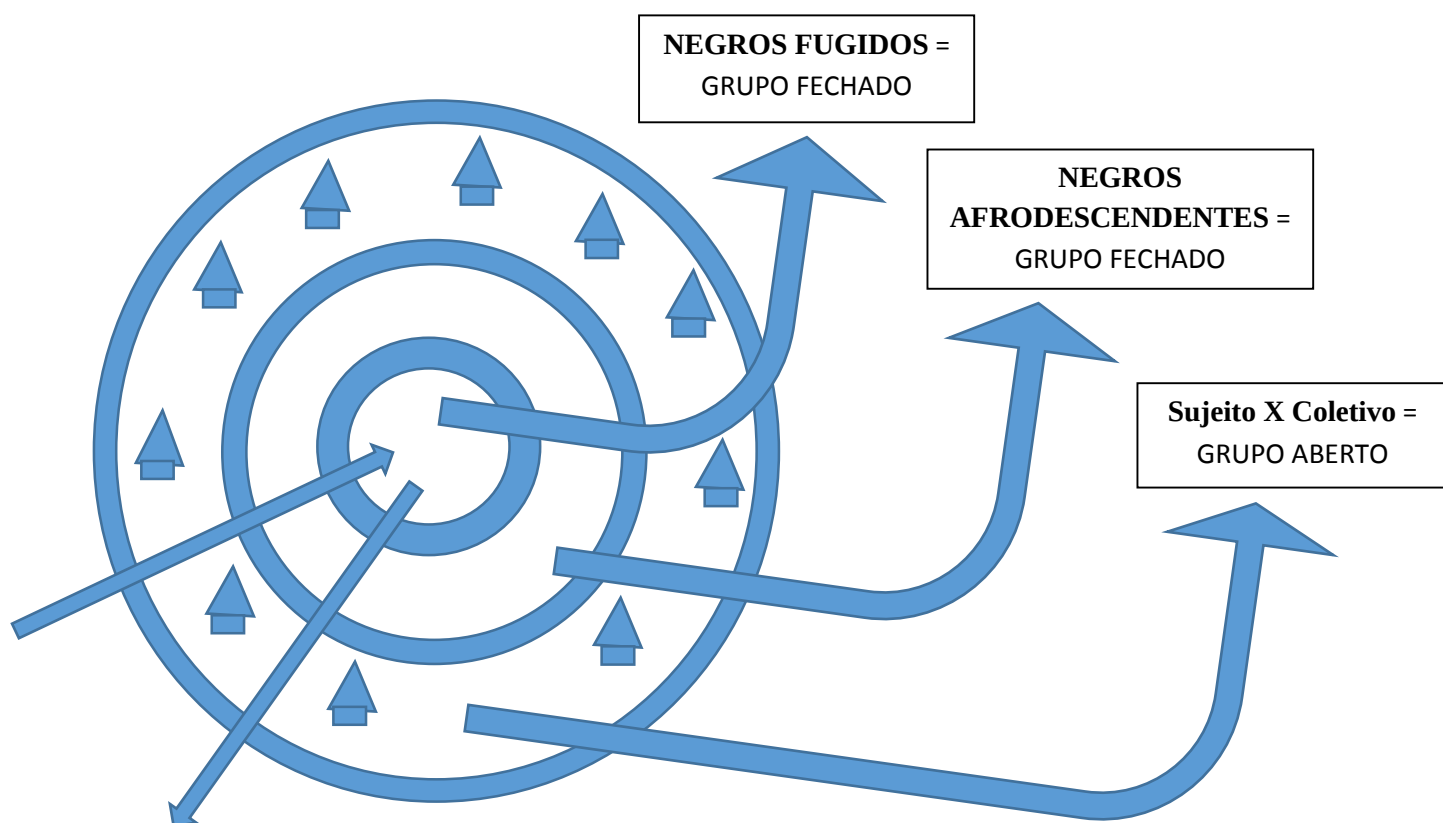
Nós vinha de casa, morava no Cumarú, eram quatro canoas, foi quando a mãe dessa pequena, disse assim, Sabá, Sabá! Não vai por aí, rema pra esse lado, que a bichona tá aí na frente, eu com o peso da canoa que vinha com 4 pessoas, não conseguia, e ela gritava Sabáaaaaa! Pelo Amor de Deus Homem!!! Nós vamos dar de encontro com essa tora de pau!!! Não era pau. Pois ela afogou na água e nos deixou sobre uma grande onda d'água, que quase nos alaga. Minha nossa, era a bichona mesmo, eu não tinha mais o que fazer a não ser passar por cima dela, que fez foi nos proteger, pois a gente nunca mexeu com ela, e se afogou na água permitindo assim nossa passagem, aí eu olhei pra trás e vi o banzeiro que ela deixou. Parecia uma coisa muito grande, pelas ondas causadas pelo seu mergulho, aí ela se dirigiu assim pro buraco dela.

Essas falas retratam que o quilombo foi formado na Restauração, local as margens do Rio, onde os negros se refugiaram e construíram suas moradias, a história da cobra grande é comentada por todas as pessoas mais velhas de Inhangapi, e segundo a lenda adormece quando ver que os negros não correm perigo. Aqui nesse episódio assinalo minha conclusão quanto a formação do quilombo em afirmar que este foi feito de fora pra dentro pelos negros fugidos e de dentro para fora quando sentiram-se seguros e passaram a se relacionar com outros povos, símbolo retratado na figura da comunidade

¹¹ Raimunda filha do Sr. Sebastiao homem mais idoso de Itaboca, que relata lembrar as histórias contadas pelo pai. Abril de 2015.

FIGURA. 5 – Representação social da relação entre as comunidades formadas por negros em Inhangapi.

Título1: Dimensões da vida social na comunidade de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas.



RELAÇÃO SOCIAL – Sujeito indivíduo X Sujeito Coletivo

Fonte: elaboração própria, com base na pesquisa de campo, 2015/16.

Essa figura foi pensada no contexto da troca de conhecimentos entre os sujeitos sociais no processo do estudo, portanto, a partir da análise vivenciada entre o mundo social dos pesquisados e a pesquisadora, fato que gerou a ilustração de uma imagem das diferentes dimensões da vida social da comunidade analisada e a relação dessa com outras comunidades remanescentes de quilombo existentes em Inhangapi.

Observou-se que os sujeitos de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas possuem união simbólica decorrente da história desse pedaço de terras herdado de seus ancestrais, visto que trazem na seu cotidiano suas raízes, reafirmadas nas suas rotinas diária, como na sua cultura e

costumes. Essa lógica ocorreu de fora para dentro na ocasião em que os negros fugidos procuraram refúgio nas matas para esconder-se de seus algozes senhores. Nessa dialética percebe-se que estes foram forçados a isolar-se formando assim um grupo fechado nas suas raízes, interagindo no seu cotidiano com os índios, que lhes davam proteção e fuga. Ocorre que o negro para poder apropriar-se de seu espaço na relação com o índio que lhes repassava seu conhecimento de como viver nas densas florestas amazônica precisou suplantar sua histórias pelos reais interesses do coletivo, que era sobreviver e construir suas vidas.

Segundo Barbosa nesse contexto:

Assim como acontecera com o indígena, o negro constituiu, através da miscigenação uma nova classe: “(...) produziu-se à margem da escravização uma classe considerável de mestiços de todos os matizes, escapando progressivamente do cativeiro – a classe dos libertos” (Salles, 1971, p.135). Um exemplo disso foi a determinação do rei de Portugal, em 1720, de que os cafuzos¹⁵¹ não fossem constrangidos, pois eram considerados alforriados, devendo viver em liberdade. Na Ilha do Marajó, conhecida pela criação de gado vacum, o fenômeno da miscigenação entre índios e negros foi processado de forma “(...) isenta do mais elementar preconceito racial, [oferecendo] o atual tipo étnico encontrado na Amazônia, em cujas veias corre o sangue de brancos, negros e índios” (idem). BARBOSA, 2003, p 147.

É dessa forma que os remanescentes de quilombo hoje encontram-se, sentem-se descendentes de negros alforriados mesmo que forçada. Esta situação foi aprofundada no estudo de caso realizado na comunidade quilombola onde se percebeu a relação histórica destes com o território, possibilitando compreender como estas pessoas passam a percepção de serem centralizadoras com relação as suas vivências e costumes, com os elementos do espaço, tempo presente e passado, onde são preservados inconscientemente essa ruptura com quem é de fora do território, se manifestando nos atos e na forma como se relacionam com as pessoas quando esta tentam aproximar-se. No entanto a confiança foi conquistada pela pesquisadora e assim adentrou-se nesse reino quase mágico dos remanescentes de quilombo, que após essa conquista passaram a relatar o que sentem, o que são e o não são, como também o que querem.

Em contato com outras comunidades de remanescentes de quilombo do território de Inhangapi; vê-se que a manifestação é parecida, onde percebe-se que a aproximação com as demais comunidades deu-se em detrimento da busca e conquista do reconhecimento de sua identidade pelo Estado de Direito. Esta possibilidade fez com que todos os descendentes de escravos de Inhangapi se mobilizassem e buscassem o que sempre almejavam, sua herança perdida. Então o agrupamento das pessoas de Itaboca com os demais é consequência de uma ação coletiva em busca do auto reconhecimento e titulação de suas terras.

Mais não era e não é um pleito fácil de ser conquistado, embora para os moradores de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, que já possuem parques bens adquiridos individualmente, de modo coletivo, possuem a sede da Associação e várias frentes de trabalho iniciadas, obtidas através de projetos pensados e implantados por órgão públicos, que não tiveram sequenciamento. Já as outras comunidades de remanescentes possuem menor articulação e mobilização, com exceção das comunidades de Muraiteua, Maracanã e Cumarú, Pernambuco e Petimandeua, que possuem a declaração de auto-reconhecimento expedido pela Fundação Palmares do Ministério da Cultura, mais até então não conquistaram a titulação de suas terras.

Assim, pode-se verificar que a representação simbólica dessa comunidade gera uma união que advém da cultura adquirida e que inconscientemente buscam preservar. Na figura acima se buscou ilustrar o universo do quilombo de dentro para fora e de fora para dentro, a partir de uma visão investigativa que primou em ver os sujeitos concretos que possuem uma realidade concreta de interação social, econômica e cultural; um cotidiano em toda a sua dinâmica de existência de vida, implicadas por um meio ambiente que se une no tempo e no pensamento. É esse homem (sujeito) que a metodologia da pesquisa-ação procurou capturar e, ao mesmo tempo, intervir para transformar a realidade social desses sujeitos sempre em interação (PINTO, 2014, p. 99/100), nas rodas de conversa, por ocasião dos estudos de caso e nas reuniões da Associação, por meio de diálogos individuais, visitas domiciliares e pesquisas em documentos de cartório ou em instituições como ITERPA e INCRA ou mesmo na Associação de Quilombo de Inhangapi, a questão versava sobre a organização social e produtiva destes remanescentes de quilombos.

Para chegar a essa figura seguiu-se uma longa trajetória que iniciou com o primeiro contato, que ocorreu com o Sr. Mereré assim é conhecido de todos, seu nome é Raimundo Reis, presidente da Associação. Este se manifestou muito interessado passando a informação aos demais sócios. Assim, a pesquisadora passou a participar assiduamente das reuniões que ocorrem todos os terceiros domingos de cada mês. Participei inicialmente de sete (7) reuniões, sendo que destas, três (3) participaram conjuntamente comigo os professores Orientadora da pesquisa e da dissertação de Mestrado Dra. Maria José Barbosa e Dr. Adebaro Nascimento Co-orientador, e demais secretariados da Prefeitura de Inhangapi de Finanças, Educação e Saúde Prefeitura local.

Nessa reunião foi apresentado pelo Dr. Adebaro na época coordenador do curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Gestão em Agrossistemas Alimentares o objetivo do curso e a intenção da Instituição IFPA para com as comunidades rurais. Na segunda reunião com a participação do coordenador do mestrado, e diretor da INCUBITEC – Dr. Adebaro, foi

mantido acordo para que o Instituto firmasse convênio para trazer apoio técnico para os produtores sócios da Associação.

Como abordagem metodológica embasou-se em uma teoria que fundamenta e sustenta a colaboração do conhecimento entre ambas as partes, isto é, pesquisador-pesquisado, flexibilizando o associar analítico dos dados coletados, finalizando em uma percepção de fenômenos complexos e de significados mais profundos, e principal para os comunitários de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, que se perceberam valorizados em todos os movimentos da pesquisa-ação, conforme mostra Strauss;

1.Capacidade de retroceder e analisar criticamente as situações. 2. Capacidade de reconhecer a tendência em direção ao bias da pesquisa. 3. Capacidade de pensar abstratamente. 4. Capacidade de ser flexível e aberto as críticas construtivas. 5. Sensibilidade as palavras e as informações dos informantes. 6. Um sentido de absorção e devoção ao processo de trabalho. (STRAUSS, 2008, P. 21).

Para esse autor, é imprescindível que essas características sejam analisadas de maneira flexível e criativa para que a coleta de dados flua de forma espontânea, seguindo os interesses do estudo, com técnicas e procedimentos que possam deixar o sujeito na sua real condição social, respeitando seu ambiente e construindo a troca favorável de saberes. Seguiu-se esse processo, assim a pesquisadora conseguiu obter material e subsídios suficientes para uma interpretação de maneira simples e clara.

A pesquisa-ação, de caráter qualitativo foi utilizada por se tratar de indivíduos que apresentam características identitárias que buscam reconstruir suas memórias, tendo em vista fazer parte de uma classe social invisibilizada, mas que vem atuando de modo a ascender enquanto particularidade de uma história de lutas contra a exploração e o abuso relacionado aos maus tratos, um período social em que o negro era considerado objeto, portanto um ser sem direitos. Assim, a pesquisa-ação indicou um caminho no trajeto de constituição de uma identidade própria e particular dessa população remanescente de quilombola. Uma pesquisa que visa se apropriar da realidade para transformá-la, na medida em que está implicada, para o autor Strauss;

“... na vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos e também a pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações ... informações históricas sobre pessoas e objetos, mais o grosso da análise é interpretativa (STRAUSS, 2008, p. 23).

Por essa razão foram coletados dados em diversas fontes de pesquisa e com técnicas diferentes, como, entrevistas semi-estruturadas, o

bservações, análise de documentos, registros e gravações de áudios, assim como de vídeos. Estes dados depois de compilados foram organizados, analisados e interpretados por ordem histórica e de interesse do grupo social problematizado e hierarquizado em termos de prioridades de solução para as dimensões apresentadas durante os momentos de interação entre pesquisadora-pesquisados.

Para Strauss (2008), como pode ser observada nas oficinas organizadas com base no aproveitamento dos recursos naturais do território dos remanescentes de quilombo de Itaoca, Cocal e Quatro Bocas, onde se obteve o processo de reaproveitamento de folhas e ramas de matos para a produção de compostagem e de adubo orgânico, como mostra na elaboração do projeto de inclusão sócio produtiva visando a melhoria da produção e ao mesmo tempo a comercialização, como meio de geração de trabalho e renda para os sujeitos implicados na pesquisa-ação.

Assim, com base nos problemas discutidos no momento de construção do diagnóstico socioeconômico em que foram identificados os recursos naturais, no âmbito da pesquisa-ação, verificou-se a possibilidade de estruturação de um projeto para a produção de compostagens e adubos orgânicos, o qual foi desenvolvido por meio de oficinas como momentos de tempo escola e tempo comunidade, um resultado concreto do engajamento da pesquisadora no ambiente da pesquisa aplicada, possibilitando avanços no processo de trabalho coletivo, a partir de um plano de ação vinculado à Associação de Remanescente Itaboca, Cocal e Quatro Bocas e o IFPA. Essa ação, portanto, mostra-se como uma forma de cooperação entre o Instituto e a referida Associação na busca de soluções para o desenvolvimento territorial rural sob a gestão de empreendimentos agrícolas pautados na agricultura sustentável.

No capítulo seguinte mostra-se esse processo de construção interativa entre estas duas instituições, em que tempo escola e tempo comunidade gestão meios e soluções para problemas de desenvolvimento de comunidades vulneráveis.

CAPÍTULO IV

POTENCIALIDADES SÓCIO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ITABOCA: implantação de novas tecnologias sociais sustentáveis

4.1 Diagnóstico dos recursos naturais do território de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas: produção e implantação de novas tecnologias nas suas atividades

Início a partir de então o registro das potencialidades existentes no território coletivo de Itaboca que poderão ser utilizadas na produção aplicando novas tecnologias de desenvolvimento sustentável.

Quanto ao produto de origem vegetal os sócios produtores mencionaram possuir cascas, bagaços, talos, sementes, palhas e folhas das mais diversas variedades vegetais, resíduos sólidos que a propriedade pode fornecer para utilização de compostagem orgânica, ou produção de resina e ou óleo vegetal. Afirmam ainda possuir vontade expressada por todos em utilizar ou reutilizar esses componentes vegetais para uso de compostagem, produção de combustível para fornalha, ração animal, uso na lavoura como a produção de húmus. Ou mesmo utilizar para consumo humano produzindo geleia, óleos, compotas, preparação de bolos, xaropes e aromatizantes. É importante deixar registrado aqui que a pesquisadora intenciona em conjunto com o grupo de associados orientar essa prática tomando por base a sustentabilidade praticada no seguinte aspecto:

Dentre as várias definições existentes sobre sustentabilidade, podemos estabelecer que o termo implica na manutenção quantitativa e qualitativa do estoque de recursos ambientais, utilizando tais recursos sem danificar suas fontes ou limitar a capacidade de suprimento de futuro, para que tanto as necessidades atuais como aquelas do futuro possam ser igualmente satisfeitas (AFONSO, 2006, p. 11).

As atitudes humanas diante dos desastres ecológicos ocorridos a nível mundial precisa ser preocupação de todos, é então necessário que haja reflexão e planos de mudança no comportamento para a consciência da qualidade ambiental.

Aqui continua as indagações e as respostas quanto aos produtos de origem vegetal frutíferas com valor comercial componentes como potencial comercial da propriedade quilombola, todos são enfáticos em afirmar a existência de: o açaí, a castanhal do Pará, acerola, laranja, limão, buriti, tucumã, melancia, pupunha, cupuaçu, bacuri, manga, banana, tangerina e outras em pequena escala. Essas plantas frutíferas são presente em todo o território e propriedades dos sócios citados na pesquisa. Além desses produto foi apresentado como a andiroba, copaíba, murumuru, patchoulin, breu, priprioça, como especiarias vegetais presentes

também na área quilombola. Possui ainda as espécies madeiras de grande valor comercial como: o mogno, acapú, cedro, ipê, pau-brasil e jacarandá.

Procurou-se verificar quais recursos naturais à propriedade possui, por entender que os danos ao meio ambiente não são fatos de agora e muito menos inesperados e ou imprevisíveis, mais que precisam ser controlados e isso só pode ocorrer quando se dá o reconhecimento destes no meio e os efeitos que esse pode gerar tanto para o desenvolvimento socioeconômico como para a destruição do homem senão souber cuidar desse meio. A preservação ambiental deve ser conciliada a outros interesses necessários para minimizar impactos ambientais e manter o equilíbrio da quantidade com a qualidade do potencial da área. Portanto foi confirmado por esses produtores que seus recursos ainda que pouco lucrativos financeiramente, se apresentam como uma grande mina a ser explorada: como o rio Inhangapi, que banha Itaboca e que é útil para seus moradores para a pesca de consumo, como para artesanal, assim como para o lazer e turismo.

Acusam ser o terreno rico em argila de qualidade para uso de produção em olaria, sendo aqui manifestada a intenção de estruturar esta exploração em escala industrial, como uma solução de geração de emprego e renda para a comunidade que possui 439,69 há área quilombola, terras ricas desse mineral. Informa também que a propriedade é farta em diversos tipos de cipó como o timbó-açú, unha de gato e titica e ainda a folha de guarumã serventia para diversos tipos de tecelagem de cestas e produtos utilizados na agricultura como a peneira e o tipiti.

Com referência a infraestrutura básica necessária para a organização social da comunidade, foi manifestado por todos que a energia elétrica é o maior dos entraves instalado desde então, por não possuírem a rede instalada, utilizam-se da corrente elétrica da cidade o que prejudica-os financeiramente em decorrência da taxa ser mais alta. Todos consomem energia elétrica clandestina, o que para eles é um prejuízo socioeconômico ligado ao desenvolvimento rural por não ser prioridade dos governantes.

Quanto ao abastecimento de água, 50% dos produtores responderam possuir serviço de água pública encanada, quanto aos demais 25% disseram utilizar água de poço e o restante faz uso de água do rio.

O meio de comunicação utilizado pelos sócios é o telefone móvel para apenas 35% destes, pois precisam de instalação de antenas próprias via rádio para que possam ter acesso de qualidade.

Como meio de transporte 30% utiliza carro particular, os demais fazem uso do transporte coletivo privado. Quanto à condição das estradas, 70% consideraram de péssimo estado de uso para trafegar, enquanto o restante confirmou ser regular.

Todos afirmaram a existência de escola de nível fundamental, e não possuírem posto de saúde instalado na comunidade, havendo uma obra inacabada com recursos advindo do governo federal através do Ministério da Saúde desde 2013.

As potencialidades do território de Remanescentes de quilombos possui uma extensa composição de vegetais enriquecendo essa formação natural o rio Inhangapi que banha essa extensão de terra, facilitando a realização de várias práticas de produção rural como o extrativismo e a agricultura sustentável utilizando a estratégia do uso dos recursos naturais sem dizima-los, intenção do grupo de pessoas que formam esse núcleo territorial.

4.1.1 A identidade camponesa no âmbito de Itaboca, Cocal e Quatro Bocas

A partir das primeiras visitas da pesquisadora à comunidade de Itaboca, deu-se a incursão na Associação de Remanescente de Quilombo Itaoca, Cocal e Quatro Bocas, tendo como culminância a realização da troca de conhecimentos e de saberes entre o IFPA-Campus Castanhal e os associados da referida associação, particularmente com a visita de cooperados ao Instituto, para que estes produtores pudessem visualizar as novas formas de produção e seus resultados e, desta forma, pudesse perceber, na prática do IFPA, como se dava a produção de húmus e outras tecnologias voltadas à agricultura sustentável.

O fato de essa comunidade desenvolver a agricultura familiar, como eixo motor das atividades produtivas favoreceu a identificação de determinadas técnicas para o cultivo sustentável, uma vez que os associados tinham experiências de agricultura de subsistência, uma cultura baseada em conhecimentos ancestrais, evidenciando segurança não somente de propiciar o seu sustento, mas também pela manutenção das raízes e conhecimentos deixados por seus antepassados, mas que podiam ser acrescidos de novas proposições de atuação. Assim, no decorrer das oficinas havia discussões transversais para que os associados pudessem refletir sobre suas práticas no território quilombola, assim como, suscitar interesse em rever suas atuais práticas produtivas e ambientais.

Como ressaltam Sousa, Michelotti e Costa, (2010, p.138), “a agricultura familiar não é uma categoria social recente. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume nova forma”. Muitos autores

apontam seu surgimento ainda na década de 1970, como uma nova nomenclatura para definir a pequena produção, substituindo o histórico conceito de "campesinato".

Muitas terminologias foram empregadas historicamente para se referir ao mesmo sujeito: camponês, trabalhador rural, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. A substituição de termos obedece, em parte, o próprio desenvolvimento do contexto social e às transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social, isto é, o homem e a mulher do campo (SOUSA, MICHELOTTI, COSTA, 2010, p.138).

Ressalta-se que os remanescentes do quilombo de Itaboca são agricultores que se organizam de forma camponesa, tanto em relação a seus processos de produção, quanto em suas relações sociais. A condição de camponês não representa um momento estático; o camponês não está escondido no passado ou em locais distantes. Às vezes, desempenha um papel discreto, mas também decisivo, em lugares altamente modernizados, (Schmitz e Mota, 2007). Embora haja divergência quanto à década do surgimento do conceito de agricultura familiar, este mostra transformações políticas na sociedade. Neste sentido, a agricultura familiar é um conceito ligado à redemocratização do Estado e traz a incorporação das categorias sociais do campo conforme, como afirmam Schmitz e Mota (2007, p.5), "pode ser incorporada na agricultura familiar toda população agrária que administra um estabelecimento agrícola como os assentados, agricultores, posseiros etc."

A agricultura familiar pode ser entendida como uma expressão contemporânea que passou a denominar uma categoria social presente no campo, os "produtores rurais". Deste modo, vem atender as demandas oriundas dos movimentos sociais do campo, especialmente, o Movimento Social Sem Terra – MST, que tomaram grandes proporções a partir da década de 1990. A fixação das famílias assentadas traz a necessidade de um novo reordenamento no meio rural.

A importância do termo familiar é que este reforça a ideia de que esses grupos sociais são aqueles em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção (terra e instrumentos de trabalho), assume o trabalho no estabelecimento produtivo. O caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo. O fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela se organiza econômica e socialmente (SOUSA, MICHELOTTI, COSTA, 2010, p.138).

Os debates desses autores, sobre a agricultura familiar, foram confirmados nos depoimentos dos produtores de Itaboca, no dia a dia da lida com a terra, na medida em que a família é o centro da produção, ficando clara a preocupação destes manterem a geração futura,

ciente do que seus ancestrais tiveram, do que passaram e do que possuem hoje: sua história, cultura, bens e serviços, de vivência com a terra.

Neste sentido, foi decisivo o reconhecimento e a legitimação destes como quilombolas, pois em seus depoimentos percebe-se o valor de possuírem um certificado como comunidade quilombolas, ao conquistarem a titulação de parte das terras de seus antepassados. Eles foram unânimes em afirmar quanto ao respeito e às conquistas que obtiveram a terem seus direitos reconhecidos e certificados, como: estudo para os filhos, crédito e incentivos financeiros para a produção, melhorias nas benfeitorias e imóveis. E, principalmente, a conquista da sede e espaço de lazer, como o campo de futebol, local de reunião e realização de atividades culturais, do meio social de Itaboca, para os sócios e todos os seus convidados e sociedade em geral.

No cenário atual a agricultura familiar, ainda em processo de construção, é analisado com preocupação, quanto aos incentivos governantes, tendo em vista a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário que migrou para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, órgão responsável pelo PRONAF¹², que foi decisivo para legitimação da agricultura familiar, reconhecendo sua importância ao produzir cerca de 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira. A importância deste setor é demonstrada por Freitas (2010), através dos seguintes dados estatísticos, 80% dos 4,8 milhões de estabelecimentos rurais pertencem aos pequenos produtores, respondendo 40% do PIB da agropecuária.

É nesse contexto que estão inseridos os produtores de Itaboca que, onde a agricultura familiar é um dos setores com mais possibilidades de contribuir para o desenvolvimento sustentável, desde que se utilizem métodos alternativos com menos prejuízos para o meio ambiente, com exploração de pequenas áreas e a combinação de culturas, entre elas destaca-se a roça, muito comum na cultura paraense.

Diante da crise econômica que assola o País e o mundo, o governo atual passa o rodo numa das experiências mais bem sucedidas dos últimos anos: a história nos mostra que para se chegar ao avanço que o Estado chegou na Política de Desenvolvimento Agrário e ao direito à alimentação e a esse conjunto de atores colegiados, que reúnem representantes do poder público e da sociedade, estão associadas diversas e importantes políticas públicas. Tais políticas vêm sendo construídas a várias mãos, a partir dos insumos das conferências nacionais, como são o caso da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e da Política Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica.

¹² Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado pelo decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996, com o objetivo de financiar a produção agrícola nos territórios rurais.

Essas políticas estão longe de ser perfeitas, e em muito precisam ser aprimoradas. Entretanto contribuíram para produzir resultados expressivos, valorizados inclusive internacionalmente. O fortalecimento do/a agricultor/a familiar como ator econômico responsável pelo fornecimento de grande parte da alimentação dos brasileiros foi fator crucial para a expressiva diminuição da fome e da desnutrição no Brasil. A crescente alocação de recursos para assegurar crédito subsidiado, seguro agrícola, assistência técnica e extensão rural e compras institucionais, entre outras, foi decisiva para a retirada do Brasil do Mapa da Fome das Nações Unidas. Essa experiência brasileira, inovadora e inédita, tem sido fonte de inspiração para regiões e países do mundo, merecendo atenção especial ao que vem sendo feito no Mercosul, na Unasul e em diversos países da África.

Pensar em desenvolvimento requer repensar os modos de viver das pessoas, principalmente, daquelas que afetam o meio ambiente. É nesse sentido que as novas tecnologias avançam na perspectiva da sustentabilidade ambiental, com o saber refazer, com segurança e consciência ambiental, na expectativa de preservar, conservar e recuperar o meio. Esse autor reconhece e aponta as dificuldades da agricultura familiar brasileira, entre as quais se destacam: geração de renda e inserção nos mercados, percepção do meio rural como um espaço à margem do acesso as políticas sociais e o constante deslocamento dos jovens para as grandes metrópoles atrás de trabalho e estudo.

Como cita Sr. Mereré, ao mencionar que possuía um único filho de 20 anos de idade, que era seu auxiliar no escoamento da produção da agricultura familiar, mas o perdeu em conflito no campo de futebol da Associação, em 2014, quando este foi assassinado, ficando ainda com a responsabilidade de 2 netos. Neste relato, o associado mostra a necessidade de mão de obra para o aumento da produção ou expansão da mesma.

Os jovens, nesse processo são os mais afetados pela falta de investimentos e novas oportunidades na agricultura familiar, marcada pela falta de acesso a bens, serviço e infraestrutura. Desta forma, são muitos os desafios a serem superados pela agricultura familiar, especialmente, se considerarmos as especificidades do Brasil.

Mas em Itaboca, percebe-se que a problemática deve-se a falta de incentivo constante e a insatisfação dos produtores, como pela falta de assessoria técnica ou entendimento do poder público local para atender suas necessidades com o maquinário específico para a lavoura, como para a melhoria das estradas e para o transporte, ou até mesmo insumos de uso nos equipamentos, que mesmo sendo da prefeitura local, os sócios são obrigados a contribuir para poder ter o acesso ao equipamento, garantido às vezes combustível ou diária do condutor da

máquina. Essa realidade é confirmada no estudo de caso realizado durante o processo do estudo descrito a partir de então.

Como resposta das investigações durante o processo de estudo viu-se que o perfil sócio econômico dos produtores rurais sócios da Associação de Afrodescendentes as potencialidades em recursos naturais que possui o território das terras individuais e coletivas de Itaboca, estão nas intenções destas pessoas para utiliza-las com responsabilidade visto que as intenções que estes produtores manifestam é de implantar novas tecnologias em suas propriedades agrícolas, para o desenvolvimento da agricultura familiar e da sociedade local. Percebeu-se que esta sociedade de produtores já tem realizado um grande esforço para obter melhorias para a comunidade com baixos resultados. Fator que leva estes a sentirem-se desestimulados e apresentam alto descrédito para com quem chega até eles, mesmo que seja com propostas de incentivo nos mais diversos. Mostram-se arredios e fechados em seu próprio meio, conscientes do que já passaram e incrédulos com o que pode ser oferecido. Situação aqui apresentada nessa fala de uma sócio produtor: (SEBASTIÃO GUSMÃO – Sócio Vice Presidente da Associação).¹³

Eu até concordo com essa proposta do professor Elson Cavalcante (Coordenador do Setor de Hortigranjeiro do IFPA-Castanhal), de só fazer com quem tem interesse, porque nós tivemos vários projetos que aqui foi iniciado com todo mundo, tudo começou bem a produção tava boa mais acabou. Acabou! Veio o projeto de Apicultura, piscicultura, de criação de galinha. Deu dinheiro? Deu! Mais e aí o que aconteceu? No início todo mundo queria. Eu fico triste e tem hora que eu digo que eu não vou mais me meter, pois fica uns pouco com interesse o resto já não quer mais. Por isso é bom que seja dessa forma, só fica que tiver interessado

Também verificou-se se esta sociedade já foi contemplada com crédito financeira e se sua aplicação e resultado da utilização geraram o planejado. Dos oito componentes no processo investigativo apenas dois (2) componentes já utilizaram crédito para aplicar na produção da piscicultura. Foi utilizado o financiamento para custeio e incentivo a comercialização. Quanto a liquidação com o empréstimo estas duas pessoas passaram por dificuldades para pagamento das parcelas, estes respondem que a burocracia é um dos maiores problemas em decorrência

¹³ Entrevistados. Sócios companheiros da Associação foi presidente e atualmente e vice-presidente da Associação de Remanescentes de Quilombolas de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas. Dezembro de 2015.

do prazo ser pequeno para o resultado da produção e sua comercialização. Foi ainda citado que a baixa produtividade, o baixo preço de comercialização, o custo da produção e a frustração na safra foram fatores de impedimento para ser honrado os compromissos com o banco credor.

Contudo confirmam ter obtidos benefícios como: aumento na produção e na renda familiar e que a instalação da ONG – Associação de Quilombolas trouxe maior qualidade, na formação de seus familiares, na produção agrícola, na preservação ambiental citando que um sócio polígia o outro, até com imposição de regras estabelecidas por possuírem hoje um ambiente que é uma APA – Área de Proteção Ambiental, e na vida comunitária, do trabalho e na condição da moradia. Enfim trouxe uma vida mais prazerosa a todos os envolvidos, e citam como exemplo a área de lazer como o espaço do campo, e a sede da associação.

Vale ressaltar que com o passar do tempo e a insistência e criação de vínculo da pesquisadora com a comunidade, estes passaram demonstrar mais confiança no processo de trabalho proposto e executado no ato do estudo de campo, confirmação que veio quando estes atores sociais se propõem a inovar nas suas atividades produtivas, e instalar em suas propriedades o que de mais novo é ofertado para o interesse individual ou coletivo do desenvolvimento sustentável.

Partindo desse raciocínio torna-se imprescindível destacar o papel de cada intenção individualizada e coletiva. Iniciamos então a investigação dessa lógica de confirmação da intenção com a abordagem do perfil sócio econômico onde dois sócios produtores ao visitar o Instituto IFPA, tentam convencer os outros sócios da importância que seria trabalhar a implantação de novas tecnologias em suas produções utilizando as terras coletivas da Associação. Então a primeira abordagem para a coleta de dados inicia-se com essa fala:¹⁴

Eu Já era interessado nesse negócio, aí quando eu vi lá eu disse, ah! Agora que eu vou me interessar mais, porque eu fiquei mais interessado pela outra parte (faz gesto de lucro). A Escola Agrotécnica tá fazendo o adubo mais não tão dando conta pra entregar, onde tu Sabá, (Sr. Sebastião), leva uma grande vantagem na frente de mim e do Zé pois possui tudo o que precisa para fazer esse negócio que em 60 dias está pronto pra entrega, pois tem o esterco de gado e o teu gado não consume produto químico o que é interessante na produção, por precisar desse material mais a folha o capim onde todos tem. A oficina será repassada pelo professor, e os produtores irão para a Escola realizar a prática e verificar como é feito essa produção. A minhoca que é utilizada para triturar e produzir o húmus pode ser também vendida, por isso ser selecionada e catada. ” (Sr. RAIMUNDO, produtor rural e sócio da Associação quilombola de Itaboca).

¹⁴ Idem.

Esse depoimento, ocorreu no primeiro dia de realização da coleta de dados, momento onde o grupo de produtores interessados e convocados pelos dois sócios citados acima estavam reunidos na sede da Associação. Nessa ocasião foi esclarecido que a proposta tem que partir da intenção de cada um desses sócios, para que estes possam decidir se realmente são favoráveis a essa possibilidade. O produto final da mestrandia é advindo do estímulo e da vontade desses sócios em instalar tecnologias favoráveis ao desenvolvimento sustentável, utilizando-se das potencialidades inerentes às terras coletivas de Itaboca descritas aqui nesse capítulo.

Este processo está sendo discutido desde 2014, fase inicial das primeiras abordagens com os comunitários, onde teve-se a oportunidade de observar a vida social em movimento e sentir conforme a apresentação e formação da rede social a qual a comunidade está inserida e envolvida, os problemas que a desafiam e a percepção que esse povo tem de sua situação diante das políticas públicas e suas possibilidades de mudanças diante de tudo que já passaram e alcançaram.¹⁵

Eu penso que todos devem colocar os novos pra trabalhar com a gente, tenho que incentivar o filho ou outro membro a estar contigo, pois numa ausência eu tenho quem pode me substituir, sem contar que tenho que deixar minha cultura pra outros da família. O professor disse que pega o aluno da cidade, em vez de pegar um daqui pra se especializar e colocar em prática. Outra coisa que ele disse e que tá comprovado que a queimada não serve mais pra se fazer pois leva dez anos para o solo se recuperar pois ele não dá mais a mesma produtividade necessária por isso que temos que ir atrás de coisas novas (Sr. RAIMUNDO – Sócio da Associação).

Os primeiros resultados apresentados retratam que de todos os envolvidos na pesquisa oito (08) deles manifestaram interesse em retratar sua real condição e interesse em aplicar novas tecnologias em suas atividades produtivas. Desses voluntários, apenas cinco (05) são sócios da Associação de afrodescendentes, os demais são membros da família, mais não associados, e todos estes, parceiros das terras coletivas.

Quanto ao tamanho da propriedade manifestaram não terem domínio ou conhecimento de quanto possuem de terras utilizadas de forma individual e coletiva para a produção, onde entraram num consenso e manifestaram que todos utilizam em média cinco (há) de terra, com exceção do Sr. Mereré – Manoel Reis, que manifestou possuir tres (há) de terras em atividade produtiva.

¹⁵ Idem.

Foi questionado quanto à utilização de mão de obras e todos responderam que sim, utilizam, sendo que apenas um deles referiu o quantitativo de três pessoas contratadas quando necessário. Nessa fala foi manifestado que não possuem condições de contrato de mão de obra, pois os custos são altos, restringindo a produção apenas nos membros da família, assim contradizendo suas respostas ao afirmarem que contratam mão de obra.

Referente ao número de pessoas membros da família a média ficou em torno de 3 a 6 membros, onde prevalece o número de pessoas adultas com mais de 70% dos membros na faixa etária de mais de 21 anos. Ainda parte deste item, temos três pessoas referindo não possuir aposentados na família.

Ao abordar a interação quanto a geração de renda por outros membros da família estes foram unânimes em suas respostas ao afirmarem que todos os membros participam do processo da produção, confirmando que a agricultura familiar prevalece no meio, como cultura resquício de seus bisavós, avós e pais. Manifestam em suas falas: “Sim é importante a participação da família nos trabalhos”, (ALEX TRINDADE-Membro da família do Sr. Raimundo Cosme); “Existe a participação da família de forma direta e indireta”, (SEBASTIÃO GUSMÃO-Vice presidente da Associação); “Sim é fundamental participar de forma direta e indireta”, (MANOEL REIS – MERERE – Presidente da Associação).¹⁶

Quanto a principal renda familiar desses sócios os dados mostram que apenas um (1) sócio possui a produção de leite e de corte, mesmo com um pequeno número de gados, se interessando muito pelas propostas de implantação de novas tecnologias por possuir além das produções citadas a produção de grãos e fruticultura, assim como todos os outros sócios. Apenas dois dos participantes do processo não possuem avicultura.

Essa produção representa em salários mínimos o montante de até dois (2) salários atuais, manifestado essa informação por todos os envolvidos no processo, que justificaram ser este montante o mínimo para o sustento de suas necessidades, principalmente por considerarem o número de pessoas na família, relacionando esse fato o motivo de leva-los a busca de novas alternativas no incremento de aumento de suas posses financeiras.

Com referência ao grau de ocupação por membros da família doze (12) pessoas de seis sócios apenas trabalham, e duas dessas famílias possuem quatro (4) delas que trabalham e estudam e mais quatro (4) só estudam, ficando o restante na condição de desempregados ou sem ocupação, de um total de 28 pessoas entre os sócios e membros familiares dos sete (7) participantes do processo de trabalho.

¹⁶ Idem.

É interessante perceber que apenas oito (8) membros ficam de fora do processo de produção familiar, característica que leva-me a refletir a necessária assistência imediata com a finalidade de propiciar a melhoria de condições de vida das famílias, através do fomento à produção e a produtividade rural, através de uma economia sistematicamente planejada em acordo com as necessidades do uso.

A identidade camponesa das pessoas de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas faz parte da organização sócioprodutiva dessa comunidade, pois o surgimento da participação destes nos movimentos sociais surge a partir do reconhecimento de que são afrodescentes e possuem terras conquistadas para a sua produção, e organização, sobretudo sobre a base familiar de remanescentes de quilombo.

Esta organização toma por base o campesinato para produzir gêneros de subsistência/autoconsumo e comercial, base familiar e grupos coletivos dos associados da Associação de remanescentes de quilombo. Nesse contexto quilombola a construção de sua identidade camponesa reúne aspectos extremamente interessante pois, perpassa a luta inicialmente pelo auto-reconhecimento de remanescentes de quilombo, e depois a luta pela terra que estavam nas propriedades de grandes empreendedores, ai vem a luta pela família, pelo trabalho, pela produção e tradições e costumes culturais que foram perdidos ao longo de toda uma vida.

Essa identidade também está confirmada na dinâmica da dialética dessa comunidade pois por sua vez a agricultura campesina é uma forma de produção em que o núcleo de decisões, trabalho e a renda é controlada pela família. No caso, estes veem a luta pela terra associada aos seus direitos de se reproduzir como individuo envolvidos na comunidade social como um todo, mais com cultura própria, identificando desta forma sua identidade de agricultura quilombola com base na agricultura campesina.

O que mais chamou atenção é a afirmação destas pessoas pronunciarem que a luta pela terra significa a luta pela vida, pelos seus direitos e principalmente pelo respeito da sociedade para com eles enquanto remanescentes de quilombo. Para que essa luta seja uma constante é necessário que esta comunidade possua motivos para permanecer em seu território, para esse fim precisa de desenvolvimento local, e pensando desta forma a pesquisadora propõe a execução do Projeto de Implantação de Tecnologias Sociais Sustentáveis como pratica na agricultura quilombola, temática do próximo capítulo.

4.2 ELABORAÇÃO DO PROJETO E EXECUÇÃO DA OFICINA PARA A IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS SUSTENTÁVEIS

4.2.1 Elaboração do projeto de Produção de adubo-minhocultura, compostagem orgânica e biofertilizante

O Projeto foi pensado em conjunto com a comunidade de associados da Associação de Quilombola de Itaboca, Cacoal e Quatro bocas, e construído com a participação de todos os diretores e mais 8(oito) produtores sócios, em virtude da proposta estar atrelada a sua prática de produção agrícola.

Para que este estivesse em acordo com os anseios da comunidade, foi inserido na sua formação professores e alunos do IFPA-Campus Castanhal, que possuem conhecimento teórico prático da produção de compostagem e adubo orgânico. O território da comunidade é extremamente rico em potencialidades naturais e sua organização sócioprodutiva precisa receber uma proposta de trabalho e geração de renda, através da interação social entre as pessoas quilombolas e os profissionais do trabalho de extensão do Instituto.

Para tanto, a construção do Projeto iniciou com os quilombolas que repassaram informações para o estudo diagnóstico e interesses da produção, para se chegar até o espaço do Instituto onde foi realizado a oficina eixo da proposta, Produção de Compostagem juntando conhecimento teórico prático de ambos os atores sociais.

Essa interação foi primordial para a construção dessa etapa dada pelas diferenças entre o urbano e rural, cidade e campo, popular e intelectual, agricultores e estudantes e professores, assim formatando o grupo da produção político-pedagógico através da troca de saberes e conhecimento entre a comunidade e a universidade, prática que dão subsídios para as políticas públicas e geração de produtos culturais locais, culminando esse encontro com o projeto e sua implantação, com a intenção de inovação na produção da agricultura de produtos orgânicos.

A agricultura precisa de renovação e inovação com base em tecnologias sustentáveis a fim de garantir a diversidade de produtos e espécies de alimentos que possa favorecer uma vida saudável e longa. É perturbador saber que dados estatísticos da OMS de 2015 ditam que cerca de 900 milhões de pessoas se encontram famintas ou subnutridas e que são também impressionantes os fatos de que a população mundial de 7,1 bilhões alcançará 9,1 bilhões no ano de 2050, correspondendo a um aumento de 43% em 42 anos, e que a oferta de alimentos terá que atingir quantidades bem superiores que às atuais para atender a essa demanda. Diante desse quadro, a pressão sobre a agricultura, para produzir mais alimentos e de forma sustentável, é enorme.

O homem, como ser genérico, para alcançar esse desejo precisa cuidar do produto que chega a sua mesa para consumo visto que só no período de 1994 a 2011, a cadeia de valor agropecuário (insumos, agropecuária, agroindústria e distribuição) respondeu, em média, por 24% do PIB do país (EMBRAPA, 2013). Esse dado leva-nos a refletir e procurar recursos que possam contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar, enquanto espaço de produção de alimentos saudáveis, uma vez que sua cadeia de produção acaba, muitas das vezes, ficando sendo preterida em termos das políticas alimentares. A essa parcela da sociedade também é imposto à utilização de fertilizantes, defensivos agrícolas e outros insumos, nas diversas áreas de lavoura, além de serem desestimulados nas práticas de uso sustentável dos recursos naturais.

A produção agropecuária tem hoje o desafio de continuar se desenvolvendo, de forma sustentável, em tempos de mudanças rápidas e rompimento de paradigmas. Serão necessárias tecnologias mais eficientes para atender às demandas de alimentos, fibras, energia e outras matérias-primas para as indústrias de transformação e de química verde, e de excedentes para exportação, de modo a garantir a segurança alimentar e energética global. O sistema de pesquisa e inovação – integrado por uma rede de conhecimento que reúne organizações de todo o país – precisará estar preparado para responder a demandas por uma produção agropecuária cada vez mais complexa e exigente (RELATORIO DA EMBRAPA/2013).

A inovação de tecnologias voltadas à sustentabilidade tem contribuído para o combate aos diferentes estresses bióticos que afetam as lavouras, como pragas, doenças, secas, elevados níveis de alumínio tóxico no solo, dentre outras, que exigem menor aplicação de insumos. Nesse campo, os desafios para alimentar o mundo mostram-se enormes e as perspectivas ainda maiores, embora já se tenha tecnologias capazes de assegurar uma agricultura eficiente e ecologicamente responsável.

Nessa possibilidade, direcionou-se a pesquisa para a prática da agricultura sustentável, ao observar os potenciais e potencialidades existentes na propriedade coletiva da comunidade de remanescente de quilombo de Itaboca, quando se constatou inúmeros potenciais naturais e laborais daquele território e vendo a prática daquelas pessoas que produzem no cotidiano sob uma possibilidade de reaproveitamento dos insumos da própria natureza, a disposição dos próprios produtores-sócios, e que manifestaram interesse em utilizar novas tecnologias de trabalho em suas produções agrícolas.

Diante dessa possibilidade real propôs-se a realização de um curso de aprendizado para preparação e uso de adubo orgânico com aproveitamento de resíduos orgânico agrícola por meio da compostagem, biofertilizante e minhocultura, como uma ação concreta e resultante do estágio do mestrado profissional em desenvolvimento rural e gestão de empreendimentos

agroalimentares. Ressalta-se que essa prática vem sendo realizada pelo IFPA, por meio de pesquisa e extensão na produção de produtos agrícolas e de criação de animais de pequeno e grande porte.

No entanto, para o desenvolvimento do referido curso, sob a forma de oficinas elaborou-se o **Projeto de Produção de adubo-minhocultura, compostagem orgânica e biofertilizante**, que consta como anexo dessa dissertação, visando a continuidade dessa ação pelos cooperados da Associação de Remanescentes de Quilombo Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas.

4.2.1.1 O programa da oficina e sua realização

A proposta de realização da Oficina surgiu em face da necessidade dos produtores da comunidade quilombola em ampliar suas práticas sustentáveis na produção agrícola. Para Cavalcante (2014, p.133)

Asseverar essas inovações por parte do agricultor é a forma mais viável de justificar os trabalhos direcionados para o meio rural e que deve ser construídos em conjunto entre os centros de tecnologia e o agricultor como protagonista principal. A compensação foi lograda através de conhecimentos adquiridos, mas jamais brindados, para as duas partes que reciprocamente seguirão para o atendimento de avançados patamares de sustentabilidade.

A referida oficina deu-se a partir de um processo de troca de saberes, no qual foi proposto aos participantes que conhecessem a produção de adubo de minhocultura, compostagem orgânica e biofertilizante, realizada no IFPA, para alunos de graduação, sendo de imediato aceito pelo grupo, por perceberem que essas práticas poderiam trazer mudanças necessárias relevantes para a comunidade. Essa tomada de decisão foi realizada por todos em reunião da Associação, na comunidade. Foi exposto por muitos deles que essa possibilidade reforçaria o que muitos já não faziam a tempo, ou seja, em resguardar o saber de seus antepassados.

O encontro para o início do curso ocorreu no minhocário onde foi apresentado o espaço e as tecnologias que seriam repassadas para os componentes participantes do curso da comunidade quilombola de Itaboca. Plano de trabalho da oficina:

TEMA: Formação em Novas Tecnologias Sustentáveis

JUSTIFICATIVA

A intenção de realização do curso para aprendizado de novas tecnologias, só foi possível mediante o estudo que teve como base metodológica a pesquisa descritiva exploratória,

organizada a partir da escuta dos moradores da comunidade, em essencial, dos sócios que formam a Associação de Remanescentes de Quilombos de Itaboca em Inhangapi-Pará.

O diagnóstico sobre as potencialidades dos recursos naturais em Itaboca iniciou com base em visitas à comunidade, após contato com os associados da Associação Quilombola de Itaboca, como resultado de uma experiência de estágio necessário para cumprir créditos do mestrado profissional. Então, essa experiência decorreu do processo de investigação para a construção de um perfil socioeconômico, quando houve a participação de dois sócios produtores ao visitar o Instituto IFPA, os quais buscaram convencer outros membros sobre a importância da implantação de novas tecnologias em suas áreas de produção, utilizando a terra coletiva da referida Associação que somam 439.069 há de terras.

Assim, procurou-se verificar o perfil socioeconômico dos produtores rurais dos sócios da Associação de afrodescendentes e quais as potencialidades para o uso dos recursos naturais do território dos membros dessa associação, tanto em terras individuais quanto coletivas de Itaboca. Também se buscou informações sobre as intenções destes produtores quanto à implantação de novas tecnologias em suas propriedades agrícolas. Tratava-se de entender o desenvolvimento da agricultura familiar e da sociedade local; percebeu-se o quanto esses produtores tem se esforçado para obter melhorias para a comunidade, com baixos resultados.

Na realidade, este processo começou desde 2014, quando se realizou as primeiras abordagens com os comunitários; na oportunidade pode-se observar a vida social em movimento e sentir conforme a apresentação e formação da rede social, a qual comunidade está inserida e envolvida, os problemas que a desafiam e a percepção que o grupo tem de sua situação diante das políticas públicas e suas possibilidades de mudanças diante de tudo que já passaram e alcançaram.

Portanto foi confirmado por esses produtores que seus recursos ainda que pouco lucrativos financeiramente, se apresentam como uma grande mina a ser explorada: como o rio Inhangapi, que banha Itaboca e que é útil para seus moradores para a pesca de consumo, como para artesanal, assim como para o lazer e turismo.

Assim, foi criando um espaço para que houvesse discussões transversais para que se pudesse refletir sobre as práticas de trabalho no território quilombola, a fim de suscitar interesses em rever determinadas práticas e, ao mesmo tempo, conhecer a atuação dos sócios desta associação, tendo em vista a troca de conhecimento entre suas atuais práticas produtivas e ambientais com o grupo de pesquisadores do IFPA.

OBJETIVO GERAL:

Garantir o processo de formação na implantação de novas tecnologias sustentáveis como novas práticas de desenvolvimento e sustentabilidade social.

OBJETIVO ESPECÍFICOS:

- ✓ Inserir os produtores rurais de Itaboca, comunidade quilombola no processo da inovação tecnológica do processo da agricultura familiar;
- ✓ Propor o intercâmbio cultural entre atores sociais que buscam o desenvolvimento social sustentável.

GRUPO ALVO:

Produtores agrícolas da Associação de Remanescentes de Afrodescendentes de Itaboca-Inhangapi-Pará.

PÚBLICO ALVO: 20 Produtores.

LOCAL: IFPA – Campus de Castanhal.

PERÍODO: 19 a 20 de abril de 2016.

PLANO DE TRABALHO

AÇÃO/ATIVIDADE	PERÍODO		RESPONSÁVEL
	19	20	
	HORA	HORA	
Aula teórica - O que lixo organico e Não organico	8 as 12	8 as 12	Prof. Elson
Aula Prática – Produzindo o lixo e reutilizando	14 as 17	14 as 17	Prof. Elson
Aula Terórica – Construção dos espaços de	8 as 12	8 as 12	Prof. Elson

compostagem, composto, húmus e biofertilizante			
Aula Prática – Produzindo o composto, a compostagem, o húmus através do minhocário e o biofertilizante, assim o uso destes produtos para a produção de plantio de orgânicos	14 as 17	14 as 17	Prof. Elson

A oficina encerrou-se com a certificação dos participantes, incluindo os alunos do campus universitário.

4.1.1.1 Tempo escola

O curso foi ofertado pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Agrícola do Pará – Campus Castanhal, como produto do curso de Mestrado de Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, como um processo de difusão de novas tecnologias sociais de produção de adubos orgânicos voltados à agricultura sustentável, uma contribuição ao desenvolvimento rural.

FIGURA 6: Orientação da dinâmica da aula



Fonte: arquivo pessoal, 2016.

Foi abordado a necessidade desse produtor rural fortalecer o grupo através das organizações sociais, e sendo mostrado a este que houve toda uma luta por parte dos

movimentos camponeses para que cada grande produtor pudesse contribuir e retirar do montante da economia agrícola do recurso federal um montante para investir financeiramente na agricultura familiar. Mesmo o pequeno agricultor estando isolado dentro de sua pequena propriedade é importante que este possa ter participação nos movimentos sociais, e assim fortalecer as associações, cooperativas e sindicatos. O instrutor do curso achou interessante comentar a abordagem discutindo a

agricultura no Brasil [que] sofreu novas intervenções desde 1548 com a chegada dos portugueses que trouxeram novos projetos e com eles novas tecnologias através da experimentação de novas sementes para as américas. Pra vocês perceberem que o homem está sempre a inovar, e agora vocês precisam fazer a inovação de vocês no território dessa comunidade. Então não podem desprezar a cultura já implantada. A semente do café o primeiro produtor a receber foi o município de São Miguel do Guamá. Primeiro os portugueses chegaram para explorar o comercio do ouro, como os indígenas tinham hábito e costumes diferenciados dos nativos do oriente, que exploravam em grande escala o ouro, aqui o ouro encontrava-se inexplorado, então o investimento passou a ser na agricultura familiar que permanece até hoje. É essa agricultura como único meio que temos e que podemos explorar é que nós vamos atuar. (CAVALCANTE, Curso IFPA. 2016)

Foi ainda discutido a exploração e especulação dos grandes proprietários com relação aos pequenos produtores que acabam deixando suas terras, encarecendo os produtos agrícolas, deixando essas famílias de produtores com baixo custo financeiro e empobrecidos. Assim foi reafirmado que se quer aqui nesse curso é repassar novas técnicas e substituir as queimadas que já foram comprovadas como maléficas para a produção, como para a conservação ambiental. Este pequeno produtor sobrevive com uma produção escassa e pequena que na maioria das vezes funciona dessa forma, produz para se alimentar e o que sobra ele vende para adquirir outras necessidade.

Hoje o que se quer são produtores que possuam informações de conexão com o mercado, para que possa acompanhar a lei da economia do período, e está conectado com as políticas públicas por exemplo que é que compra o produto do pequeno produtor. Tem o povo em geral que é o mercado aberto, mais existe este mercado fechado através das políticas de incentivos que o governo estabeleceu para venda e comercialização para: como as escolas, hospitais, presídios, creches. Já existe lei que faz com que o agricultor possa receber o estabelecido em cota pra ele através de programas como o PNAI – parte da merenda escolar tem que vir da agricultura familiar e principalmente da agricultura orgânica, tem o PAA – onde o governo do estado pode comprar para escolas e hospitais. Este agricultor tem que estar antenado para conhecer essas políticas e poder formar seu plano de fornecimento, e ter um produto e o serviço para poder ofertar no mercado. Para isso vocês precisam ter a organização do território e dos produtos e sua

estrutura comercial implantada e planejada. (CAVALCANTE, Curso IFPA. 2016).

Também foi orientado que estes produtores procurassem ver o sistema de produção de seus negócios como uma empresa, visando um planejamento do capital aplicado, onde se pudesse tirar do recurso recebido todo pagamento da despesa e o restante fosse investido em necessidades de novas tecnologias para aumento desse capital. Precisam entender que a agricultura que fazem é uma forma de empresa com a diferença dessa empresa administrativa que todos conhecemos, a empresa da área agrícola é eterna, pois tem a representação de geração para geração, e uma representação da família, que diferencia da propriedade do agronegócio. Além de produzir lucro tem uma representação cultural (os nativos) que trazem a herança dos que moraram a milhares de anos nesse território.

Então a prática da Inovação tecnológica na produção de adubo orgânico líquido ou biofertilizante e produção de vermicompostagem (húmus de minhocas), é o primeiro experimento que os oito (08) membros quilombolas passam a praticar. O ministrante do curso, Professor Mestre em Desenvolvimento Sustentável, inicia sua prática assim conforme figuras 06 e 07:

Vou iniciar dando exemplo do trabalho com o milho ao longo do tempo, é uma hipótese que estou levantando. Os canteiros são de alvenaria e está sendo utilizado adubo de minhoca. Esse adubo aqui além de dar os nutrientes necessário pra planta, está comprovado que o ph não está baixando de 6.8, isso quer dizer que além dos nutrientes ele fornece o cálcio pro solo e não deixa o solo mais ácido. Além de funcionar como adubo, funciona também como corretivo do solo, não necessitando mais do calcário. Ou seja a cada ano ele fixa o cálcio e o fosfato, diminuindo o alumínio e ai é o que a planta precisa ai o agricultor se livra da compra do calcário. A minhoca é uma das ferramentas a ser utilizada, pois temos ainda que usar resíduos de arvores, cobertura morta, não utilizar mais a queima. (CAVALCANTE, 2016-Oficina de adubo orgânico).

Figura 07. Planta de milho adubada com Húmus **Figura 08.** Planta de milho sem o Húmus



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2016.

Essas figuras mostram o Professor Elson Cavalcante mostrando a diferença do plantio com adubo orgânico e outra planta sem o uso do adubo, seja em composto ou biofertilizante. Com este exemplo da plantação do milho e demais culturas como a banana, o Professor suscitou a curiosidade dos alunos a questionarem e citar exemplos como:

Os agricultores iniciaram todos juntos uma fala de como fazem a eliminação de pragas. (EDSON, 2016) “Eu tenho um roçado e coloquei o veneno e matou foi tudo”, (MERERÉ, 2016) “Há eu fiz essa mesma besteira, tinha duas tarefas plantadas mandioca e milho já bem grande, coloquei ainda com óleo diesel, morreu tudo até as folhas caíram” (CAVALCANTE, 2016). “Inclusive aqui no Brasil é proibido utilizar qualquer uso desse veneno, pois vai pra raiz. Por isso que estamos utilizando essas novas técnicas, utilizando principalmente a produção do húmus, e essa folha dessa planta que forma a cerca viva da horta chamada glirecidia é muito bem aceita pelas minhocas como alimento, pois decompõe-se rapidíssimo. Então temos que colocar na cabeça que estamos utilizando terras que estão muito desgastadas e por isso vocês tem que caçar meios de produzir os nutrientes para jogar nelas de novo”.

Então evitar queimar a folha o lixo, porque além de estar prejudicando o meio ambiente está exterminando o material que poderia ser utilizado para alimentação das minhocas, porque era comum utilizar a queima, mais hoje já sabemos que essa prática não combina com a proteção do terreno que é deixar a natureza agir utilizando e assim contribuir para que essas atividades possam dar certo.

Apresenta-se quatro novas tecnologias disponível no laboratório de Horticultura e Minhocário que os produtores de Itaboca aprenderam para implantar nas propriedades quilombolas.

FIGURA 09. Húmus



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2016.

FIGURA 10. Biofertilizante feito do Húmus



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2016.

O húmus é produzido a partir da introdução de folhagens, galhos, gramas ou qualquer outra material em decomposição, articulado com a terra já feita em composto e água para alimento das minhocas que estão inseridas no processo da produção. Aqui as duas figuras mostram o resultado dessa produção onde o húmus é nada mais do que as fezes da minhoca e o biofertilizante o chorume dessa química.

FIGURA 11. composto feito de folhagem e grama FIGURA 12. biofertilizante de folha e esterco de gado



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2016.

Estas figuras apresentam os remanescentes de quilombo executando a prática da produção do composto e do biofertilizante.

O professor Elson Cavalcante (2016), é enfático em afirmar que na agricultura familiar vai a mãe, o pai, o menino onde cada um vai fazer uma coisinha lá dentro da produção, então o agricultor tem que saber planejar e buscar novas formas de produção, e saber o que vai ser necessário de provimento para a família que na maioria é em torno de 20% do saldo de tudo, a mesma coisa ocorre com as plantações de grande porte, que as vezes só tá trabalhando pros outros. Então é muito melhor ficar com o pedacinho da terra e plantar para si e sua família. Então o que se quer é que o agricultor não utilize produtos químicos industrializados, mais sim o tipo de agricultura que os antepassados utilizavam, o suporte de produtos e saberes naturais.

O grupo vai conhecer quatro formas de produzir o adubo e biofertilizante, porque tem agricultor fazendo e tá dando certo. Por isso a intenção de praticar e vocês aprender para aplicar nas propriedades, como manifestado, por vários, esse interesse.

Foi então apresentado à relação do que é necessário de material para fazer biofertilizante:

- a) Precisam de depósito (tipo caixas) pra acondicionar 100 litros de água ou mais;
- b) Utilizar 25 quilos da folha de leguminosa por ser rica em proteína e nitrogênio e ter um poder alto de produção;

- c) 25 litros de água;
- d) 25 quilos de esterco de gado ou de galinha;

Modo de Fazer: esse material será misturado e curtido durante 15 dias, deverá ser removido duas vezes ao dia, para que não fermente. Após os 15 dias esse produto é separado do líquido e coado, sendo que esse resíduo sólido poderá ser utilizado como ração de porco. O resíduo líquido será utilizado como biofertilizante.

Modo de usar

1. Pulverizado nas plantas através de bomba manual após diluído na medida de 1 litro do composto para 3 litros de água pela manhã cedo ou a tarde a partir da 16.30 horas;
2. Utilizado como adubo ao molhar as plantas após ser diluído em 1 litro do composto para 5 litros de água;

Este material será utilizado para: Então se prepara o canteiro com o composto, e usa após o húmus por ser um produto nobre de grande qualidade então se cobre a semente com ele, e usa também o caldo deste produto para molhar a planta.

A compostagem líquida é um método de produção de biofertilizante que usa a compostagem do processo de fermentação aeróbica e anaeróbica da matéria orgânica no caso aqui apresentado foi utilizado o esterco de gado, enriquecida com minerais insolúveis em meio líquido.

É recomendado utilizar esse material através da pulverização em todas as fases fisiológicas da cultura (brotação, vegetação, florescimento, frutificação) e, orienta-se ainda na fase de estresse (climático, pós-colheita etc).

Os praticantes da oficina demonstraram muito interesse em produzir e utilizar a nova tecnologia apresentada, fato que estimula estes a implantação do processo na propriedade quilombola de forma individual e coletiva.

Ainda foi introduzido a produção do biofertilizante simples composto outra fórmula mais simplificada que é produzido pelos materiais:

- a) 100 litros de materiais como a água, folhas, húmus de minhoca ou terra preta e restos (orgânico) de horta;
- b) 25 litros de água;
- c) 25 litros de folhas de leguminosas;
- d) 25 litros de húmus;
- e) 25 litros de orgânicos.

Modo de fazer: Deixar tampado 24 horas, e depois coar e utilizar para molhar plantas abaixo apresenta-se as etapas da produção, como se vê de figuras.

FIGURA 13. Etapas do processo da produção



Fonte: Arquivo Pessoal

FIGURA 14. Componentes do composto



Fonte: Arquivo Pessoal

As apresentações dessas figuras retratam a divisão dos produtos que serão utilizados na produção da compostagem e sua divisão e quantidade.

FIGURA 15. Tritura de folha de glicenidia



Fonte: Arquivo Pessoal

FIGURA 16. Pesagem de folha, esterco e húmus



Fonte: Arquivo Pessoal

O esterco de gado outro componente a ser utilizado na produção do composto, da compostagem e do húmus, assim como do biofertilizante estampado nas duas figuras acima.

FIGURA 17. Junção dos componentes em 100 litros de água

FIGURA 18. Mistura dos componentes



Fonte: Arquivo Pessoal



Fonte: Arquivo Pessoal

As figuras aqui apresentam o esterco já misturado a água, e as folhas de leguminosas, com ao composto húmus.

Após a etapa de acondicionamento dos componentes no tanque este será reservado por 15 dias, sendo que nos dias seguintes deve-se agitar essa mistura duas vezes ao dia. Ao fazer agitação será possível retirar os gases acumulados no processo para que não haja fermentação.

Segue a parte de retirada do produto sólido para que o biofertilizante líquido possa ser separado e utilizado no processo de adubação ou combate a pragas. Figuras do processo de separação:

FIGURA 19. Separação do composto líquido do sólido FIGURA 20. Separação do composto líquida do sólido



Fonte: Arquivo Pessoal



Fonte: Arquivo Pessoal

As figuras aqui apresentam a fase em que se coa em tela o produto para a produção do biofertilizante. O material sólido poderão ser utilizado para ração de animais.

FIGURA 21. Composto líquido após separação que pode ser utilizado como biofertilizante



Fonte: Arquivo Pessoal

FIGURA 22. Aplicação do biofertilizante



Fonte: Arquivo Pessoal

Estas figuras apresentam o Professor Elson ensinando a prática da borrifação com o biofertilizante, pode-se perceber a fuga imediata de pragas como gafanhotos e outros insetos no ato da borrifação.

Agora inicia-se a aprendizagem do composto orgânico feito a partir da reutilização da folha e grama. Muitas pessoas acreditam que esse composto é trabalhoso e difícil de ser feito, ou outras imaginam ser sujo e que possa atrair animais indesejáveis. É importante aqui mencionar que existem técnicas metodológicas pra sua produção e o plano de trabalho organizado para que nada disso possa acontecer é fundamental que seja realizado por pessoas que apreenderam o seu processo.

Um bom composto pode ser produzido com pouco esforço e baixo custo, principalmente se for organizado de forma coletiva como é o caso dos quilombolas de Itaboca. Esse processo trará grandes benefícios para o solo como para a cultura a ser produzida, principalmente por ser feito com recursos naturais.

Esse composto pode ser utilizado para se fazer os canteiros de hortaliças, para produção de mudas, ou para ser comercializado, assim como para ser utilizado como adubo para plantas ornamentais. Desta forma verifica-se que existem vários ganhos não só ambientais pela diminuição da produção do lixo, mais como pela saudável alimentação que poderá sair do cultivo de hortaliças e legumes que serão cultivadas com o uso desse produto, como ainda pela redução de gastos de transportes e destinação do lixo orgânico produzido pela comunidade local. Portanto vemos que essa prática trará inúmeros benefícios para essa comunidade que veio aprender para implantar.

Pretendo ainda mencionar a importância da tecnologia da compostagem que é capaz de transformar as características dos resíduos sólidos orgânicos em um produto condicionador de solos ou fertilizantes para uso seguro da agricultura. Para essa realidade é necessário aqui

descrever os aspectos relevantes da legislação para a normalização da compostagem e exigências de qualidade do processo, para tal é necessário ser considerado na legislação da compostagem os seguintes aspectos: assegurar a saúde humana e animal; a proteção do meio ambiente; estimular a reciclagem dos resíduos assim como o desenvolvimento do mercado nos produtos finais. É, portanto, instituída a Lei Federal número 12.305/2010, que altera a Lei 9.605/1998. Esta Lei no seu capítulo II, artigo 36, inciso “(...) V – implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido”.

Componentes para a produção do composto

- a) Para a preparação desse composto foi utilizado dois tipos de resíduos, a grama e a folhagem seca de arvores;
- b) Adubo orgânico pronto o suficiente para cobrir a pilha de folhas ou gramas;
- c) Esterco de gado também a quantidade que cobra a pilha de folhas ou gramas espalhadas;
- d) Lona plástica branca;
- e) Carro de mão;
- f) Ferramentas como enxada e ancinho grande.

Modo de Fazer

Será aproveitado folhas secas ou de podas de arvores ou jardins, ou gramas que será dividida em camadas, onde a primeira camada será de folhas ou grama e será revestida de esterco de gado e composto já pronto. Após as camadas prontas em forma de pirâmide este material será coberto com lona por um período de 15 dias, sendo que nesse período deverá ser removido a cada 7 dias quando estará pronto para uso. É necessário verificar a temperatura ambiente da pilhagem antes e após todos os dias para ver quando será necessário revolver visto que a temperatura ao atingir 60 a 70 graus deverá ser indicio de fermentação sendo necessário a revirada da matéria, que dá em torno de 6 a 7 dias.

Modo de usar

Poderá ser utilizado para a montagem dos canteiros de hortaliças ou legumes e para plantio de plantas ornamentais é mais uma oportunidade onde foi repassado conhecimentos de se transformar resíduos ou subprodutos em veículos para nutrientes ou mesmos fertilizantes orgânicos, que pode vir a se tornar produtos de negócios inovadores para esses pequenos produtores agrícolas. Práticas do aprendizado de produção de adubo orgânico composto.

FIGURA 23. Retirada da grama de jardim composto em cima da grama



Fonte: Arquivo Pessoal

FIGURA 24. Preparação da segunda camada de



Fonte: Arquivo Pessoal

As figuras mostram a produção do composto orgânico, no ato da mistura e formação das camadas de esterco de gado e folhas ou grama, e a terra preta.

FIGURA 25. Preparação da terceira camada esterco de gado em cima do composto



Fonte: Arquivo Pessoal

FIGURA 26. Ação de revolver a matéria após 7 dias



Fonte: Arquivo Pessoal

Aqui as figuras demonstram o ato da revirada de um composto que ocorre 2 vezes no dia, durante 15 dias, para que não haja fermentação.

FIGURA 27. Matéria em pilhas de preparo do composto



Fonte: Arquivo Pessoal

FIGURA 28. Matéria em pilhas pronta para o composto



Fonte: Arquivo Pessoal

As figuras mostram as pilhas de preparo que são identificadas com a data do início do preparo e sua temperatura, que deverá ser verificada de 7 a 7 dias para que não haja fermentação da matéria.

Após o aprendizado do composto na última tarde do curso dá-se início ao beneficiamento da produção de húmus. Esta etapa ocorre no minhocário sendo aqui apresentada como nova tecnologia de compostagem que é transformar as características dos resíduos sólidos orgânicos.

As minhocas são conhecidas na agricultura por serem de bastante utilidade pela sua habilidade de transformar resíduo orgânico em adubo. O minhocário é apresentado como uma excelente alternativa para minimizar o resíduo orgânico e para a produção de adubo orgânico de boa qualidade. O húmus de minhoca, além de ser rico em nutrientes para as plantas, ajuda a melhorar as características físicas do solo, tais como a aeração e retenção de águas.

O minhocário apresentado no estudo está situado no setor de horticultura do IFPA-Campus de Castanhal, que trabalha há mais de 15 anos com esse sistema. Apresenta-se como um sistema fechado que consiste em seis composteiras de em média 7 metros de comprimento por 2 metros de largura, construídas com um mínimo de inclinação para que seja aproveitado o chorume. Nestas composteiras estão armazenadas as minhocas chegando a ter em torno de 15 mil minhocas para cada uma delas. Neste espaço são produzidos dois tipos de adubo o húmus e o biofertilizante.

O sistema funciona com as minhocas recebendo a folha em processo de decomposição ou grama, enriquecido pelo esterco de gado como alimento, sendo que com 30 dias esta matéria é removida para a parte mais alta da composteira e com mais 30 dias já encontra-se em processo de decomposição total, sendo removida para fora da composteira e peneirada em tela 10 mm estando pronto o adubo para uso.

A minhocultura é uma alternativa de compostagem que exige dedicação e conhecimento, portanto precisa que esta técnica seja praticada por quem realmente tenha interesse em efetivar de fato o processo para que a experiência seja bem sucedida. É interessante por ser de baixo custo e rentável, como também trazer uma cultura que já é praticada há milhares de anos e que foi deixada de lado. Apresentação da oficina de aprendizado dessa tecnologia social sustentável.

FIGURA 29. Composteira do minhocário



Fonte: Arquivo Pessoal - 2016

FIGURA 30. Retirada da folha em decomposição



Fonte: Arquivo Pessoal - 2016

As figuras estão apresentando a produção do húmus através do minhocário, onde estão sendo inseridos as folhas em compostagem para que seja misturadas as folhas de leguminosas verdes para acelerar a compostagem e facilitar a alimentação das minhocas.

FIGURA 31. Abastecimento das composteiras de gado com folhas em decomposição



Fonte: Arquivo Pessoal

FIGURA 32. Abastecimento das composteiras com esterco de gado



Fonte: Arquivo Pessoal

As figuras apresentam as matérias utilizadas na produção, sendo manipulada por um profissional do Instituto.

O conhecimento é uma ferramenta poderosa para a conquista de novas expectativas, como para equacionar os conflitos do desenvolvimento econômico e social, a comunidade se for estimulada e incentivada ganhará consciência de que as organizações de pesquisa têm muito a oferecer para as inovações, como tem poder de propor e aperfeiçoar as políticas públicas com as suas contribuições e comprovações. Principalmente a de estimular a aplicação de novos e maiores incentivos a causa da agricultura familiar, e a aplicabilidade de novas tecnologias sociais sustentáveis, como é o caso do empreendimento que a comunidade quilombola de

Itaboca tem interesse em implantar nas terras coletivas, aplicando a produção de alimentos orgânicos através da compostagem de resíduos orgânicos.

A qualificação encerrou com a entrega de certificados para os componentes e participantes da oficina, tendo no encerramento a presença do Dr. Cicero, coordenador do programa e mentor da proposta do trabalho de compostagem no Campus desse Instituto de ensino e pesquisa. Segue as falas de alguns dos participantes:

Fala de Sr. Mereré (Presidente da Associação Quilombola), “Pra nós foi muito gratificante, em tá aqui através da dona Cleide e quero agradecer demais a você professor por nos ter recebido e ter seu tempo disponível pra gente pra que pudesse nos tá dando informação. Quero dizer que nossa comunidade que se quiserem conhecer estamos de braços abertos para receber vocês lá”.

Dr. Cicero, “Fico muito satisfeito por ser professor do mestrado e nosso trabalho de pesquisa é a pesquisa de campo e muitas das vezes a instituição faz a pesquisa mais tem dificuldade de chegar até vocês e vocês tem dificuldade chegar até a instituição, e muitas das vezes porque vocês os pesquisados não sabem a quem procurar, se conseguirão entender a linguagem do professor que tem um maior conhecimento, por não conhecerem o funcionamento e a quem recorrer, enfim, esse trabalho do mestrado veio justamente para realizar essa aproximação da comunidade com o instituto até porque temos um produto a apresentar no final e serão vocês que receberão junto com a gente, para que o que é desenvolvido aqui possa ser aplicado por vocês que fazem a agricultura de fato. Ficamos muito satisfeito com a presença de vocês aqui e se precisarem de novos conhecimentos a casa está aberta”.

FIGURA 33. Entrega da certificação de participação do Curso



A figura mostra o momento da certificação dos participantes da oficina, encontrando-se presente o Dr. Professor Cicero pensador da proposta de pesquisa e extensão.

Seguindo a intenção do produto da pesquisa será descrito no próximo item o Projeto que norteia a implantação dessas novas tecnologias sociais, intenção não só do Instituto como produtor do curso de mestrado que tem essa proposta de intervenção, mais como principalmente dos quilombolas que participaram de todo o processo da pesquisa ao longo desse período de quase 2 anos de acompanhamento e diálogo dessa comunidade e sua realidade e que despertaram para a necessidade de novos investimentos para o desenvolvimento ter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Esta dissertação teve o propósito conhecer a realidade social do processo de organização sócio produtiva da comunidade de remanescentes de quilombo Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, de Inhangapi, Estado do Pará, tomando por base a Associação de Remanescentes de quilombos de Itaboca, Quatro Bocas e Cacoal, fundada desde 2005.

Nesse sentido, buscou-se entender como o processo de identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas por estes sujeitos, constitui os primeiros passos da pesquisa-ação, isto é, a fase exploratória; nesta fase também foi possível conhecer a trajetória histórica dessa comunidade, seus problemas, perspectivas, desafios, mas também possibilidades de melhoria nos processos de produção sob o paradigma da agricultura sustentável. Verificou-se que a regulamentação das terras foi o principal estímulo para o processo de organização sócio produtiva dessa comunidade.

No processo de conhecimento da realidade desses remanescentes de quilombo chamou-nos atenção para a restituição da identidade de trabalhadores rurais para uma nova identidade, ou seja, àquele de remanescentes de quilombos. Esses sujeitos, como vistos em seus depoimentos, sempre valorizaram e respeitaram a natureza: as florestas e matas, campos e pastagens, utilizando seus recursos naturais por meio de práticas do extrativismo, da agricultura e da pesca. Assim, o aproveitamento dos recursos naturais como elemento de sustentabilidade ambiental tornou-se uma realidade real estimulada, pela pesquisadora enquanto parte de sua pesquisa para o mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, junto com essa comunidade.

O uso de suas terras comum da Associação de Remanescentes de Quilombo exige algumas regras quanto a sua localização e técnicas utilizadas para o plantio de roçado, por exemplo. Este uso comum é orientado pelo Plano de Utilização das Terras Quilombolas,

expedido pelo ITERPA, em 2005, que estabelece as normas e regras de uso das áreas do assentamento, com critérios para garantir os recursos naturais da área, bem como salvaguardar as gerações presentes e futuras.

Nas vivências nessa comunidade, realizada no período de março a dezembro de 2015, quando se teve a oportunidade de participar do cotidiano dessa comunidade de remanescentes de quilombos, experimentando seus anseios, valores e concepções, chamando atenção para as suas necessidades que se tornaram presentes nessa nova identidade “quilombola”, pois, agora, com essa conscientização, querem muito mais do que as conquistas adquiridas, buscando, nesse convívio, o fortalecimento dessa identidade de quilombola, que se tornou realidade.

O resultado do estudo foi proposto e está sendo vivenciado na sua execução pelos descendentes de quilombolas. O projeto de implantação de novas tecnologias sociais sustentáveis é uma das etapas da proposta da pesquisa, vem contribuir com a organização sócio produtiva da comunidade remanescente de quilombo de Itaboca, na estrutura social de geração de renda e aquisição de um espaço comercial.

A geração de renda é um dos entraves persistente nessa organização sócio produtiva, normalmente direcionada para as atividades coletivas através da Associação. Assim, visando contribuir com soluções para essa realidade específica, foi estruturado o programa de capacitação para a implantação de novas tecnologias voltada à agricultura sustentável. Nesse processo participaram oito (08) associados, os quais já implantaram as técnicas aprendidas, como resultado desta dissertação, viabilizando práticas de desenvolvimento rural local com discussão de ações de cooperação e solidariedade.

Conclui-se, assim, que o mestrado profissional em desenvolvimento rural e gestão de empreendimentos agroalimentares, do IFPA, é acertada, ao contribuir com técnicas de agricultura sustentável no campo e deles coletar o desenvolvimento social e produção de alimentos saudáveis com respeito à cultura local e uso dos recursos naturais sem agressão à natureza.

Finalmente, sugere-se a continuidade desse processo de inserção via incubação da Associação de Remanescente de Quilombo Itaoca, Cacoal e Quatro Bocas, pela INCUBITEC do IFPA – Campus Castanhal.

5. REFERÊNCIAS

AFONSO, Cintia Maria. ID: 668: Tânia Margarete Mezzomo -Sustentabilidade--caminho-ou-utopia-----Cintia Maria Afonso - 2006-/i/pt-br.

AMARAL, Assunção José Pureza – Da senzala ao quilombo: práticas educativas e uso de recursos naturais entre os quilombolas do médio Amazonas - Pará / Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombolas e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

AZEVEDO, Raquel novo de. Quilombos em Territorialização: construção de sentidos em Morro Alto – Porto Alegre, 143 p. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 2013.

BARBOSA, Maria José de Souza. A Cabanagem entre o mercado da liberdade e a liberdade do mercado. UFRJ: 2003 (tese de doutorado)

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade. A Busca Por Segurança No Mundo Atual. Rio de Janeiro, Zahar, 2005;

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará: Sécs. XVII-XIX**. Belém. Paka-Tatu, 2001.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 11ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRASIL. **Artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal da República**. Estabelece que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, e dá outras providências. Brasília, DF, 1988.

BRASIL - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), por Segurança Alimentar e Nutricional – SAN;

_____. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

CANDIDO, S, E, A. Comunidades ribeirinhas, engenheiros e conservação da floresta: construção participativa do espaço tecnológico em empreendimentos econômicos solidários na Amazônia -- São Carlos: 164 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2010.

CARNEIRO, Edison. O Quilombo dos Palmares. São Paulo: Brasiliana, CEN, 1988.

CAVALCANTE, Antônio Elson Cunha. Extensão tecnológica no uso de resíduos orgânicos: sua transformação em adubo para sustentabilidade da agropecuária no Município de Irituia, Pará. 2014. — 167 f.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BORBA, Jason Tadeu; BOCCHI, João Aldebrando; AGUERO, Pedro Humbertus Vivas, MACEDO, Zilton Luis. **Monografia para economia**: São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

DECRETO nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

FREYRE, Gilberto, 1900-1987, Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro, 2000.

FREYRE, Gilberto, 1900-1987, Ordem e progresso. Rio de Janeiro, 2000.

FREITAS, D. **O escravismo brasileiro**. Porto Alegre: Vozes, 1982.

FREITAS, Ulisses. **Agricultura Familiar: Identidade, Cultura, Gênero e Etnia**. Caderno pedagógico Educadores e Educadoras. Ministério da Educação, Brasília-DF, 2010.p.34 -36.

_____. **Palmares**. Rio de Janeiro: Mercado&Aberto, 1984.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIUSEPPE Cocco... [et al.], - Gestão local e políticas públicas na Amazônia. 2007

GOMES, Flávio dos Santos. A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos do Brasil, séculos XVII-XIX. São Paulo: Ed. Unesp/Ed. Polis, 2005.

GORENDER, Jacob. Brasil em Preto & Branco – O passado escravista que não passou. Editora SENAC – São Paulo, 2000.

HALL, Stuart – Da diáspora: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte, 2009.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. , 1. reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

=

LEITE, Ilka Boaventura; LEITE, Ricardo Cid Fernandes. Fronteiras territoriais e questões teóricas: a antropologia como marco. Boletim informativo NUER. Quilombos no Sul do Brasil: perícias antropológicas. Florianópolis: NUER/UFSC, 2006.

MACIEL, Renato S. MENEZES, Francisco e VALENTE, Flávia L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil.. Revista Cadernos de Debate, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação. Campinas, UNICAMP, 1996;

MATOS, Aécio Gomes de, 2003 – Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos/Aécio Gomes de Matos, Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Editorial Abaré, 2003. 104 p.

_____. MIRANDA, Evany Ribeiro. Metodologia da problematização com arco de maguerez: um desafio proposto pelo PIBID-Periódico da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul, 2013.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala – A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL. Rio de Janeiro 1981.

NARDELLI, Rita – INHANGAPI: Sobrevivência e Desenvolvimento/ Rita Nardelli – Belém: Editora, 2007.

NASCIMENTO, C. As trocas diretas e solidárias da «Economia dos Quilombolas». Ciclo de Debates sobre a Economia Solidária e a Economia Quilombola. **Revista Idéias Debate**, agosto de 2009.

NETO, José Maia Bezerra – Escravidão negra na Amazônia (Sécs. XVIII – XIX). Belém 2001.

PEREIRA, C, M, Z. Conflitos e identidades do passado e do presente: política e tradição em um quilombo da Amazônia -- Brasília: 164 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, 2008.

PÉRET, Benjamin. La Communedes Palmares. Paris: Sylepse, 1992.

PINTO, João Bosco Guedes et al, Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação: textos selecionados. Belém, 2014.

RELATÓRIO ITERPA DE 2010, Governo do Estado do Pará, 2010.

RELATORIO DA EMBRAPA DE 2013, Governo Federal, 2013.

SAES, Décio. A formação do Estado burguês no Brasil – 1888-1891. Rio de Janeiro. 1985.

SALLES, Vicente. **O NEGRO NO PARÁ – Sob o regime da escravidão**. Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Pará, 1971.

SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. **Agricultura Familiar: elementos teóricos e empíricos**, Revista Agrotrópica, Itabuna, 2007, v.19, p.21 - 30.

SCHEIDER, Sergio (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SILVA, G.; COCCO, G. (org). Territórios produtivos. Oportunidades e desafios para o desenvolvimento local, Rio de Janeiro: DP&A,2006.

SILVA, G.; COCCO, G. (org). Gestão local e políticas públicas na Amazônia, Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

SILVEIRA, Caio Márcio. O Globo, 02/01/07, Opinião, p.7.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Síntese da Coleção Geral da África: século XIV ao século XX. Brasília, UNESCO, MEC E UFSCAR, 2013.

SOUZA, Pereira Sandro. **POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise**. Brasília: 2013.

SOUSA, Romier da P.; MICHELOTTI, Fernando.; COSTA, Gilson da Silva. **Agricultura Familiar: História, Diversidade e Autonomia**. Caderno pedagógico Educadores e Educadoras. Ministério da Educação, Brasília-DF, 2010.

STRAUSS, Anselm. Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada/Anselm Strauss, Julite Corbin; tradução Luciane de Oliveira da Rocha. 2008.

VERGOLINO, Anaiza, FIGUEIREDO, Napoleão. **A presença africana na Amazônia Colonial**. Belém: Secult, 1990.

APÊNDICES

I: Projeto “Implantação de Tecnologias Agricultura Sustentável: produção de adubo de minhocultura, compostagem orgânica e biofertilizante”

1.INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1. Nome do Projeto: Produção de Adubo com Aproveitamento de Resíduos Orgânico Agrícola por Meio da Compostagem, Biofertilizante e Minhocultura, para atender demanda interna e mercado comercial de orgânicos.

1.2. Organização Proponente

Organização Proponente: Associação dos Remanescentes de Quilombo de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas.			
CPNJ	07.939.538/0001-05	Profissional Para Contato	Cleide Monteiro Oliveira
Estado	Pará	E-mail	cleide_mo@hotmail.com
Município	Inhangapi	Telefone	(91) 98428-4903

1.3. Abrangência Territorial

Estado	Município	Localidade	Bioma
Pará	Inhangapi	Itaboca Cacoal Quatro Bocas	Amazônia

1.4.Participantes

- Sócios da Associação de Remanescentes de Quilombo de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas.

BENEFICIÁRIOS	DIRETA	INDIRETAMENTE
Trabalhadores de 3 Comunidades que formam a Associação	15 Trabalhadores	300 pessoas
TOTAL	15	300

1.5.Linhas de Atuação

LINHAS DE ATUAÇÃO	Produção Inclusiva e Sustentável
Produção Inclusiva e Sustentável	X

1.6. Temas Transversais

Temas transversais	Atividades previstas
Equidade de raça	Palestras, visando demonstrar a importância do Negro na sociedade.

1.7. Resumo do Projeto

A intenção da pesquisadora é apresentar um projeto de intervenção de Produção de Adubo com Aproveitamento de Resíduos Orgânico Agrícola por Meio da Compostagem, Biofertilizante e Minhocultura, para atender demanda interna da comunidade de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas e mercado comercial de orgânicos externo.

Tem como objetivo contribuir com as ações coletivas de uso dos recursos naturais introduzidos através de oficina de produção de composto orgânico com a intenção de ampliar e implementar as ações do grupo de pessoas da associação para uso coletivo e individual.

O projeto idealiza a vontade do grupo de associados que almeja alcançar a ampliação de seus recursos socioeconômicos através de uma prática de desenvolvimento sustentável, usando uma organização que pretendo seguir a gerencia autogestionária, utilizando a instituição de associados dos remanescentes de quilombo de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas.

2 – HISTÓRICO E EXPERIÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO

A história nos mostra através de NARDELLI (2007, p. 59) que a comunidade se originou com a chegada de sete escravos negros que fugiram de Caraparú, colônia de Santa Izabel do Pará. E vieram trabalhar para uma Sra, portuguesa, chamada Anna Maria. A senzala era em Cacoal, próximo de Itaboca. A sra. do engenho que acolheu os negros, era uma pessoa muito boa, tratava os escravos como se fosse da sua família, tanto que quando adoeceu doou todas as suas terras para eles. O documento que contém todas as demarcações da área doada pela sra. Anna Maria, está registrado no Cartório de Mundurucus, em Belém e foi reconhecido pelo Governador do Estado da Época.

Essa é a origem da comunidade de quilombo de Itaboca, local onde definiu-se focar a implantação do projeto de Produção de Adubo com Aproveitamento de Resíduos Orgânico Agrícola por Meio da Compostagem, Biofertilizante e Minhocultura. Hoje essa comunidade é formada por mais duas comunidades Quatro Bocas e Cacoal, e são eles o único quilombo que possui a titulação de suas terras, que somam 446,69 ha de terras, para 74 famílias sócias da Associação de Remanescentes de quilombos.

Em 2005, a comunidade seguiu todas as normativas ditadas para a conquistas de terras quilombolas pela Fundação Palmares e Ministério da Cultura e hoje possui a titulação. Essa realidade os faz almejar novas expectativas para a organização sócio produtiva da comunidade, que possui a Associação de Remanescentes de Quilombo como o elo de seu fortalecimento e expectativa em implantar novas possibilidades. Essa conquista faz essa população ter a intenção de investir nas suas potencialidades, hoje conhecida de todos, principalmente os recursos naturais que são descritos no Plano de Trabalho do ITERPA, por ocasião da legalização das terras.

O histórico de lutas dessa comunidade, culminando com sua organização sócio política os leva a frente de todas as outras comunidades quilombola daqui de Inhangapi, não só pelas lutas e conquistas mais também pelos projetos já implantados e implementados por diversos órgãos e instituições públicas e privadas. Essa realidade hoje os leva a aceitar o desafio de participarem da pesquisa da dissertação de mestrado que tem sua culminância com a proposta de implantação deste projeto, que hoje já possui um plano piloto em fase de execução com 8 (oito) comunitários que já desenvolvem esse tipo de produção, aprendizado adquirido na oficina proposta pela pesquisadora e executada pelo IFPA.

3. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Pretende-se nesse item apresentar um roteiro de como organizar um projeto que deve ser entendido como um instrumento para implantação e a gestão do empreendimento de Produção de Adubo Orgânico com Aproveitamento de Resíduos Orgânico Agrícola por Meio da Compostagem, Biofertilizante e Minhocultura, para atender os próprios agricultores do território da comunidade quilombola de Itaboca, como a demanda do mercado setoriais das adjacências, esta possibilidade culminará com mais uma estratégia de avanço na organização sócio produtiva dessa sociedade.

3.1.Caracterização da Realidade Socioambiental

Quanto aos aspectos sócio ambientais a proposta trás o trabalho com resíduo sólido e aqui classificados segundo a lei 12305/10: resíduos domiciliares, de limpeza urbana, de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço, industriais, de serviços da saúde, da construção civil e de mineração. Estes podem ser classificados quanto à sua origem como: resíduos úmidos e secos, orgânicos e inorgânicos e perigosos e não perigosos. Para o projeto em fase de implantação está sendo utilizado os orgânicos. Entende-se que resíduos sólidos orgânicos é todo resíduo de origem animal ou vegetal, ou seja, que recentemente fez parte de um ser vivo, como por exemplo: frutas, hortaliças, restos de pescados, folhas, sementes, cascas de ovos, restos de carnes, etc. E ainda os estercos de gado e aves.

Para isso foi pensado o Plano Operacional que terá à disposição os resíduos utilizados para a produção de compostagem orgânica na seguinte fórmula criada a partir da organização e planejamento das ações dos trabalhos.

1. Geração dos resíduos – Natureza do território quilombola
2. Manuseio, separação, armazenamento e processamento de resíduos na fonte – Será realizada pelos produtores agrícola.
3. Coleta de resíduos, separação, transporte – Produtores.
4. Transformação em Húmus, composto e biofertilizante, beneficiamento e produção – Equipe da produção – Produtores.
5. Disposição final do produto para uso e comercialização – Equipe de Mercado – Produtores.

3.2.Importância/Relevância do Projeto

Este projeto visa ainda a formação dos agricultores e suas famílias e envolve-los em um conjunto de ações. Significa beneficiar os produtores com um tipo de processamento de produção da utilização de nova tecnologia sociais sustentáveis, com o objetivo de preservar as áreas de proteção ambiental, assim como preservar os alimentos de uso de adubo químicos para que possam ofertar no mercado comercial produtos de alimentos orgânicos saudáveis para o consumo principalmente de suas famílias, ou para organização comercial planejada.

Será composto de vários momentos que vai desde a sua formatação, que envolve a reflexão e análise da proposta, até o planejamento da cadeia produtiva que faz parte a produção da matéria prima, a organização da produção (beneficiamento da matéria) e a comercialização.

A elaboração do projeto ocorreu de forma comum a todos, onde a participação e reflexão desses produtores foram de fundamental importância para essa etapa, pois a visão de suas necessidades e reais potencialidades foi primordial para a formatação dessa proposta. O princípio utilizado foi ouvir cada um dos membros e após capacitar o grupo nas reais etapas de trabalho. E a partir daí construir o Projeto Piloto da prática proposta de trabalho coletivo.

É importante ainda verificar e pensar a estrutura dos custos do plano operacional necessário para a nova linha de atuação que os envolvidos irão trabalhar e que estes possam ser definidos em custos fixos e custos variáveis em acordo com o plano de trabalho mensal ou anual. Onde os custos fixos podem ser listados em estrutura física, manutenção de maquinário, construções e até mesmos encargos fiscais. Já os variáveis podem ser listados como os custeios agrícolas, conservação da limpeza do terreno, reposição de peças. É necessário que seja feito investimento em um cronograma físico financeiro do projeto com detalhamento de gastos e fontes de recursos como obras, bens, despesas correntes, capital de giro, fontes de financiamentos entre outros para que o projeto tenha viabilidade e controle de produção para sua sustentabilidade.

4. OBJETIVOS:

Geral: Produzir adubo orgânico com aproveitamento de resíduos orgânico agrícola por meio da compostagem, biofertilizante e minhocultura para consumo interno e mercado comercial externo com a intenção de preservar, conservar e recuperar as áreas de proteção ambiental, assim como preservar os alimentos de uso de adubo químicos para que possam ofertar no mercado comercial produtos de alimentos orgânicos saudáveis para o consumo principalmente de suas famílias, ou para organização comercial planejada.

Objetivos específicos	Ações	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Evidências da realização das ações
Introduzir a prática de novas tecnologias como ferramentas de uso da	Seleção dos beneficiados e realização de oficinas, para elaborar o planejamento e distribuição dos membros nas atividades.	X						Fotos, e relatório das referidas reuniões.

agricultura familiar;	Apresentação do projeto para as demais comunidades quilombolas		X					Registro em relatório e livro ata da Associação.
	Publicar o projeto ao Poder Executivo do município, com o intuito de estreitar parceria e possibilitar um suporte ao produtor.		X					Relatório mensal.
	Apresentação do projeto a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER).		X					Fotos e relatório da reunião.
	Exibição do projeto ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Inhangapi/PA.		X					Fotos e relatório da reunião.
Utilizar como protagonista o quilombola agricultor com base nos patamares da sustentabilidade de agrícola;	Identificar e cadastrar o associado quilombola para desenvolver sua produção utilizando novas tecnologias sustentáveis		X	X				Fotos e relatórios dos encontros.
	Realização de seis encontros em cada grupo ¹⁷ , mostrando a importância da constituição de uma associação nas comunidades, os encontros terão duração de 4 horas.			X	X			Fotos, frequência e relatórios dos encontros.

	Incentivar a produção de plantio orgânico para o consumo e comercialização;		X	X	X	X	X	Monitoramento e avaliação
	Promover a conservação, recuperação e preservação do meio ambiente do território quilombola e áreas adjacentes.			X	X	X	X	Monitoramento e avaliação
Gerenciar os resíduos reaproveitando em acordo com o processo de compostagem orgânica estabelecido na montagem de nova tecnologia sustentável;	Construir composteira e minhocário para o processo de trabalho;		X					Fotos, frequência e relatório das palestras.
	Conscientizar e treinar todos os envolvidos no processo;						X	Fotos, frequência e relatório das reuniões.
	Estimular a comercialização do produto;		X		X		X	

5. Metas:

1. Implantar 4 novas tecnologias nas atividades da produção agrícola dos produtores de Itaboca;
2. Serão protagonistas da ação 8 produtores agrícolas do território quilombola de Itaboca;
3. Reaproveitar 4 tipos de resíduos: de esterco de gado, esterco de galinha, folha, esterco de minhoca e orgânico composto;
4. Capacitar 8 produtores para formação do projeto piloto;
5. Aplicação de 8 questionários para saber a intenção dos agricultores para o processo de implantação imediato;
6. Construir composteira e minhocário em 3 propriedade inicialmente;
7. Estimular a construção do Plano de Negócio;
8. Orientar e introduzir ao cooperativismo 1 associação de quilombolas.

6. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

1. **Estudo da viabilidade econômica:** É imprescindível que a equipe de trabalho possa realizar esse estudo para que possa descrever o processo produtivo e análise detalhada da viabilidade econômica financeira do negócio a ser instalado. Deve seguir os 3 setores da cadeia produtiva: produção da matéria prima, a organização da produção (beneficiamento da matéria) e a comercialização.
2. **O planejamento do setor secundário** (da produção), planejamento e implementação de uma base produtiva devidamente organizada com o objetivo de atender as necessidades do mercado quanto ao tipo, a quantidade e a qualidade da matéria-prima, seguindo as regras do mercado.
3. **O estudo do mercado** é primordial que seja viabilizado: esta decisão servirá para se fazer os estudos e as considerações necessárias para se definir os limites de abrangência. Pesquisa de mercado significa procurar saber quanto está disponível e quanto é o consumo do mercado do produtor que irá se produzir. Procurar-se-á saber a aceitação de um novo produto ou uma nova marca; qual a facilidade deste produto num mercado onde exista a falta de produto ou em um mercado saturado. É importantíssimo saber quais são os atuais fornecedores do produto para aquele mercado, bem como sua procedência.
4. **Agregação de valores a Matéria Prima a ser utilizada:** se atentar para agregar qualidade ao produto, a quantidade da matéria prima se é viável ao negócio se atentando para o baixo custo com qualidade para isso deve-se possuir planejamento da produção exata a ser ofertada seguindo um cronograma de qualidade e quantidade estabelecida para o mercado. (Quantidade produzida anual e mensalmente; Levantar os custos de produção primária por unidade do produto (Kg, litros, etc...)).
5. **Quanto a Mão-de-obra é necessário que seja planejada:** no caso como a produção será viabilizada pelos próprios proprietários é necessário deixar claro que não irão trabalhar por remuneração ou carteira assinada e sim pelo lucro coletivo quando a produção envolver matéria prima e trabalho de forma coletiva.
6. **E finalmente a comercialização do produto:** é importante o controle rígido sobre a produção dos associados quanto ao acompanhamento técnico para se garantir a regularidade e a homogeneidade da produção para que não haja interrupção no fornecimento da matéria-prima sem esquecer a exigência do mercado e a concorrência.

Este projeto é uma das etapas da proposta da pesquisa, vem contribuir com a organização sócio produtiva da comunidade de remanescentes de quilombos de Itaboca na estrutura social de geração de renda e aquisição de espaço comercial no mercado financeiro, que constatai ser um dos entraves persistentes na sua organização política. Dos oito (08) componentes que participaram da capacitação para a implantação de novas tecnologias como ferramentas a ser utilizada na agricultura, cinco (05) deles já estão empenhados na implantação, isso confirma a necessidade de progressão o envolvimento desse povo pra viabilizar melhora no desenvolvimento rural local. Confirmando que a proposta do IFPA é uma das mais acertadas e audaciosas já instalada até o momento atual.

7. RECURSOS

ATIVIDADE	RECURSOS				
	Humanos	Materiais	Tecnologicos	Informacionais	Financeiros
Espaço para estrutura		x		Associação	x
Terreno				Associação	x
Projeto de Construção			x	Técnicos IFPA	
Capacitação	x			Técnicos IFPA	x

8. PLANO DE AVALIAÇÃO

Objetivos/Ações	Indicadores	Fontes de Dados	Quem/Quando
Aumentar em 10% a produção de Orgânicos	% de Agricultores da Associação na sua totalidade	Frequência nas oficinas de capacitação	Sócios da Associação e Equipe de implantação do projeto
Oferecer Monitoramento e reunião de avaliação	% de comparecimento nas reuniões de avaliação	Pauta de reunião e frequência	Sócios da Associação e Equipe de implantação do projeto
Realizar intercambio com cooperativas com práticas afins	Número de atividades realizadas	Frequência na participação	Sócios da Associação e Equipe de

			implantação do projeto
--	--	--	---------------------------

Castanhal, agosto de 2016.

Cleide Monteiro Oliveira – Autora do Projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o propósito de identificar e analisar a prática da Organização Sócioprodutiva de Itaboca distrito de remanescentes de quilombo de Inhangapi Estado do Pará, tomando por base a Associação de Remanescentes de quilombos de Itaboca, Quatro Bocas e Cacoal fundada desde 2005. A intenção se deu por entender que a identificação o reconhecimento, a delimitação e a titulação definida nas terras ocupadas por estas pessoas, constitui o primeiro alcance dos procedimentos administrativos constitucionais da trajetória histórica própria dessa comunidade. Como ainda por verificar que esta regulamentação foi o principal fator de estímulo para o processo de organização sócioprodutiva dessa comunidade.

O estudo focou sua atuação na comunidade de Itaboca por ser das 10 (dez) comunidades quilombolas de Inhangapi a única com titulação definida e oficializada pelo INCRA que registra que essa comunidade passou a ter domínio coletivo de suas terras pelo Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA), por meio da Lei Estadual Nº 165/98 e Decreto Estadual 3.572/99. O estatuto da associação está fundamentado no que estabelece o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988. A comunidade possui uma estrutura territorial que compreende uma área de maior de 200 hectares exigência legal para tornar-se titulada, denominada de Itaboca, Quatro Bocas e Cacoal composta de (446.6844) quatrocentos e quarenta e seis hectares, sessenta e oito ares e quarenta e quatro centímetros de terras.

A busca do conhecimento da realidade desse povo levou-me a constatação que poucos conhecem ou se atentam, o qual chamo atenção para o processo de orientação destas pessoas que passaram de uma identidade antes reconhecida de trabalhadores rurais para quilombolas. Confirmando também que estes sempre valorizaram e respeitaram os valores da natureza, das florestas e matas, campos e pastagens e permanecem a utilizar seus recursos naturais como do extrativismo, da agricultura e da pesca. Entretanto a continuidade do processo dessa sustentabilidade ambiental é vontade contida e pouco estimulada, que assumo como desafio para sua concretude junto com essa comunidade.

Hoje o sistema adotado de possuírem o uso comum de suas terras precisam que os cidadãos associados da Associação quilombola recorram a seguir algumas regras que fica estabelecidas para o uso do roçado por exemplo quanto a sua localização como as técnicas utilizadas para o plantio. Este uso comum tem por orientação o Plano de Utilização das Terras Quilombolas, expedido pelo ITERPA em 2005, que estabelece as normas e regras dentro da área do assentamento com critérios para garantir os recursos naturais da área, bem como salvaguardar as gerações presentes e futuras.

Todas as vivencias que passei nessa comunidade foram no período de março a dezembro de 2015, foi quando tive a oportunidade de participar consequentemente do cotidiano dos quilombolas e assim consegui vivenciar os anseios, os valores e concepções, mais o que mais me chamou atenção foi as suas necessidades que se tornaram bem mais presente agora com a nova identidade “quilombola”, pois agora querem muito mais além das conquistas já adquiridas, buscam nesse convívio o fortalecimento de uma identidade quilombola que só ouviam falar e que se tornou realidade.

O resultado do estudo foi proposto e está sendo vivenciado na sua execução pelos descendentes de quilombolas. O projeto de implantação de novas tecnologias sociais sustentáveis é uma das etapas da proposta da pesquisa, vem contribuir com a organização sócioprodutiva da comunidade de remanescentes de quilombos de Itaboca na estrutura social de geração de renda e aquisição de espaço comercial no mercado financeiro e é ofertado como produto do mestrado.

Constatei ser um dos entraves persistentes na sua organização política a organização da geração de renda desse povo, que normalmente é direcionado para as atividades coletivas através da Associação. Diante disso foi que os oito (08) componentes que participaram da capacitação para a implantação de novas tecnologias como ferramentas a ser utilizada na agricultura, se esforçaram e já estão empenhados na implantação, isso confirma a necessidade de progressão e satisfação do resultado do estudo, que é provocar esse povo a organizar-se e vir socialmente produzir pra viabilizar melhora no desenvolvimento rural local com discussão para implantar o cooperativismo.

Confirmando que a proposta do IFPA é uma das mais acertadas e audaciosas já instalada até o momento atual. Que é levar a técnica para o campo e deles coletar o desenvolvimento social através do que se mais precisa hoje no mundo moderno a sustentabilidade para uma produção de alimentos saudáveis para o consumo humano principalmente.

ANEXOS

ANEXO II: Certidão de Auto-Reconhecimento – Certificando a Comunidade como Remanescentes de Quilombos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

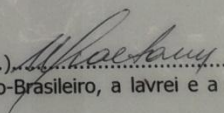
Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Artigo 322 da Constituição do Pará e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que as **Comunidades de Itabóca, Cacoal e Quatro Bocas**, localizadas no município de Inhangapi, Estado do Pará, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 10, Registro n. 965, fl. 30, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **SÃO REMANESCENTES DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s):

Sebastião Oliveira Gusmão – Presidente da Associação dos Remanescentes Quilombolas de Itaboca

Eu, Miriam Caetana de Souza Ferreira (Ass.), , Diretora-Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, 19 de abril de 2007.

O referido é verdade e dou fé


Maria Bernadete Lopes da Silva
Presidenta-Substituta

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424-0106(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242
 E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

“A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)

ANEXO II: Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo de Área de Terra com Ocupação e Uso de Famílias Remanescentes de Quilombos de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas

 **GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUÇÃO
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

 **ITERPA**

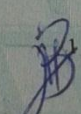
TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO COLETIVO que o Governo do Estado do Pará, através do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, outorga as **COMUNIDADE DE ITABOCA-QUATRO BOCAS E CACOAL**, através da **COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DE ITABOCA-QUATRO BOCAS E CACOAL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **07.939.538/0001-05**, área de terras localizada no município de **INHANGAPI - ESTADO DO PARÁ**.

Livro:
Folha:

REGISTRO DE IMÓVEIS
Carltono Araújo 1º Ofício
Dra Célia de Ascenção Campos de Araújo Menezes Oficial
Daniel Conceição Campos de Araújo Menezes Oficial Substituto
Castanhal Pará

O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, representado pela Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, **ANA JULIA CAREPA** e o INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA, representado pelo seu Presidente, **JOSÉ HEDER BENATTI**, com base no disposto dos artigos 215 e 216 e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Federal; dos artigos 285, 286 e 322 da Carta Estadual, Lei Estadual nº 6.165/1998, Decreto Estadual nº 3.572/1999 e Instrução Normativa nº 02/1999 - ITERPA, **RECONHECE O DOMÍNIO** de uma área de terras com ocupação e uso por famílias remanescentes de quilombos da **COMUNIDADE DE ITABOCA-QUATRO BOCAS E CACOAL**, no município de **INHANGAPI** expedindo TÍTULO DE DOMÍNIO COLETIVO, gravado com **CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE**, em nome da **COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DE ITABOCA-QUATRO BOCAS E CACOAL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **07.939.538/0001-05**, representada pelo senhor **Sebastião Oliveira Gusmão**, portador do R.G. Nº 1901577 e do CPF Nº 334.245.782-15, seu representante legal.

A área de terras objeto deste reconhecimento foi apurada na demarcação administrativa através do processo nº **2006/14803**, localiza-se na margem direita ou esquerda do Ramal Itaboca, no município de **INHANGAPI**, com área total de 446,6848 ha (quatrocentos e quarenta e seis hectares, sessenta e oito ares e quarenta e oito centiares), perímetro de 10.392,44 (dez mil, trezentos e noventa e dois metros e quarenta e quatro centímetros), na forma de um polígono **IRREGULAR** de sessenta (65) lados, foi arrecadada e matriculada em nome do Estado do Pará, sob o nº 15.043, a fl. 44, do Livro nº 2-BB, em 15/07/2010. Apresenta, de acordo com os serviços de campo datados de abril de 2010 e executados pelo técnico em agrimensura Jorge do Carmo dos Santos Farias, de registro no CREA/PA nº 9307-D/PA e código de credenciamento no INCRA DIM, o seguinte Memorial Descritivo: Partindo da estação **D1M-M-0219**, definida pela coordenada geográfica de Latitude 1°22'47,29" Sul e Longitude 47°52'20,17" Oeste, Elipsóide SIRGAS 2000 e pela coordenada plana UTM 9.847.298,389m Norte e 180.345,802m Leste, referida ao meridiano central 45° WGr; desta segue atravessando o **RAMAL ITABOCA**, seguindo com uma distância de 16,82 metros e com o azimute plano de 125°25'45", chega-se na estação **D1M-M-0220** de coordenada N = 9.847.288,636m e E = 180.359,511m; desta segue confrontando com a margem direita do **IGARAPÉ CATANDEUA** nos seguintes trechos, seguindo com uma distância de 62,86 metros e com o azimute plano de 165°34'23", chega-se na estação **D1M-P-0090** de coordenada N = 9.847.227,756m e E = 180.375,173m; desta, seguindo com uma distância de 45,79 metros e com o azimute plano de 158°06'23", chega-se na estação **D1M-P-0091** de coordenada N = 9.847.185,272m e E = 180.392,246m; desta, seguindo com uma distância de 91,14 metros e com o azimute plano de 119°59'17", chega-se na estação **D1M-P-0092** de coordenada N =

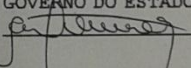
REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

LIVRO Nº. 2 - BG

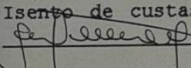
MATRÍCULA Nº 16.724

CONTINUAÇÃO DA FOLHA 225

9.847.096,831m e E = 179.954,527m; desta, seguindo com uma distância de 226,60 metros e com o azimute plano de 61°51'21'', chega-se na estação **D1M-M-0217** de coordenada N = 9.847.203,715m e E = 180.154,332m; desta, seguindo com uma distância de 45,00 metros e com o azimute plano de 87°06'47'', chega-se na estação **D1M-O-0001** de coordenada N = 9.847.205,982m e E = 180.199,274m; desta segue atravessando a **LINHA DE TRANSMISSÃO**, seguindo com uma distância de 89,39 metros e com o azimute plano de 87°06'47'', chega-se na estação **D1M-M-0218** de coordenada N = 9.847.210,484m e E = 180.288,555m; desta segue confrontando com **EDUARDO SALLES**, seguindo com uma distância de 104,90 metros e com o azimute plano de 33°04'25'', chega-se na estação **D1M-M-0219**, ponto inicial da descrição deste perímetro. OBS: Foram deduzidos 14,0539 ha correspondentes a área do ramal. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Brasília, de coordenadas E = 191.901,220 m e N = 8.234.747,341 m, referência ao Meridiano Central -45° WGr e de Cuiabá, de coordenadas E = 599.737,357 m e N = 8.280.040,831 m, referência ao Meridiano Central -57° WGr. Representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes, distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. **TRANSMITENTE:** GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **REGISTRO ANTERIOR:** Livro 2-BB fls. 045 (AV.2) mat. 15.044. Eu,  Oficial, conferi e assino dando fé.

Antonia Célia Figueredo Landy
Escrevente Autorizada

Mor-selos-D-210613/614

R.1.M.16.724-Data:30/05/2011 - **TRANSMITENTE:** GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. E sendo **ADQUIRENTE:** **COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DE ITABOCA-QUATRO BOCAS E CACOAL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.939.538/0001-05, representada pelo senhor Sebastião Oliveira Gusmão, portador do RG nº 1901577 e do CPF nº 334.245.782-15, seu representante legal. Tudo consoante **TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO COLETIVO**, Processo nº 2006/14803, expedido em 17 de dezembro de 2010, pelo mesmo GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, através do Instituto de terras do Pará - ITERPA, assinado pela Governadora do Estado, Ana Júlia Carepa e pelo Presidente do ITERPA, José Heder Benatti. Isento de custas conforme Instrução Normativa Conjunta nº 002/09-CGJRMB/CJI. Eu,  Oficial, conferi e assino dando fé.

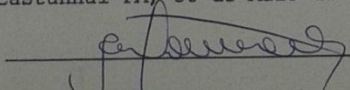
Antonia Célia Figueredo Landy
Escrevente Autorizada

Mor-selo D-210615

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

CERTIFICO que o presente do cumento é cópia fiel da citada matrícula, a qual foi extraída em forma reprográfica, nos termos do § 1º do art. nº 19 da Lei nº 6.015/73. ESTA CERTIDÃO NÃO CONTEM EMENDAS NEM RASURAS. VÁLIDA SOMENTE COM SELO DE SEGURANÇA.

O referido é verdade e dou fé.
Castanhal-PA, 30 de Maio de 2011.


Antonia Célia Figueredo Landy
Escrevente Autorizada





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUÇÃO
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ



Livro:

Folha:

2000. Todos os azimutes, distancias, área e perimetro foram calculados no plano de projeção UTM."

A boa forma vai arquivada no Livro de Títulos de Reconhecimento de Domínio de Quilombos – ITERPA, ressaltando-se que o presente reconhecimento de domínio constitui-se em regularização fundiária de interesse social, na forma do § 15, do Art. 213 da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Belém, Pará, 17 de dezembro de 2010.

Ana Júlia Canepa
 Governador do Estado

João Baratti
 Presidente do ITERPA

Fernando Feilosa Rodrigues
 Representante da Comunidade

Testemunhas:

1. *Salomão da Silva* CPF 186468162-49
2. *João Carlos da Silva* CPF 449894452-15

Cartório Araújo
REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE CASTANHAL-PARÁ

PROTOCOLO: Livro 1-H - fls. 480 - nº 37.953.////

Data do Protocolo: 30/05/2011.

REGISTRO: Livro 2-BG - fls. 225 (R.1) sob o nº 16.724.//

REGISTRO ANTERIOR: Livro 2-BB - fls. 045 (AV.2) sob o nº 15.044.//

Castanhal, 30 de Maio de 2011

Antônia Célia Figueredo Landy
 Escrevente Autorizada

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Sala de Seguradora

GRATUITO

Nº D

000.210.615

Nº D

000.210.614

Nº D

000.210.613

REGISTRO DE IMÓVEIS

Cartório Araújo 1º Ofício

Dr. Célia da Ascensão Campos de Araújo Meneses

Oficial

Daniel Conceição Campos de Araújo Meneses

Oficial Substituto

Castanhal - Pará

1998

ANEXO III: Documento de Identificação do Sócio da Associação dos Remanescentes de Quilombolas de Itaboca

ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS DE ITABOCA
Fundada: 16/01/2005.
Itaboca - Município de Inhangapi - Pará



NOME: Eivaldo Aguiar de Coutinho MATRÍCULA: 003
 NASCIDO: 09/04/78 NATURAL: Paraná NACIONALIDADE: Brasileira
 CATEGORIA: Agricultor E.CIVIL: Casado ADMISSÃO: 16-01-05
 NOME DO PAI: Waldin Coutinho
 NOME DA MÃE: Yerana Rosa de Aguiar de Coutinho

G. INSTRUÇÃO: _____ RESIDÊNCIA: Própria
 L. DE TRABALHO: Comunidade Itaboca MUNICÍPIO: Inhangapi

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DOCUMENTO	Nº DO DOC.	DATA EMISSÃO	MUNICÍPIO DE ORIGEM
CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO	4776765	15-10-06	INHANGAPI - PA
CERTIDÃO DE CASAMENTO			
CERTIDÃO DE NASCIMENTO	12.805	23-04-1999	INHANGAPI - PA
CARTEIRA DE RESERVISTA	28032.201492-6	13-09-2005	INHANGAPI - PA
CARTEIRA PROFISSIONAL	72.349	26-02-1997	INHANGAPI - PA
TÍTULO DE ELEITOR	290442713-84	29-04-1996	INHANGAPI - PA
CPF:	793.105.752-04	-07-2004	INHANGAPI - PA

CONDIÇÕES DO TRABALHADOR

PROPRIETÁRIO	☒	ÁREA TERRA	HÁ	PASSEIRO	☒	ÁREA TERRA	HÁ
ARRENDATÁRIO	☐	ÁREA TERRA	HÁ	MEIEIRO	☐	ÁREA TERRA	HÁ
PARCEIRO	☐	ÁREA TERRA	HÁ	MORA COM O PAI	☐	MORA COM O FILHO	☒
ASSALARIADO	☐	FIRMA					
É SÓCIO DA COOPERATIVA	☒						

DEMISSÃO REGISTRADA EM ATA DE _____

ANEXO IV: Presidente e Carteira de Sócio da Associação dos Remanescentes de Quilombolas de Itaboca e Residentes associados;



